

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA UDESC**  
**CENTRO DE ARTES – CEART**  
**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM TEATRO – PPGT**

**FABRICIO BOGAS GASTALDI**

**ACONTECE ARTE E POLÍTICA LGBTI+:**  
**ARTIVISTA EM MOVIMENTO**

**FLORIANÓPOLIS**

**2021**

**FABRICIO BOGAS GASTALDI**

**ACONTECE ARTE E POLÍTICA LGBTI+:  
ARTIVISTA EM MOVIMENTO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Teatro da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Teatro, na Linha de Pesquisa Linguagens Cênicas, Corpo e Subjetividade. Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Daiane Dordete Stecker Jacobs.

**FLORIANÓPOLIS**

**2021**

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da  
Biblioteca Central/UEDESC,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Gastaldi, Fabricio Bogas Gastaldi  
Acontece Arte e Política LGBTI+ : Artivista em Movimento /  
Fabricio Bogas Gastaldi Gastaldi. -- 2021.  
95 p.

Orientadora: Daiane Dordete Stecker Jacobs  
Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de Santa  
Catarina, Centro de Artes, Programa de Pós-Graduação em Teatro,  
Florianópolis, 2021.

1. Acontece Arte e Política LGBTI+. 2. Artivismo. 3.  
Movimento social. 4. Sexualidade. 5. Gênero. I. Dordete Stecker  
Jacobs, Daiane. II. Universidade do Estado de Santa Catarina,  
Centro de Artes, Programa de Pós-Graduação em Teatro. III. Título.

**ATA DE DEFESA DO MESTRADO EM TEATRO**  
**Linha de Pesquisa: Linguagem Cênica, Corpo e Subjetividade**

Atendendo à legislação vigente, às **10:00h do dia 30 de abril de 2021**, através de ferramentas de videoconferência em função da pandemia de Sars-COV2, reuniu-se a Banca Examinadora, presidida pela professora Doutora Orientadora: **Daiane Dordete Steckert Jacobs** a fim de avaliarem a dissertação do (a) aluno (a) **Fabrizio Bogas Gastaldi** intitulada **“Acontece Arte e Política LGBTI+: Artivismo em movimento”** a qual é requisito para a obtenção do título de **Mestre em Teatro**. Após arguição, críticas e sugestões, o trabalho foi considerado:

**Aprovado**  **Reprovado**.

**Recomenda-se:**

A continuidade da pesquisa sobre artivismo em nível de doutorado. Para a entrega final desta dissertação, a banca recomenda a revisão dos aspectos conceituais e teóricos acerca das diferenças entre artivismo artístico e artivismo, e os conceitos de política e arte, tomando, como pesquisadora, um posicionamento epistemológico e crítico no que tange estas questões.

**Destaca-se :**

A pertinência do tema de pesquisa, conduzido pela pesquisadora-artista-militante através da integração entre teoria e prática, e o compromisso com a agenda dos direitos humanos e políticos da comunidade LGBTI+.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata, assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo (a) acadêmico (a).

**Florianópolis, 30 de abril de 2021.**

**Banca Examinadora:**

Dra. Daiane Dordete S. Jacobs	Videoconferência	Presidente/Orientadora
Dra. Fátima Costa de Lima	Videoconferência	Avaliadora- UDESC
Dra. . Lola Proaño Gomez	Videoconferência	Avaliadora – Universidad de Buenos Aires

**De acordo:**

<b>Fabrizio Bogas Gastaldi</b>	Videoconferência	Acadêmico (a)
--------------------------------	------------------	---------------

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora Daiane Dordete pela paciência e dedicação.

À professora Fátima Costa de Lima.

À professora Lola Proaño Gómez.

À presidente Dilma Rousseff.

Ao presidente Lula.

Ao Centro de Artes da Universidade do Estado de Santa Catarina

Ao Programa de Pós-graduação em Teatro da UDESC

Agradeço carinhosamente à todas as pessoas que já passaram pelo grupo Acontece Arte e Política LGBTI+, às companheiras de militância Guilhermina Cunha, Maria Helena, Valmor Neto, Chris, Mariana Mescoloto, Igor Lima, Carla Ayres, Gabriela Broering.

Agradeço à todas as ativistas dos Direitos Humanos, à todas as que tomaram e a todas que resistem, especialmente a Matheusa Passareli, brutalmente assassina por motivações transfóbicas.

A todos os coletivos e grupos de pessoas LGBTI+ do Brasil, em especial a ABGLT e Aliança Nacional LGBTI+.

Agradeço especialmente ao meu companheiro de vida e de luta, Alexandre Bogas Fraga Gastaldi, bixa linda que divide os anseios dessa vida comigo a mais de uma década. Por toda a sua paixão, por esses anos difíceis na luta, por todas as derrotas que passamos juntos e por todas as vitórias saboreadas lentamente. Por viver comigo essa intensidade latente e precária da arte e seus estados. Por aceitar e incentivar as “peladices” e experimentações que surgem como única possibilidade de respiro estético nessa vida homossexual deliciosamente vibrante e perigosa.

Agradeço a todas as pessoas que vivem e convivem com o HIV/AIDS por sua luta pela vida e por colocarem suas caras em jogo na luta pela dignidade de nossas existências.

E, por fim Agradeço à CAPES - O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001. “This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001”.

## RESUMO

Este trabalho estabelece uma narrativa de memória e reflexão dos processos artísticos na militância da organização da sociedade civil chamada *Acontece Arte e Política LGBTI+*. Situa o pesquisador como *ativista* dentro da sociedade civil organizada e discute, por meio do *ativismo*, a militância no grupo e suas estratégias de operação *ativista*. Visa contribuir para a manutenção memorial das ações lidas como *ativistas* e de suas relações políticas ligadas às populações de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexos e demais variações Biológicas de Sexo, Identidades de Gênero e Orientações Sexuais não hegemônicas (LGBTI+).

**Palavras-chave:** *Acontece Arte e Política LGBTI+*; Ativismo; Movimento social; Sexualidade; Gênero.

## **ABSTRACT**

This work establishes a narrative as a memory and reflection device of the artistic processes in the militancy of the civil society organization called *Acontece Arte e Política LGBTI+*. It locates the researcher as an activist within organized civil society and discusses the group's militancy and its activist operation strategies through activism. It aims to contribute to the memorial maintenance of the actions considered as activists and their political relations related to the populations of lesbians, gays, bisexuals, transvestites, transsexuals, intersex and other biological variations of Sex, Gender Identities and non-hegemonic Sexual Orientations.

**Keywords:** *Acontece Arte e Política LGBTI+*; Activism; Social movement; Sexuality; Gender.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Transfiguração Performance Transfiguração realizada por Negroma na fundação do grupo Acontece Arte e Política LGBTI+, 22/06/2013.....	16
Figura 2 - Chamamento de fundação da Acontece LGBTI+, 2013.....	57
Figura 3 - Reunião do Movimento LGBTI+ Nacional. Guilhermina Cunha e Carla Ayres representam a ABGLT e a Acontece Arte e Política LGBTI+, 28/07/2013.....	59
Figura 4 - Marcha pelo Orgulho LGBTI+, 28/07/2013.....	60
Figura 5 - Negroma: TransFiguração, 22/06/2013.....	62
Figura 6 - Negroma: TransFiguração, 22/06/2013.....	63
Figura 7 - Cartazes em protesto contra a nomeação de fundamentalista religioso para a presidência da comissão de Direitos Humanos da Câmara Deputados Federais, 01/05/2013.....	66
Figura 8 - <i>Beijado contra a Homofobia</i> , 05/01/2013.....	66
Figura 9 - Caminhada IV Marcha Nacional LGBTI+, 2013.....	68
Figura 10 - IV Marcha Nacional LGBTI contra a Violência LGBTIfóbica. Corpos estendidos sobre a bandeira do arco-íris, em Frente ao STF, na praça dos Três Poderes, 2013.....	69
Figura 11 - Marcha pelo Orgulho LGBTI+, 28/07/2013.....	70
Figura 12 - Marcha pelo Orgulho LGBTI+, 28/07/2013.....	71
Figura 13 - Travessa Cultural, 2013.....	74
Figura 14 - Parada do Orgulho LGBTI+, 2013.....	74
Figura 15 - Cartaz Mostra Nacional de Vídeos sobre Intervenções e Performances, 2016.....	76
Figura 16 - Cartaz Festival <i>For Rainbow</i> , 2015.....	77
Figura 17 - Performance [ParaAlémDas] GAiOLaS - Daniele Viola, 05/12/2015.....	78
Figura 18 - Montagem e fotografia – Vulkânica Pokaropa, 2017.....	79
Figura 19 - Piquenique na Ponta do Coral, 13/12/2015.....	80
Figura 20 - Ação <i>Põe a Cara no Sol</i> , 2019.....	81

## LISTA DE SIGLAS

LGBTI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexos e demais variações Biológicas de Sexo, Identidades de Gênero e Orientações Sexuais não hegemônicas.
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais.
Capex	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.
SP	São Paulo
OSC	Organização da Sociedade Civil
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
SESC	Serviço Social do Comércio
EUA	Estados Unidos da América
MST	Movimento Sem Terra
<i>Agitprop</i>	Agitação e Propaganda
ONG	Organização Não-Governamental
SC	Santa Catarina
OMS	Organização Mundial de Saúde
STF	Supremo Tribunal Federal
TV	Televisão
Covid-19	Doença por Coronavírus 2019
FACC	<i>Coletivo Fuerza Artística de choque comunicativo</i>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1. ARTIVISMOS POSSÍVEIS</b> .....	17
1.1 ARTIVISMO E ESPAÇO PÚBLICO .....	22
1.2 ARTIVISMO X VIOLÊNCIA .....	26
1.4 ARTIVISMO - BRASIL EM REDE - CULTURA .....	29
1.5 ARTIVISMO E O MOVIMENTO .....	33
1.6 ARTIVISMO, BRASIL E POSTULAÇÕES ENTRE ARTE POLÍTICA E AÇÃO .....	35
1.7 PERGUNTAS QUE FICARAM NÃO FICARAM PELO CAMINHO. ....	43
<b>2. A ACONTECE ARTE E POLÍTICA LGBTI+</b> .....	46
2.1 FUNDAÇÃO E PRIMEIROS PASSOS .....	53
2.2 ARTIVISMO <i>ACONTECE</i> .....	60
2.2.1 Ações Artivistas - Beijaço .....	64
2.2.2 Ações Artivistas - IV Marcha.....	67
2.2.3 Artivismo e o Corpo .....	69
2.2.4 Parada do Orgulho LGBTI+ e Ação Artivista .....	72
2.2.5 Ação Artivista - Audiovisualidades .....	75
2.2.6 Ação Artivista - Alianças performáticas .....	78
2.2.7 Ação Artivista - Viado, essa cidade também é minha. ....	80
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	83
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	89

## INTRODUÇÃO

Esse trabalho foi elaborado em meio a mais de 500 mil mortos, corpos de homens, mulheres, jovens, crianças, velhos, pretos, brancos, indígenas, gays, travestis, sapatões, pessoas com deficiência...Fomos perpassadas pela covid 19, doença viral, que assola o mundo desde meados de 2019. Essa doença colocou nossa humanidade a prova e infelizmente nosso país não foi capaz de dar uma resposta significativa no combate a doença e a mortandade que nos assola. Frente a estes mortos e toda a situação em que estamos, nossos corações e mentes se enchem de dor, sofrimento e angústias. Essas dores não nos imobilizaram, pelo sentido oposto, nos articulamos em redes de solidariedade, de ajuda, de escuta, de afetos. Nos distanciamos para nos aproximar.

O interesse em pesquisar o movimento social LGBTI+ vem de minha identidade, parte de quem eu sou: homossexual assumido. Nasce da experiência em me posicionar e ser posicionado, da condicionante atuação na vida performativa, dos meus e nossos espectros de existência. Ser bicha. Bichinha. Viado. Viadinho. Baitola. Desmunhecado. Afeminada. Pederasta. Sem vergonha. Pecador. Aberração. Doente. Mariquinha. Maricona. Mulherzinha. Sodomita. Gay. Gayzinha. Invertida. Minha identidade coletiva que se materializa individualmente em mim. Indivíduo, pesquisador, pesquisado, militante.

Não teve jeito, minha viadagem falou mais alto e aqui estou, escrevendo e pesquisando sobre o movimento LGBTI+ e suas nuances nas artes, pois é também quem sou. Minha trajetória começa no conturbado ano de 1989 em uma cidadezinha do litoral catarinense, no distrito de Itapocu, pertencente à Araquari. Cidade rural, pesqueira e tipicamente catequizada. Família tipicamente cristã. Pai alcoólatra, mãe violentada, irmãos e irmãs abandonados. Uma criança viada na roça, em meio a elementos masculinos e masculinizantes, com divisões sociais de comportamento e função marcadas a partir daquele pedaço do corpo que aprendemos a chamar de pênis. As violações e violências já surgem com essa divisão não consensual. Minha mãe cansada da roça, das porradas físicas e verbais de meu pai, macho escroto, filho legítimo do patriarcado, se danou pelo mundo com duas de suas crias, minha irmã ficou pelo caminho sob outros cuidados e cuidados de si mesma. Minha mãe seguiu até chegar com parte dos rebentos lá em São Carlos, São Paulo. Disseram para ela que lá era bom de se viver. Já com um novo marido, foi hora de voltar e reunir todos os filhos. Era para ser diferente, mas os machismos violentos estão por todos os lugares.

Cheguei em São Carlos em 1997, aos oito anos, não sabia ler, não sabia escrever, mas já capinava roça e sabia o que significava trabalho. Meu corpo gritava tudo o que a sociedade

esperava erroneamente daquelas que nascem com o que chamamos de vagina. Eu não sabia não ser eu, só sabia que ser eu doía. Castigos, beliscões, um “vira homem” daqui, um “se comporte” de lá. Na escola os processos discriminatórios eram rotinas. Foi em São Carlos que minha mãe se enfiou na igreja ainda mais, sua base cristã não permitiu escapar dos percalços da arapuca. De católica tornou-se testemunha de jeová. E como praxe da busca pela reparação pecaminosa do filho do meio, eu, logo eu, fui tornando a igreja o ponto de fuga reflexiva daquilo que a sociedade enxergava como ser bixa. Até meus 12 anos, catando latinha e limpando jardim no contraturno escolar, queria limpar de mim aquilo que nem sabia o que era. A sociedade me condenava, a igreja me condenava, minha mãe na hora da raiva me chamava de bixa. Bixa. Bixa. Mil vezes Bixa. Eu fui com a igreja até onde deu, mas as coisas mudaram o dia que um homem me beijou na boca. Eu tinha 14 anos.

Aquele beijo não foi ruim, como aqueles forçados na escola e com uma guria tão desprezada e atormentada como eu. Aquele primeiro beijo me fez esquecer qualquer inferno imaginário e seu calor torturante. Esqueci os deuses. E minhas mãos, já calejadas pela minha classe social paupérrima, finalmente se tornaram minhas. Foi o meu estalo, minha ficha caindo por meio da saliva daquele rapaz dois anos mais velho que eu. Não foi meu cu, não foi meu pau, foi minha boca. Tudo fez sentido, minha boca era gay, aquilo era ser viado, aquele beijo materializou minha viadagem.

Não sei se alguma outra revolução já começou com um beijo, a minha começou ali, justamente naquela língua masculina, que no fundo era só mais uma língua. Quando toda essa homossexualidade latejante saiu de meu controle, a “desmunhecação” era inevitável, às vezes uma autoafirmação. E os comentários sobre a adolescente que floresce quando deveria espinhar-se correram à boca miúda. Minha mãe e seu marido não suportaram. O que eles fariam? O que os vizinhos pensariam? Os tais “deuseszinhos” não aceitariam. Fui desassociado, excluído, violentado, cuspidor. Chutado para margem mais de fora.

Vivi a realidade de muitos LGBTI+: experienciar ser expulso de casa ainda no início da adolescência, passar necessidades básicas - físicas e emocionais -, sofrer pelo trauma da rejeição afetiva familiar e social, não ter alternativas, ter a prostituição como forma compulsória de ganhar a vida. Dentro desse cenário comum à nossa comunidade, fui acolhido e ajudado por aquelas que se designam movimento social LGBTI+. Foi dentro da organização de classe e da luta política que aquele jovem bixa, gay, eu, encontrou uma forma de continuar vivendo, enveredando pelo horizonte do coletivo em mim. É na rua que a gente se encontra, se reconhece, percebe que não é o único viado no mundo, que tem uma outra afeminada *closera* e *bafônica* como você. É ali na praça que se reúnem outras tantas corajosas que, quebrando seus armários

ou sendo atiradas de lá a ponta pé, se reconhecem. E é nesse reconhecimento empírico, empático, visceral, que muitas de nós agimos, nos organizamos, lambemos nossas feridas, damos a nossa *elza* no pacote de macarrão ou num maço de Marlboro. É desse processo de ferida aberta, de sangue escorrendo no meio fio, que nascem organizações afetivas e políticas.

Assim, fui parar na organização de fundação do grupo *Visibilidade LGBT*<sup>1</sup>, onde começo a minha trajetória política, ativista e artística - na cidade de São Carlos-SP.

Fomos a primeira organização não governamental LGBT da cidade de São Carlos, organizamos a parada do orgulho, seminários, ações culturais e articulações políticas pela defesa e promoção dos direitos humanos de nossa população. Nos fortalecemos uns aos outros para reivindicar o mínimo de dignidade, para que pudéssemos viver na sociedade com os mesmos direitos dos não-bixas.

A luta organizada foi além de uma opção ou estratégia de sobrevivência, foi a única via possível, foi ela quem me estendeu a mão e me fez sentir parte de um propósito maior que a minha própria vida, propósito esse que até hoje se mantém firme: não deixar que outras LGBTI+ sejam motivo de chacota, de preconceito, de violência, abandono, assassinato, que nós possamos ser vistas como seres humanas, que deixem de olhar para nós como seres subalternos, de segunda categoria, corpos descartáveis, sem perspectiva, corpos passíveis de curas sociais e científicas. Essa vontade de continuar lutando não começou em mim e não se findará aqui, ela é um desejo de mudança que atravessa gerações e faz com que a luta continue.

Outro assunto que merece destaque neste processo narrativo é o estigma do HIV/Aids. A população LGBTI+ sofre com o estigma da doença e é ainda mais discriminada por setores sociais que insistem em desumanizar e promover guetos e grupos de risco, que insistem em tratar a nossa sexualidade e nossas práticas sexuais em receptáculos mentirosos de doenças.

Quero contar que ser uma pessoa que vive e convive com HIV/Aids não é estar morto nem física, nem emocionalmente. Escrevo aqui, entre outras coisas, que existe vida após o diagnóstico do HIV e que é possível sonhar e continuar na luta, agradecendo aos que nos antecederam e aos que virão e permanecerão, unidas por nossas histórias, nossas vidas. E não há como esquecer que muito de nossa ação enquanto indivíduos que se reconhecem e se somam se deu em torno desta patologia que historicamente foi atrelada a nossa existência gay, taxada de peste e castigo divino contra nossas práticas, desejos e vivências sexualizadas.

Essas pulsões militantes vêm justamente desse lugar imposto, hora por força da sexualidade expressa no meu corpo, hora pela condição sorológica adquirida e estigmatizada.

---

<sup>1</sup> Para conhecer mais sobre a Visibilidade LGBT: <https://www.facebook.com/ONGVisibilidadeLGBT> (Acesso em: 16 abr. 2019).

Justamente nesse ímpeto de ser militante e transformar o mundo, ou pelo menos tentar, me vi novamente na organização da luta da sociedade civil. Em 2013, na cidade de Florianópolis, em Santa Catarina, junto a companheiras também militantes, fundamos a *Acontece Arte e Política LGBTI+*.

Na ocasião da fundação dessa OSC, Alexandre Bogas, Carla Ayres, Guilhermina Cunha e eu, sócias fundadoras, já éramos ativas em outros grupos da cidade. Entretanto decidimos montar uma instituição que em seu cerne estivesse voltada para a construção cultural da nossa população, um olhar mais direto para a cultura LGBTI+, fundindo a isso a necessidade de militar organicamente, para além das questões de assistencialismo primário.

Não fomos e não seremos contra o assistencialismo, que geralmente as organizações não governamentais fazem. Queríamos, naquele momento, interferir e cobrar para que o Estado assumisse este papel, queríamos pensar e produzir políticas públicas que transformassem a vida em sua realidade.

Nesse processo de fundação, fui alçado ao cargo de Diretor Artístico e Cultural, que desempenhei até 2018, quando fui eleito Diretor Presidente pelos meus pares e membros da instituição. Durante esse período, também estive cursando a graduação em Artes Cênicas na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Esse momento de minha formação me auxiliou na realização das atividades da OSC e em pensar estratégias para a militância artista, a Universidade foi um espaço de pulsão de saberes e afetos que possibilitavam subsídios formais para nossa militância. Ali também estavam evidenciados todos os preconceitos, estigmas e defesa de dogmas, também era local de discriminação e censura de ideias e corpos. Fui artista ao mesmo passo que me entendia como artista. Obviamente que essa trajetória acadêmica contribuiu de modo significativo no meu fazer para além dos muros e qualificou bastante o trabalho da *Acontece Arte e Política LGBTI+*, principalmente por ser ali um espaço de aprendizado e experimentação em performance e militância. Com o meu ingresso no mestrado de Teatro da Udesc, meu tema de projeto vira-se para o ativismo e para a própria *Acontece Arte e Política LGBTI+*. E parto da seguinte questão: *Acontece Arte e Política LGBTI+*, organização não governamental, integrante da sociedade civil, pode ser considerada uma associação “artista”?

A narrativa proposta com esta pesquisa foca no uso da linguagem artística como ferramenta utilizada por alguns militantes para reivindicar, resistir, ressignificar, empoderar, afrontar e existir dentro da luta por direitos humanos e sociais de nossa população. Apresento a hipótese de que o ativismo mistura inúmeras linguagens artísticas em determinados espaços e contextos políticos com o objetivo de chamar atenção imediata a uma pauta, organizar

afetivamente e coletivamente determinados atores para ação, sensibilizar parcelas da sociedade, responder ativamente a ataques reais à nossa comunidade, criar sentidos e simbologias próprias de reconhecimento e fortalecimento da nossa comunidade e ocupar e disputar lugares da produção de sentido cultural, social e político.

Dentro desta hipótese é preciso evidenciar meu lugar, de pesquisador, pois estou implicado totalmente neste processo de militância, sendo um dos membros fundadores e articulador do grupo. Incluir-me nesse processo significa debruçar-me também sobre problemas estruturais e efetivos que as ações que vamos analisar podem apresentar. Perceber nossas fragilidades, erros e acertos tangenciam a necessidade de reconhecer o que temos realizado nestes últimos anos, tanto como instituição *Acontece* quanto como militante do movimento LGBTI+.

Portanto, minha pesquisa enquanto sujeita viva e resistente aprofunda a visibilidade da arte dentro das reivindicações das pautas do movimento LGBTI+ do qual faço parte. Por esta razão, utilizo-me do método cartográfico de pesquisa, uma vez que se configura como um método para me auxiliar nesta empreitada ao expandir as formalidades e os limites de abordagem científica, possibilitando uma margem ampla de recursos discursivos empregados na leitura dos objetos e ações, considerando que:

No método da cartografia, a inseparabilidade entre pesquisa e intervenção desestabiliza pressupostos tradicionais do conhecimento científico e o ideal de inteligibilidade que se hegemonizou como positivo, rigoroso, neutro, objetivo. Entender que toda pesquisa é intervenção compromete aquele que conhece e quem (ou o que) é conhecido em um mesmo plano implicacional (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015, p. 175).

Ademais, a cartografia permite criar uma paisagem contemporânea do processo de resistência LGBTI+, pois, de acordo com Passos, Kastrup e Escóssia, na cartografia o “rigor do caminho, sua precisão, está mais próximo dos movimentos da vida [...] A precisão não é tomada como exatidão, mas como compromisso e interesse, como implicação na realidade, como intervenção” (2015, p. 11).

O caráter possível de impregnar afetos à paisagem contemporânea é utilizado para criar uma dissertação-memória, que busca configurar este trabalho como um processo delimitado no tempo e espaço na luta LGBTI+, atravessando pesquisador e objeto.

Recolher e analisar o caminho das artes dentro do movimento LGBTI+ imbricado a minha própria militância é sobretudo uma maneira não convencional de proporcionar visibilidade às estratégias coletivas e individuais no avanço das pautas dos Direitos Humanos e LGBTI+.

Suely Rolnik (2007) nos brinda com uma luz sobre a cartografia e sobre o cartógrafo:

**A prática de um cartógrafo diz respeito, fundamentalmente, às estratégias das formações do desejo no campo social.** O que importa é que ele esteja atento às estratégias do desejo em qualquer fenômeno da existência humana que se propõem perscrutar: desde os movimentos sociais, formalizados ou não, as mutações da sensibilidade coletiva, a violência, a delinquência [...]. Até os fantasmas inconscientes e os quadros clínicos de indivíduos, grupos e massas, institucionalizados ou não. (ROLNIK, 2007, p. 65, grifos da autora).

Pelo exposto fica evidente que o processo de traçar estratégias para escutar e investigar a si próprio dentro de uma coletividade militante LGBTI+ é um apropriar-se e expropriar-se das ações e demandas do próprio movimento e minhas demandas enquanto indivíduo, sujeito de ações sociais e ao mesmo tempo membro de uma coletividade que mantém um processo histórico de lutas e construção de pautas sociais baseadas nos Direitos Humanos. Olhar para os registros produzidos pela minha militância e pela coletividade, buscando as formas que se registram no tempo, eventos, reportagens, memórias, postagens e ações que estão no campo da memória com o intuito de cartografar as ações ativistas e militantes, permite criar uma dissertação que proporciona à leitora acessar afetos e modos operantes de enfrentar as questões LGBTI+, convidando-a a lutar e enfrentar os preconceitos sociais e suas transversalidades.

Elaborar a cartografia partindo de arquivos digitais, memórias afetivas e militantes, jornais, documentos, cartórios e fragmentos encontrados aqui e ali, também inclui o pesquisador como objeto ativo, traçando as relações possíveis dentro da militância, dispondo e aproximando os conceitos que podem ser deslocados, subjetivando pequenas fagulhas de arte, política e vida: indissociáveis.

Esta pesquisa é dividida em duas partes. No primeiro capítulo, intitulado Artivismos Possíveis, apresentarei os conceitos de Artivismo e alguns desmembramentos que se fazem necessários. Articulado o conceito de “artivismo” em seus meios de existência como a comunicação, o espaço público e no movimento de massas, distinguindo brevemente algumas conceituações e aproximações com a agitação e propaganda e arte ativista.

No segundo capítulo, intitulado A Acontece Arte e Política LGBTI+, abordo como a Acontece LGBTI+ se insere estruturalmente neste processo de disputa social da política, qual o contexto de ativismo e militância social dessa associação e o seu local de atuação. Abordo a consolidação do grupo no cenário municipal, estadual e federal, trazendo à tona as principais articulações e processos *ativistas* com os quais o grupo esteve envolvido. Também observo qual a forma utilizada pelo grupo para a sua organização dentro dos parâmetros do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil no Brasil. Através do resgate das ações do

grupo crio uma cartografia com o leitor ou leitora, buscando evidenciar a junção do campo estético artístico com a militância LGBTI+.

Por fim, as considerações finais, enveredam no sentido de abarcar as afetações artistas como uma alternativa a mais dentro do processo histórico de tensionamento por direitos de nossa comunidade LGBTI+. Evidencio tais inquietações políticas misturadas à arte como processos duplamente carregados de estética e força política.

Figura 1 - Transfiguração Performance Transfiguração realizada por Negroma na fundação do grupo Acontece Arte e Política LGBTI+, 22/06/2013.



## 1. ARTIVISMOS POSSÍVEIS

“Artivismo” é uma palavra que vem à língua quando buscamos unir duas áreas já estruturadas, Arte e Ativismo, cada qual com sua dimensão de estudos. Essa fusão de áreas em uma terceira via revela as tentativas de diversas articuladoras em conceituar uma nova modalidade de participação e ação no jogo político e social. Alguns debates estão concentrados na questão do Ativismo na Arte, argumentando a capacidade da arte ser catalizadora da ação social, como palco e meio para se protestar e reivindicar politicamente. O fenômeno do ativismo artístico é, segundo Groys (2017, p. 106):

[...] fundamental para o nosso tempo porque é um fenômeno novo, bem diferente do fenômeno da arte crítica que se tornou familiar nas últimas décadas. Os artistas ativistas não querem simplesmente criticar o sistema de arte ou as condições políticas e sociais gerais sob as quais este sistema funciona. Em vez disso, eles querem mudar essas condições por meio da arte – não tanto dentro do sistema de arte como fora dele, o que significa mudar as condições da realidade em si. Os artistas ativistas tentam mudar as condições da vida em áreas economicamente subdesenvolvidas, suscitar questões ecológicas, oferecer acesso à cultura e à educação às populações de países e áreas pobres, atrair atenção para a situação dos imigrantes ilegais, melhorar as condições de pessoas que trabalham em instituições de arte.

E complementa, afirmando que os artistas ativistas “querem ser úteis, mudar o mundo, tornar o mundo um lugar melhor – mas, ao mesmo tempo, eles não querem deixar de ser artistas. E esse é o ponto em que problemas teóricos, políticos e até mesmo puramente práticos surgem” (GROYS, 2017, p. 106). Esta perspectiva ativista na arte busca de alguma forma separar os mundos: são “artistas ativistas”. Evita-se colar permanentemente, há que estar perto “pero no mucho”. Já para outras linhas de pensamento, assumir o termo artivista, que está na boca do povo, é refletir sobre a realidade posta na palavra e em seu uso e a contraposição contraditória da popularização da arte, de seus símbolos, de suas feituas, de sua especialidade, de seus espaços, de seus valores e, por que não, de seus conceitos.

Paulo Raposo (2015) define o termo artivismo com uma instabilidade talvez condizente com o processo histórico vivido pelo Brasil ao decorrer de sua construção e diz:

[...] um neologismo conceptual ainda de instável consensualidade quer no campo das ciências sociais, quer no campo das artes. Apela a ligações, tão clássicas como prolixas e polêmicas entre arte e política, e estimula os destinos potenciais da arte enquanto ato de resistência e subversão. Pode ser encontrado em intervenções sociais e políticas, produzidas por pessoas ou coletivos, através de estratégias poéticas e performativas [...]. A sua natureza estética e simbólica amplifica, sensibiliza, reflete e interroga temas e situações num dado contexto histórico e social, visando a mudança ou a resistência. (Raposo, 2015, p. 3).

O mesmo autor complementa que o artivismo consolida-se assim como “causa e reivindicação social e simultaneamente como ruptura artística – nomeadamente, pela

proposição de cenários, paisagens e ecologias alternativas de fruição, de participação e de criação artística” (RAPOSO, 2015, p. 3). Conseqüentemente o aparecimento de eventos “Artivistas” repercute em exposições, editais, galerias, autorias, e vem sendo registrado em produtos e marcas, e refletido na pauta da mídia hegemônica.

Com a difusão das práticas e das conceituações, destaco a atividade do Sesc-Pompeia, em São Paulo-SP, em 2014, que ofereceu várias oficinas sob o título *Artivismo: criações estéticas para ações políticas*; e para as quais, o texto de divulgação continha a seguinte formulação:

Em junho de 2013 o Brasil viu grandes manifestações populares – em torno de inúmeras reivindicações elas alcançaram um novo grau de cidadania e participação política e um nível inédito de inventividade. Diversos coletivos e grupos de artistas propuseram novas formas de participação e problematização, se valendo de estratégias estéticas e simbólicas para amplificar suas causas. O uso da tecnologia e das novas mídias foi essencial para que esses coletivos se articulassem. A internet veio a ser um instrumento de organização, troca, informação e aprendizado, sem hierarquias e monopólios. Esse momento de evidência revelou uma vontade crescente, que já ocorre nos últimos dez anos, de união entre a participação política e ações artísticas e culturais, criando um território novo, cheio de experimentação estética e de linguagem (SESC, 2014, n.p.).

O engodo das descritas “jornadas de junho de 2013”, que em 2016 vão culminar no golpe parlamentar e midiático<sup>2</sup> contra a legítima presidenta Dilma Rousseff, arregimenta sobre o poder da mídia burguesa e hegemônica uma série de supostos “ativismos” para trazer à tona a mobilização necessária, simbólica e política, para criar instabilidade e preparar o cenário mitológico do golpe de 2016. Esse flerte quase místico dos conservadores neoliberais com a arte é a demonstração que ela é um importante campo de disputa, que precisamos dialogar com os temas cotidianos da sociedade, política, econômica e cultural, trazendo para o âmbito da arte debates significativamente políticos e para a política debates relevantemente artísticos. É necessário pontuar que essa apropriação da linguagem dita artivista pelo neoliberalismo conservador, amálgama narrativas que cooptam, usurpam e exploram simbologias e saberes, na tentativa de mercantilizar a arte e transformar a opinião pública. Os estratos conservadores se valem dessas e outras ferramentas estéticas para gerar discursos falaciosos ao redor de duas grandes mentiras que estremecem de medo os brasileiros: corrupção e comunismo ou comunismo e corrupção.

Diversos grupos propõem debater as adversidades sociais a partir da linguagem artístico/corporal. Trata-se efetivamente de politização no âmbito da arte e *artistificação* no

<sup>2</sup> [https://literaturaeeducacao.ufes.br/sites/grupoliteraturaeeducacao.ufes.br/files/field/anexo/foi\\_golpe\\_-\\_versao\\_pdf.pdf](https://literaturaeeducacao.ufes.br/sites/grupoliteraturaeeducacao.ufes.br/files/field/anexo/foi_golpe_-_versao_pdf.pdf) (acesso em: 01 abr. 2020).

âmbito do político. No discurso desses atores sociais, “a sociedade civil não mais recebe relatos do que acontece no universo da arte, ela é convidada a participar e dialogar com as obras de arte, os artistas e os curadores, não apenas como público observador ou tema dos trabalhos, mas como coautor” (SANT’ANNA; MARCONES; MIRANDA, 2017, p. 839-840).

Seguindo o fluxo deste pensamento que aglutina arte, fazedor de arte e movimento social e ativista, disputando com uns e aliançando com outros, é no processo de se estabelecer e agir em coletivo que os processos artivistas se constituem. Os autores destacados anteriormente qualificam que a coletivização seria o ato ou o efeito de coletivizar-se, de estar em coletivo.

Esse termo em suas várias declinações é a palavra de ordem do momento. E, assim, artistas se reúnem em coletivos a fim de dar voz a suas poéticas e das minorias, e curadores se unem em uma das principais mostras de arte do país para discutir os problemas sociais de forma estética. De fato, produzir coletivamente é o mote da vez. Não é possível dizer se essa tendência terá um longo futuro, mas atualmente ela está presente com toda a potência, efetivamente modificando a relação de instituições com o público e criando novos arranjos institucionais. Para além desse processo, na noção de coletividade empregada hoje no mundo da arte, parece, no entanto, haver o desejo de subversão da lógica de dominação presente não apenas na esfera da arte, mas em todos os âmbitos da vida social. O desejo de transformação das regras socialmente vigentes é patente. E, no bojo dessas contestações, a arte tem sido encarada como a viabilizadora de discursos de teor político que, se não buscam a transformação social, ao menos a discutem. Assim, num processo de mão dupla, movimentos sociais e grupos organizados da sociedade civil têm buscado na arte elementos para dar visibilidade a discursos de contestação (SANT’ANNA; MARCONES; MIRANDA, 2017, p. 840).

Ao abordar as questões dessa forma, primando pela aproximação dos indivíduos, do espaço urbano, utilizando a arte como linguagem, apropriando e desviando simbolicamente ferramentas de comunicação, pode-se mediar a participação do público. Ao questionar sobre as dramatizações culturais e a inquietação com as novas e remanescentes configurações do poder, delineia-se um novo comportamento artístico, assim como uma nova resposta para entender e perceber suas proposições. “Para tanto, estes artistas, organizados ou não em coletivos, voltam-se para a pesquisa das situações adversas que os concernem e levam a trabalhar a respeito” (ALVES; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2014, p. 44).

Dentro desse contexto de artivismo surge a mídia, essa entidade quase virtual, que se configura como um dos poderes do Estado, ainda que não esteja totalmente sob seu domínio. É a mídia um conceito e um canal, uma ferramenta de influência, manipulação, educação e outros pontos, positivos ou negativos, de mediação da relação dos indivíduos com seu meio. Destaca-se que “a relação entre arte e mídia é que aquela se configura como forma de comunicação pública e política, sendo capaz de produzir impactos reais na sociedade” (SANTOS, 2015, p.

5), isso se dá pela capacidade de alcance de público e pela influência de uma pseudoverdade inscrita propositalmente em seus discursos.

É necessário entender que a mídia alternativa é a que “não apenas pauta um assunto não hegemônico, mas sim aquela que pauta assuntos relevantes para a sociedade como um todo, haja vista que tudo é alternativo [...] a depender do ponto de vista” como cita Santos (2015, p. 13). Em outras palavras, não estamos nos referindo a uma mídia que abrange apenas assuntos marginais, estamos falando de uma comunicação acerca de temas relevantes e centrais sob uma perspectiva diversa, sob outro olhar e a partir de outras narrativas. Já a mídia radical, onde a arte se insere, é aquela que busca tratar de assuntos relevantes com grande impacto estético, interativo e de amplo acesso. Santos (2015) completa ainda que a mídia radical “trata de assuntos que apenas não integram as discussões de um modo geral por nítido interesse patrocinado” (SANTOS, 2015, p. 13).

Os meios alternativos de comunicação acontecem de várias formas. No campo das artes, ao se observar movimentos artísticos que efetivaram a história da arte mundial, muitas foram as formas de comunicação radical, como o teatro de rua, a performance urbana, o grafite, dentre outras. A arte ativista é apenas um modo existente para expressar o inconformismo social frente a certo assunto, conforme indica Santos (2015). E esse inconformismo é, em geral, a força motriz das criações artísticas de pessoas que se inserem e se identificam como artistas, embora se veja também essa característica em muitas obras cunhadas apenas como arte ativista. E comento isso, dessa maneira, por compreender que há uma diferença crucial entre esses dois campos/conceitos.

Santos (2015, p. 14) assevera que:

Com dinâmicas multifacetadas, a arte ativista, portanto, se encarrega de provocar nos artistas e nos não-artistas, uma reflexão acerca de problemáticas sociais, construindo novos símbolos para a compreensão de temas que já possuem relevância na sociedade. Tal posicionamento constitui um questionamento plural, feito por várias vozes, que até podem possuir opiniões distintas, mas que juntas, formam um grande coro para o clamor de alterações políticas e sociais no mundo contemporâneo.

Podemos perceber essas multifaces das ações artistas, aqui posicionadas como artes artistas. Entendo que estes termos justapostos, ao invés da contração, se configuram como uma assepsia ao termo artista, onde tais operações políticas e a feitura criativa e artística se deslocam por regiões permeáveis. Essa assepsia indicaria talvez um abrandamento da inserção dessas artes em seus contextos. Relembro que para algumas linhas, o artista que se define enquanto artista não dissocia sua existência de seu fazer, tudo é, tudo está. E, em se tratando de temas difíceis, em geral apresentam-se corpos que não são apreciados e bem quistos.

É possível encontrar também fatores e pontos de ligação em suas bases fundantes, entre arte ativista e artivismo, convergindo em alguns elos da corrente proposta por Mourão (2015, p. 54):

[...] ambos se posicionam no mundo sonhando outros mundos. Isto é, ambos se afirmam segundo uma práxis tão idealista quanto idealizada, criando representações que na sua exposição pública pretendem reverberações exteriores ao que efetivamente criam. Algumas dessas reverberações, pela assumida interseção artística/ativista, são já chamadas de “artivistas”. O seu impacto é tanto maior quanto mais disruptoras forem as representações que as originam, estejam numa exposição, num palco, no meio da rua ou na internet, podendo sobrepor-se os enquadramentos.

Aproveitando o gancho que o autor nos dá e a relação desse com o tema de comunicação que abordo, na atualidade, através da internet, pode-se obter qualquer artivismo registrado, instantaneamente, pois um fato simbólico fica permanentemente disponível a todos, desde que assim queira a artista, tendo acesso com um simples click. Todas e quaisquer ações podem passar do espaço público para o ciberespaço público, gerando visualizações, compartilhamentos e comentários. Uma ação ativista pode ser vista na internet, cruzando linguagens como o vídeo, a dança, a música, a performance, a representação etnográfica ou a intervenção político-social (MOURÃO, 2015). Esse autor ainda ressalta que é possível prever ações artivistas para um público como no teatro, para o espaço público real, mas também para o ciberespaço, para as câmeras, ao vivo ou performando para registro em suportes e plataformas digitais.

O ponto que me interessa em toda essa discussão é pautar que há diferenças não apenas de compreensão e de conceituação para o termo artivismo, mas principalmente há um posicionamento e uma forma de ver arte diversa para essa linguagem e modo de ser e operar no mundo. Como artista, como militante, as potências e possibilidades desse campo da arte é local de criação, ação e reverberação das vivências, memórias e desejos que tenho em mim.

## 1.1 ARTIVISMO E ESPAÇO PÚBLICO

Roberta Amanajás e Leticia Klug traçam no capítulo II: *Direito à Cidade, Cidades para Todos e Estrutura Sociocultural Urbana*, do livro *A nova Agenda urbana e o Brasil: insumos para sua construção e desafios a sua implementação*, uma demonstração de que a “apropriação dos espaços públicos pela sociedade, enquanto espaços da diversidade, do exercício das relações comunitárias, do lazer e do exercício da cidadania, é um dos temas estruturantes da Nova Agenda Urbana” (AMANAJÁS; KLUG, 2018, p. 32), delineando uma das inúmeras demandas e lutas sociais para o nosso contexto contemporâneo.

O espaço público serve à cidade como um espaço comum a todos os cidadãos, tecnicamente. Entretanto como podemos observar cotidianamente, o acesso a este espaço público não comporta a diversidade, pois os casos de violência são comuns, como podemos observar no artigo de Wallace Goés e Cosme Marcelo *Homicídios da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros (LGBT) no Brasil: uma análise espacial*<sup>3</sup>. É assustador perceber a escalada de violência contra a nossa população e como os poucos dados que possuímos são arregimentados por entidades não governamentais e sequer existe política de Estado para conter essa tentativa de extermínio. Essas violências, que tem como fim a morte da pessoa LGBTI+, estão pulverizadas pelos espaços das cidades. Exemplificando, tem-se que, mesmo em espaços semipúblicos, travestis e pessoas trans muitas das vezes não podem acessar certos banheiros. Pessoas não-brancas da periferia em diversas ocasiões foram e são impedidos de acessar shoppings, por exemplo. Grunvald (2019, p. 268) assegura que:

Até exposições de arte que são expressões domesticadas de subversão eficiente em centros culturais de banco – domesticadas porque operam de forma que o próprio sistema heteronormativo consegue incorporá-las sem problemas, e eficientes porque ao serem incorporadas produzem lucro – mesmo elas, atualmente, são pintadas como possíveis revoluções que merecem ser combatidas em nome da moral, dos costumes, da família, da religião e mesmo de uma infância supostamente profanada.

A partir disso, muitos questionamentos podem ser expressos, entre eles os que reivindicam a ocupação de espaços e indagam quais corpos podem transitar de fato por eles. “Quais corpos podem ou não ocupar o espaço cotidiano sem serem lampadados (sic) ou, alternativamente, criminalizados? Que dinâmicas de segregação operam esses recortes?” (GRUNVALD, 2019, p. 268). Tendo em vista que a concepção de espaço público pode ser

---

<sup>3</sup> [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232020000501709&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020000501709&tlng=pt) (acesso em: 01/04/2021)

compreendida como espaço democrático da política e do encontro entre pares (aquelas que são consideradas, perante a lei, como cidadãs com direitos iguais), mas que, na verdade, esses espaços são “resultado da instauração de uma determinada práxis e de uma linguagem a ela associada a partir de um processo que Chantal Mouffe e Ernesto Laclau (1986) chamam de ‘exclusão constitutiva’” (Grunvald, 2019, p. 269)

Tudo o que não se entende como correto a um local em certo momento histórico e certo contexto sociocultural, melhor dizendo, tudo que foge ao “padrão normativo da branquitude, da cisheteronormatividade e da participação no espaço citadino como inserção num determinado mercado de consumo, tudo isso é repellido para fora do espaço entendido como público” (GRUNVALD, 2019, p. 269).

Segundo Rancière (2005 *apud* SANTOS, 2015, p. 5): “A rua, o espaço urbano acaba por ser o instrumento mais eficaz para realização dos embates simbólicos a que o artista ativista se propõe, sendo um local de partilha do sensível, tanto no plano estético, quanto no plano político”.

Conforme Mesquita (2006):

A vontade de realizar ações, intervenções e performances na cidade, fragmentada por contradições sociais e econômicas e pelo aparato mercadológico da publicidade e da mídia, está intimamente ligada com a introdução de novos modos de engajamento político no cotidiano, transformando os artistas em agentes ativos e catalisadores de experiências, integrando arte e vida. (MESQUITA, 2006, n.p. *apud* SANTOS, 2015, p. 5).

Nesse contexto, surgem diversos conflitos de interesses. Muitas são as contendas simbólicas advindas da relação artista e espaço urbano. Logo, o artista e/ou o coletivo pretendente da realização de um ato em certo local público, terá desafios em (re)criar seu espaço, dentro de um cenário cheio de símbolos e catracas visíveis e invisíveis (SANTOS, 2015, p. 6).

Para Pallamin (2007, n.p. *apud* SANTOS, 2015, p. 6):

Nos espaços abertos da metrópole, contudo, esta reconfiguração implica o enfrentamento de contradições e interesses conflituosos que neles ocorrem, caracterizando-os como cenários socialmente tensos e sabidamente, sob pressão crescente. Além disso, as contingências e modos de controle que incidem nestes lugares urbanos – sejam estes modos legais ou não, organizados ou informais, conferem-lhes um ambiente de incertezas e riscos que afetam a natureza de todas as iniciativas que ali acontecem.

Para tanto, o ativismo não trabalha apenas com a crítica social, mas conjuntamente com inseguranças e conflitos de interesses entre as pessoas, ou até mesmo frente a elementos

controladores do Estado, o que, naturalmente, ocasiona mudanças em sua forma de produzir cultura (SANTOS, 2015).

As intersubjetividades constituintes do âmbito público é que definem a qualidade do espaço democrático. Quanto maior a participação e diversidade de perspectivas existirem, segundo Mourão (2015, p. 66),

[...] mais se afasta um alinhamento pelo diapasão totalitário do pensamento único, de massas. Ora as performances artivistas possibilitam uma voz independente na esfera pública, procurando interpelar o Outro a partir de certas estratégias, arriscadas na sua audácia. Fazem-no com recurso à criatividade, à emoção, ao inesperado, a um espaço e/ou tempo com significado especial e ao bom uso dos meios de comunicação horizontal da internet ou de comunicação vertical dos *mass media*, animando a enfraquecida Democracia para além do institucional.

O espaço público é utilizado como palco para a arte e suas manifestações, que passam pelo cunho identitário. Em período de globalização, ao se tratar de distúrbios de identidade, Agier (2001) descreve que ambientes urbanos fornecem elementos para “encadeamento ou reforço dos processos identitários. A cidade multiplica os encontros de indivíduos que trazem consigo seus pertencimentos étnicos, suas origens regionais ou suas redes de relações familiares ou extrafamiliares” (AGIER, 2001, p. 9).

Logo, o público opera como um espaço de negociações, fluido, heterogêneo, fragmentário, de diversas formas de contestação e conflitos. Esse fato surge da noção de uma cidade plural. Mongin (2009 *apud* ALVES; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2014, p. 11) aponta uma concepção “de pós-cidade, em que as dimensões deste local vão além do espaço físico, sendo híbrido entre os modelos de cidade clássica e cidade de urbanistas e arquitetos, habitada por corpos múltiplos”. Para Ramos (2009 *apud* ALVES; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2014, p. 11), a ideia de espaço cidadão denota uma cidade em “Novos Tempos”, refletindo “novos sujeitos e códigos que cruzam a cidade tanto nos planejamentos de sua administração, quanto na necessidade de sobrevivência diária, de conquista de território para morar, trabalhar, estudar, se divertir e manifestar”. Ramos (2009, p. 78) conceitua a cidade moderna como sendo “um espaço geográfico que abriga [...] uma multidão multicultural com fins de comércio, serviços e lazer”. Contudo, as cidades se diferem, pois:

[...] não há nenhuma idêntica à outra, mas, ao mesmo tempo, são suficientemente parecidas. Devido a alguns fatores - obsolescência do trabalho rural e o conseqüente empobrecimento das cidades pequenas pela modernização da agricultura e dos serviços, por exemplo -, [...] as cidades passaram, nos últimos trinta anos, a receber uma grande aglomeração de pessoas e se transformaram no lugar da diversidade, do pluralismo cultural, do afrontamento [...]. A cidade é hoje esse conjunto de pessoas, necessidades, privilégios e heranças históricas. É o lugar da imprevisibilidade. Novas situações são impostas ao cotidiano rotineiro da cidade “certitude” (ALVES; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2014, p. 11).

Os novos cenários que acontecem no espaço urbano se revelam em vários níveis (do político ao religioso, do científico ao artístico). Contrários à exploração do capitalismo, exacerbado na luta de classes nas esferas de caráter ideológico, alguns destes protestos se apresentam como um fragmento da luta e como um operador de reivindicação coletiva dentro das estruturas da cidade e suas normativas. Contudo é preciso notar que o protesto, o ativismo e o desdobramento político pretendido são moedas utilitárias, pois qualquer grupo ou indivíduo pode utilizar-se destes meios. Podemos ter um protesto ao meio-dia sobre a importância das vacinas para a nossa sociedade e às 15 horas um outro protesto de pessoas antivacinas, e ambos carregam em si elementos singulares e contradições próprias e/ou coletivas. Mas ainda assim podemos questionar qual seria aquele com mais aceitação e menos enfrentamento diante da configuração de nossa sociedade, no sentido macro e micro. Aqui, talvez seja o ponto de contradição maior desta pesquisa, mesmo sendo um conjunto de ações fascistas, embasadas na negação aos direitos humanos, da ciência, da democracia; tais ações ainda seriam consideradas arte? Sumariamente não, mas é preciso reconhecer os elementos dessas sopas estéticas e delimitá-los.

Numa sociedade capitalista, conservadora e colonialista, como é a brasileira, vemos esse fenômeno ocorrendo em larga escala e com apoio da também já citada mídia. Como consequência, esse ativismo, esse enfrentamento, precisam ser constantes, se agigantar.

Agora, se estamos afirmando que há uma usurpação dos temas e das linguagens, das formas e dos meios, como podemos separar o que é ativismo do que não é? É possível uma separação? É possível uma concepção que delimite esse campo? Essa limitação não se caracterizaria como uma censura, como a mesma censura que uma artista diz combater?

Como pesquisador, é importante ter um olhar crítico sobre esses pontos. Observar que um movimento fascista e conservador pode se apropriar de um canal e de uma linguagem, utilizar esses meios em favor de suas causas pouco populares e democráticas, manipular a opinião pública e distorcer o entendimento do que é arte e de como esta deve se manifestar. No entanto, a minha visão de mundo atravessa e contamina minha análise, pois se em meu processo artístico e militante faço um enfrentamento direto a esses movimentos fascistas e conservadores como posso o entender como legítimo, como igual, no sentido de poder utilizar das mesmas armas que eu?

## 1.2 ARTIVISMO X VIOLÊNCIA

No que diz respeito à violência contra as nossas populações, as interatividades de ativistas e organizações LGBTI+ com profissionais da mídia possuem um histórico de muitas tensões, seja mediante protestos pelo retrato da HIV/Aids descritos como “peste gay” nos anos 1980, seja o insistente uso do artigo masculino apontando para travestis nos dias atuais, ou ainda pela forma representativa dantesca de nossos pares, ou pela formação de opiniões duvidosas sobre direitos, ou até mesmo pelo conjunto da mídia hegemônica que suporta e suportou discursos discriminatórios.

Segundo Coletto (2013, p. 135-136):

Longe de ser uma constatação de anomalia, a tensão é parte constituinte das relações que se estabelecem entre atores políticos tão distintos – ativistas, cientistas, parlamentares, jornalistas, produtores e executivos da mídia, por exemplo – em prol de uma representação, que será atravessada e mediada por interesses diversos, políticos e econômicos em especial. Os modos como essa tensão é significada e traduzida ou não em diagnósticos e estratégias em relação à mídia, por parte dos ativistas, variam em muitos momentos.

Os dados de violência terminal LGBTIfóbica no Brasil são escassos, dados sobre violência simbólica são inexistentes. Por violência terminal, entende-se atos que agridem diretamente a pessoa. Por violência simbólica, atos que agridem o subjetivo da pessoa, não menos grave que os anteriores. O Estado brasileiro não possui dados concretos regulares sobre as questões de violência contra esta população, o único relatório de caráter analítico-empírico foi construído pelo Grupo Gay da Bahia (2019) e nele podemos observar que apenas no ano de 2018 foram assassinados de maneira violenta quatrocentos e vinte pessoas<sup>4</sup>, entre elas a militante e vereadora do Rio de Janeiro, mulher negra e lésbica Marielle Franco e a artista Trans Matheusa Passareli, entre muitas outras companheiras de vida e de arte. Que as nossas mortes não sejam em vão! #MarielePresente #MatheusaPresente.

A violência contra a nossa população é generalizada, da piada ao assassinato, somos vilipendiadas rotineiramente. Em uma tentativa de resistir ao cotidiano de extermínio ao lado dos nossos irmãos e irmãs negras, assassinadas diariamente, buscamos respostas. Uma dessas respostas possíveis a esse extermínio físico, intelectual, emocional e existencial, é o uso de linguagens artísticas para denunciar, visibilizar, empoderar, disputar, por parte dos movimentos

---

<sup>4</sup> Relatório hemerográfico sobre as mortes de pessoas LGBTI+ organizado pelo Grupo Gay da Bahia em parceria com outras instituições LGBTI+ do Brasil. Em 2018, nomes como Marielle Franco, vereadora lésbica e militante lgbti+ do Rio de Janeiro, Mateusa, artista plástica e ativista, foram assassinadas e figuram vítimas da LGBTIfobia. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2019/01/relatorio-2018-1.pdf>> (acesso em: 08 jul. 2019).

sociais. São tentativas coloridas ou não, de por meio de e através da arte pensar conjuntamente formas efetivas para tentar barrar o avanço da banalização da violência contra nossos corpos e de alguma maneira disputar o imaginário cultural, social e moral. Assim, os movimentos atuam com base em uma produção ativista de suas pautas, deslocando artistas para a luta e lutadores para a arte.

É importante lembrar que há dois pontos que podemos relacionar com ativismo e violência. O primeiro, está ligado à violência sofrida por estes corpos desejanter e questionadores, antes, durante e após seus atos performativos. O segundo está ligado à violência com que suas pautas e narrativas são cooptadas e utilizadas como arma para invisibilizar ou deslegitimar estes corpos.

Outro exemplo de respostas possíveis, relacionando mídia e ações ativistas para a composição e formação de entidades sociais, é a ação da Acontece LGBTI+. Uma organização que é formada por um coletivo que planeja suas ações e as executa partindo de encontros e reuniões prévias, lideradas por determinadas pessoas eleitas em suas assembleias e que desenvolvem essas ações em múltiplas frentes, compondo conselhos comunitários do poder executivo, participando e instigando o legislativo por meios de comissões e projetos de lei, até ações de caráter formativo a encontros de socialização e intervenções artísticas, coletivas e sociais. É mais uma das muitas instituições dos movimentos LGBTI+ que buscam caminhos de mobilização e conscientização social, de garantia de direitos, utilizando a arte, ocupando espaços, fazendo frente a violência estrutural.

A concepção de artista-ativista é um termo criado pelo coletivo americano *Critical Art Ensemble*, em 1996, para definir aqueles que, “sendo ou não reconhecidamente artistas, se apropriam das mídias e tecnologias para produzir novas formas de intervenção cultural que seriam ‘artísticas’ em seus modos de desenvolvimento e operacionalização” (GONÇALVES, 2012, p. 181).

Para autores como Alberto López Cuenca, desde a década de 1970 os artistas utilizam práticas de intervenção estratégica em suas mediações sociais imediatas, situando a artista dividida entre o mundo da arte e o mundo do ativismo político (CUENCA, 2018). É interessante notar que o termo ativista é ou pode ser aplicado àquelas obras que de maneira geral não necessariamente advém de sujeitos ditos artistas.

As manifestações típicas de protesto com coletivos em maiores números na rua, em algumas ocasiões de massas, têm a dependência de elementos quantitativos: quanto mais indivíduos inclusos, maior a sua representatividade democrática. Isso porque, a quantidade legitima o coletivo. As performances ativistas, contrariamente, dependem de elementos

qualitativos: relevante é a qualidade do impacto causado no âmbito público. Sendo importante também a carga emocional envolvida. “A comunicações banalizadas correspondem banais emoções, enquanto comunicações extraordinárias desencadeiam emoções extra” (MOURÃO, 2015, p. 65).

Mourão (2015, p. 67) diz serem necessários quatro fatores-chave para que uma performance artista seja bem-sucedida, são elas:

- 1º - transmitir uma vibrante dimensão dissonante, recorrendo a formas de comunicação mais emotivas e simbólicas que lógico-rationais;
- 2º - exercer-se de forma inesperada, criando impacto pelo elemento surpresa;
- 3º - em espaço e/ou tempo com significado especial, jogando com as noções artísticas de *site-specific* (associado ao espaço) e de narrativa dramática (associada a datas e eventos simbólicos);
- 4º - ser registrada e transmitida pelos *mass media* e/ou pela internet, fazendo da esfera pública e do ciberespaço público, o palco mediático que gera o público (note-se que sem público não há performance).

A demonstração artista baseada em determinadas metodologias tem a pretensão de chegar ao outro, tocá-lo, sensibilizá-lo, provocá-lo para além do convencional. Parte-se de uma entrega emocional, onde o corpo se torna o centro da ação artístico-política, potencializando uma mudança interior no praticante da performance. Potencializando assim, ao mesmo tempo, uma mudança exterior, para outros, para o mundo. A mudança de um, cria mudança no outro. E mais profundamente, o que pretende a arte, o ativismo, o sonho, senão este fato? (MOURÃO, 2015).

É preciso posicionar que nem toda ação artista precisa ou deva, como função primordial, ter um toque estético e político para este ou aquele público, ela também é sumariamente um incômodo, um nó na garganta, um cheiro de lixo podre, um reconhecimento e ocupação momentânea de uma lajota de concreto. Não podemos enfaixar o ativismo como em uma receita de pão de ló. Contudo, estabelecer parâmetros e balizadores pode ser um caminho para vislumbrar melhor esse fenômeno.

#### 1.4 ARTIVISMO - BRASIL EM REDE - CULTURA

A nova geração de artistas brasileiros compreende claramente a relevância das tecnologias de comunicação e das denominadas “redes sociais” para trocar informações e ampliar o repertório de ação. Entendem que operam em um ambiente mais interconectado, ambientes presencial e virtual se imbricam por meio de redes de comunicação, sendo um relevante recurso para novos meios de expressão artística e política. “Atuando de forma independente ou por vezes de forma conjunta, muitos coletivos se inserem em redes virtuais de comunicação, por meio das quais realizam debates, trocam experiências e organizam ações conjuntas” (GONÇALVES, 2012, p. 182-183).

No Brasil, as ações de ativismo muitas vezes

[...] se confundem com as dos artistas, por atuarem diretamente sobre a sensibilidade e as percepções da realidade, com base em formas expressivas como a performance, as artes visuais e arte colaborativa possibilitadas pelas mídias digitais. Da mesma forma, coletivos de artistas muitas vezes realizam ações que podem ser entendidas como “ativismo”, ao levantar questionamentos de cunho cultural ou político e ao produzir ações que pressupõe algum nível de participação e engajamento de pessoas no espaço público, de forma presencial ou por meio de redes virtuais de comunicação. Ambas são práticas convergentes e lançam mão tanto de mídias digitais quanto de outras mídias como canais expressivos. (GONÇALVES, 2012, p. 188).

Nas atuações práticas contemporâneas de artistas, concepções como a de “arte” e de “ativismo” podem ser flexíveis e amplas, podendo ser apontadas como um ato ao mesmo tempo “político”, “artístico” e de “comunicação”, pelo ineditismo articulativo de criação e de variação com essas instâncias. Na realidade, as práticas coletivas artísticas denotam um elemento relacional expressando não somente em suas formas organizativas enquanto grupo, assim como em seus pontos estratégicos e de recursos. Destaca-se que para muitos desses grupos, encontros com passantes, intervenções, blogs, eventos, reuniões com moradores, obras de *net art* e listas de debates na internet conotam um mesmo *status* ou uma mesma relevância: “a de viabilizar, cada um a seu modo, encontros e enfrentamentos. São todos recursos articulados e combinados de forma a produzir instantes provisórios, mas oportunos e com potência estética, política e comunicativa” (GONÇALVES, 2012, p. 190).

Palavras como ativismo, arte e/ou ativismo se apresentam como maneiras de declarar práticas sociais comunicativas, não requerendo uma definição exata de labuta, e sim, exigindo um outro olhar para compreendê-las. Conforme Suely Rolnik (2008 *apud* GONÇALVES, 2012, p. 190):

[...] sempre houve convergências entre arte e política na história da arte e dos movimentos sociais do século XX, mas o que muda são os modos de entendermos

essas convergências, sem tentar necessariamente nomeá-las. Ao mesmo tempo, enquanto “ação crítica”, as ações de arte e ativismo pelo menos no Brasil escapam aos modelos da “arte política” e do ativismo. Elas se produzem num interstício e formam um composto onde o político encarna o poético e vice-versa e onde uma instância não se reduz à outra, mas juntas produzem variações de uma e de outra, (como vemos hoje no Brasil).

Esses atos sociais comunicativos frente a seu poder disseminativo e reverberativo ajudam na irrupção de uma potência transformadora que recombina certos fatores, articulando-os de forma a produzir arte, protestos, questionamentos e crítica social. Opostamente a outros momentos históricos, questionar e criticar não parece implicar em negar a vida, e sim, produzir um pluralismo, tirando do efêmero e da partilha a sua força (GONÇALVES, 2012).

Por meio de tal pluralismo, essas práticas sociais de arte e de ativismo apropriam, incorporam e reprocessam elementos da cultura, tornando-se também mecanismos através dos quais seja possível uma fuga ao instituído e uma afirmação de potência de vida. Ressalta-se que, é na experiência diária que se vive e compartilha, experimentando formas sociais necessárias à geração de outros modos de vida, “que não são necessariamente nem negação nem utopia, mas que tramam aqui e agora um movimento de liberação dos fluxos da própria existência” (GONÇALVES, 2012, p. 191), logo a vivência é elemento fundamental no processo de uma produção artista, e não se desconecta do cultural.

É no âmbito cultural que se tenta concretizar concepções hegemonicamente, disseminando ideais sobre os mais diversos fenômenos sociais (violência, pobreza, diversidade sexual etc.), “compartilhando prescrições sobre os comportamentos, no movimento de controle dos corpos” (PEDRONI, 2019, p. 15). Conforme Gramsci (2019 *apud* ANGELI, 2011, p. 130-131):

[...] concebe a cultura como um patrimônio reflexivo, emotivo e intersubjetivo que caracteriza um determinado ambiente social: classe, grupos, razões, nações, etc., que se manifesta nas formas de normas, ideias (sic), convicções por um dado grupo social, e que constitui a fonte da vontade coletiva e do comportamento coletivo. A cultura então é qualquer manifestação da espiritualidade humana – ciência, arte, religião, filosofia e a política – desde que exprime um produto no desenvolvimento histórico de um grupo social.

Gramsci ao seguir o pensamento marxista, não retira o mundo de concepções de condições materiais de existência, entendendo que a cultura tem respaldo na estrutura que a rege. A teoria marxista aponta que o paradigma capitalista se materializa dividindo a sociedade em dois polos: “aqueles que possuem os meios de produção de riqueza e aqueles que, sem estes, resta-lhes vender sua força de trabalho e se submeter aos primeiros” (MARX, 1996). Dessa forma, “cria-se uma desigualdade insuperável, em que a mesma maioria que produz a riqueza,

através de seu trabalho, só a usufrui parcialmente, garantindo a acumulação de capital para poucos” (PEDRONI, 2019, p. 15).

Esse fato é significativo por considerar a cultura em uma ótica hegemônica, onde não se constrói aleatoriamente formas de pensar/se comportar, mas caminhos ideológicos correspondendo a desejos e ideais sociais localizados; mesmo não sendo precisamente fixos e homogêneos. E, por mais contraditório que possa parecer, “ao olharmos para a hegemonia no contexto do capitalismo global, sob a faceta atual do neoliberalismo, diante de crises econômicas, políticas, sociais, ambientais e éticas, o desenho hegemônico tem razão de ser” (PEDRONI, 2019, p. 15).

Segundo Almeida Jr. (2011, p. 8):

A ideologia dominante inspira e reproduz, portanto, um conjunto de práticas e expressões da sociedade burguesa, como o individualismo, o egoísmo, o consumismo, o autoritarismo, o mandonismo, o racismo, o machismo, a homofobia, a separação entre o trabalho manual e intelectual, o personalismo, o liberalismo, o pragmatismo, o levar vantagem pessoal em tudo, a legitimidade da propriedade privada, o uso da violência para manter a ordem, a democracia representativa em oposição à democracia direta e efetiva participação do povo no poder, a exploração econômica dos não proprietários dos meios de produção, os privilégios dos mais ricos e “preparados” e “competentes” etc.

Quando a arte ativista se apresenta socialmente envolvente, com engajamento de artistas que participam e propõem ideais, ela não só debate, apresenta e mobiliza diversos elementos pulsantes no coletivo por meio de suas distintas relações com a vida, como também atravessa e transforma questões e suas demandas de ação. No tocante a arte ativista enquanto ativismo cultural, Chaia (2007, p. 10) explica:

De imediato, o ativismo cultural tende a aproximar-se da anti-arte, ao eliminar o objeto artístico em favor da intervenção social inspirada pela estética e ao desconsiderar a contemplação em benefício do envolvimento da comunidade. [...] Desta forma, é característico desse tipo de arte política a participação direta, configurando formatos de situações que vai do artista crítico até o engajado ou militante.

O entrelaçar do produto arte e do protesto toma força, transformando os modos tradicionais de se manifestar politicamente. Procura-se manifestar para além de gritos de guerra e longas caminhadas coletivas, maneiras de se expressar com o corpo e/ou em espaços urbanos, a possibilidade de outras formas de reivindicar as pautas de luta. Também, tais novos movimentos sociais se propagam e se formam em outros tempos-espaços antes não explorados, como no caso das mídias alternativas e redes de socialização via internet. Para tanto, “abre-se novos caminhos, ainda ilimitados, de construir narrativas que levam em conta a importância e

potência da estética e da experiência sensível para a mobilização e consciência política coletiva” (PEDRONI, 2019, p. 32).

Particularmente, os novos movimentos sociais recorrem a representações de protesto que se podem colocar paralelamente ao campo das artes frente à sua linguagem. Eles colocam cenários visuais dramáticos em seus atos reivindicatórios, indo para além do padrão das manifestações tipicamente partidárias e sindicais, denotando em suas práticas “recursos da arte contemporânea como o *happening*, o *site-specific*, a instalação, o *ready-made* ou a performance” (MOURÃO 2015, p. 101).

O movimento social como um todo, com seus avanços e regressões, demanda das pessoas posicionamentos e respostas. Nesse sentido, Mourão (2015, p. 63) escreve:

Numa época percebida (sic) como sendo de crise, especulação financeira, desigualdade social crescente, maior déficit democrático, com constantes casos midiáticos de corrupção e de desvalorização do que é de e para todos, a alternativa de uma arte à parte do mundo envolvente ou mesmo em fuga face ao real, é válida e pode ser muito interessante – seja pelo onírico, abstrato, fantasioso, inútil, religioso ou de que forma for – mas como continuar a fazer arte que no seu alheamento (sic) político-social, de forma voluntária ou involuntária, silencia de modo cúmplice, ou até alimenta, um sistema onde o real é tão profundamente dominado pelo injusto como o da época em que vivemos?

Os atos artivistas resultam de pulsões históricas determinadas, colocando para a arte e a política novas intersecções. É relevante não entender o ativismo artístico como “uma motivação abstrata que se mostra como qualidade humana de alguns, mas como uma ação social historicamente localizada, que toma diferentes configurações” (PEDRONI, 2019, p. 39).

Felshin (2001, p. 74), pondera sobre o fenômeno da arte ativista:

Podemos perguntar-nos: qual é o futuro da arte ativista? [...] Tanto o ativismo político como a arte ativista parecem florescer [...] quando a participação pública no processo democrático se vê restringida repentinamente e quando a sociedade se polariza descaradamente entre os poderosos e os não poderosos, quem é escutado e quem é silenciado.

Através da diversidade ligada às experiências artísticas surgem inúmeras estratégias, ponderações e propostas que nascem do fazer artístico ativista. Tal pluralidade gera um âmbito fértil para distintos modos de aproximar a realidade das consequentes intervenções sociopolíticas. Cria e recria um constante incentivo para elaborações autônomas de mundo, mormente dentro de um prisma de cidadania integral, ultrapassando a construção discursiva e, se inserindo no âmbito das vivências e mudanças profundas e íntimas (PEDRONI, 2019).

Nesse sentido, Almazán e Clavo (2007, p. 70) destacam que:

[...] A arte ativista tem, então, um caráter radical e urgente, sempre processual no sentido de que no lugar de estar orientada para o objeto ou o produto, assume

significado através de seu processo de realização e recepção. Na verdade, se contextualiza em situações concretas locais, nacionais ou globais e significa sempre também uma criação em tempo real. A arte ativista é uma arte de natureza pública e coletiva.

As estratégias para ocupar ruas, praças, ambientes públicos, que surgiram com força a partir de 2011, mesmo que seus desdobramentos não tenham promovido transformações radicais em todos os atos, denota certa urgência em construir novas relações, “que se contraponham aos modos de ser hegemônicos e que possam nascer do encontro, da comunhão, da experiência de democracia” (PEDRONI, 2019, p. 39). Melhor dizendo:

Os sujeitos que ocupam a rua [...] utilizam de seus corpos como instrumento de tensionamento da ordem, produzindo o espaço público como um lugar de discussão, articulação e reivindicação política, dando a ver, com esta atitude, alguns modos de viver contra-hegemônicos, pela forma não-prescrita que passam a usar a rua (TIERBOEHL, 2015, p. 61).

A ocupação desse espaço público, vinculada aos pontos já descritos anteriormente, é uma das estratégias das artistas brasileiras que mais do que ocupar o imaginário ou os meios virtuais, se fazem presente nesse território de disputa que é a rua. É nesse local onde as situações que mobilizam suas artes se materializam ou ganham potência. Nada mais justo e relevante que fazer uso do mesmo espaço para ecoar suas reivindicações e forçar novos paradigmas.

## 1.5 ARTIVISMO E O MOVIMENTO

O termo ativista é criado, em certo consenso, pela jornalista Juliana Monachesi, em um artigo que aproxima ações consideradas de cunho político e artístico que se veem despreocupados com o termo arte e aproximados aos artistas situacionistas (surrealismo/dada/fluxus), essas ações artivistas seriam em suma originárias de artistas que desejavam intervir socialmente com a sua produção de sentidos e potências. Em contraposição teríamos então o termo Arte Ativista cunhado pelo grupo estadunidense *Art Ensemble*, que se difere de ativista por situar o proponente como um não artista necessariamente que utiliza a poética das artes em suas mais variadas linguagens para difundir e/ou promover pautas políticas (VILAS BOAS, 2015, p. 40).

Logo poderíamos supor que o termo ativista está ligado às formas e procedimentos previamente engendrados nos movimentos de massa, assim como outros movimentos sociais e políticos utilizaram a agitação e a propaganda como forma direta de manejar e articular por meio das linguagens artísticas e estéticas sua pauta política. É preciso reconhecer que essas

foram de alguma maneira as precursoras da relação íntima entre arte e política, posteriormente desembocando na arte ativista. Cuenca (2018) cita:

[...] neste segundo, parece que o "ativismo" é um adjetivo ou sobrenome de "arte", enquanto o ativismo nos permite, ao mesmo tempo, sublinhar a dimensão "artística" de certas práticas de intervenção social. "Arte" também é aqui um conceito ressignificado: deve ser entendido como o campo expandido de confluência e articulação de práticas "especializadas" (plástico, literatura, música teatral...) e "não especializadas" (formas de invenção e conhecimento popular, extrainstitucional...). Em suma, quando dizemos "ativismo artístico", deve ser considerada a síntese prática de uma multiplicidade: não é um estilo, nem uma corrente, nem um movimento. (CUENCA, 2018, p. 43, tradução nossa).<sup>5</sup>

Assim, podemos simetrizar que este termo está estritamente relacionado a práticas e procedimentos de artistas que estão ligados a causas sociais ou movimentos sociais, imbricando a sua prática artística com as pautas advindas da política e que não necessariamente necessitam que o emulador automaticamente tenha as premissas sociais de artista.

Ramon Parramos (2003) também situa a arte ativista como contemplando uma criticidade, interação social vinculada à especificidade do lugar e sua ligação com a realidade, a utilização de meios culturais para mudanças sociais. Coloca tais práticas no limite do que ele chama de periferia do discurso artístico desde os primórdios da tradição modernista, trasladando em não apenas conceitos moldados sobre os campos da arte como também da sociopolítica.

Já, a agitação e propaganda de maneira geral servia apenas ao partido comunista como uma forma mais esteticamente teatral, que visava preencher a lacuna da desinformação e alienação das classes trabalhadoras da revolução Russa e era totalmente vinculada ao Estado (SANTOS, 2017). Stédile e Villas Boas (2014) no artigo *Agitação e Propaganda no MST*, publicado no livro *Agitprop: cultura política* nos exemplificam e desanuviavam o que podemos entender sobre esse elemento:

O [teatro de] agitprop abre a produção de linguagens expressivas à participação de setores da população que, até então, raramente ultrapassam os limites da plateia (e isso quando conseguiam chegar até aí. Apoiado sobre a base do auto ativismo, do teatro feito espontaneamente por grupos organizados nas entidades e clubes operários, não é de todo inviável a hipótese de que, passado o momento crítico da Revolução, o [teatro de] agitprop pudesse desembarcar desembocar da configuração de um complexo cultural novo, compatível com o socialismo [...] (STÉDILE; VILLAS BOAS, 2014 *apud* GARCIA 2004, p. 27).

<sup>5</sup> [...] en este segundo, pareciera que el "activismo" es un adjetivo o un apellido del "arte", mientras que en aquél es el activismo lo que prima permitiéndonos al mismo tiempo subrayar la dimensión "artística" de ciertas prácticas de intervención social. El "arte" es aquí también un concepto ressignificado: se ha de entender como el campo ampliado de confluencia y de articulación de prácticas "especializadas" (plástica, literatura, teatro música...) y "no especializadas" (formas de invención y saberes populares, extrainstitucionales...). En definitiva cuando decimos "activismo artístico", se ha de considerar como la síntesis práctica de una multiplicidad: no es un estilo, ni una corriente, ni un movimiento. (CUENCA, 2018, p. 43)

Como podemos observar, a agitação e propaganda configura-se como uma linguagem regida pelas ideias socialistas da revolução russa, estando intrinsecamente relacionadas àquelas pautas sumariamente ligadas às questões trabalhistas que até então não levavam em conta as questões borbulhantes dos dias atuais, como o capitalismo foi vencedor e dominador em todos os âmbitos do consumo e existência. Uma falsa simetria e um anacronismo delimitam estas comparações. Contudo é fácil observar que o *agitprop* tinha em sua estética a necessidade de se fazer legível às massas e a linguagem deveria ser obviamente educativa em nível disseminador dos ideais e alvos da revolução socialista.

## 1.6 ARTIVISMO, BRASIL E POSTULAÇÕES ENTRE ARTE POLÍTICA E AÇÃO

O papel do Estado brasileiro em ser o formador da própria sociedade não é contestado, diferentemente dos países centrais, frente à formação da sociedade brasileira. Segundo Spatz e Suptitz (2014, p. 6), “compete à Administração Pública efetivar, garantir e promover os direitos fundamentais a todos os cidadãos brasileiros. Para tanto, será necessário à concretização de ações e programas”. Sendo assim, a efetivação de políticas públicas por meio de ações e programas no Brasil, ditam a direção frente às questões sociais.

Tradicionalmente no Brasil entende-se que público é o governo. Essa tradição é muito significativa dentro da sociedade brasileira como um todo, apontando para a existência de enormes dificuldades no tocante às políticas públicas governamentais. Nesse caminho, a contestação de políticas públicas para atingir a população LGBTI+, se configura em um enorme esforço (CAUMO, 2018).

Para Rúa (1989, p. 3), as demandas sociais se classificam sob três aspectos - as demandas novas, as recorrentes e as reprimidas:

As demandas novas são aquelas que resultam do surgimento de novos atores políticos ou de novos problemas. Novos atores são aqueles que já existiam antes mas não eram organizados; quando passam a se organizar para pressionar o sistema político, aparecem como novos atores políticos. Novos problemas, por sua vez, são problemas que ou não existiam efetivamente antes - como a AIDS, por exemplo - ou que existiam apenas como "estados de coisas", pois não chegavam a pressionar o sistema e se apresentar como problemas políticos a exigirem solução.

A partir da segunda metade do séc. XX, os novos movimentos artísticos engendrados pela Arte Conceitual efetivados pela Europa e EUA, se traduziram na América Latina e no Brasil em forte envolvimento político e social. A distinção da Arte Conceitual da América Latina e Brasil para a Europa e EUA se deu no contexto histórico e social vividos por cada sociedade (ASSIS, 2020).

Segundo Freire (2006, p. 10):

Nota-se um acento político na produção brasileira e latino-americana, em que a Arte Conceitual se distingue pela contextualização e ativismo de conteúdo utópico, em oposição à auto-referencialidade da Arte Conceitual na Europa e nos Estados Unidos. Não por acaso, o período de maior relevância para a Arte Conceitual coincide com as ditaduras nos países latino-americanos e no Leste Europeu.

A classe artística brasileira levantou questionamentos sobre a situação de sua sociedade no período ditatorial, tendo seu auge na década de 1980. O embate entre a classe artística e a ditadura militar gerou uma explosão criativa na época mediante obras de arte impactantes, provocadoras e instigantes (ASSIS, 2020). O efeito político de tais questionamentos artísticos sobre arte e política, segundo Moacir dos Anjos (2012 *apud* COSTA, 2007, p. 8), ultrapassa a noção de uma simples conscientização de conflitos, onde “seja qual for a natureza desses conflitos, o fundamental é que a arte seja capaz de, por meio do impacto que possui sobre nossos sentidos, alterar o modo como nos relacionamos com o entorno físico e afetivo”.

Assis (2020) ressalta que a função da arte é deixar os cidadãos sensivelmente a par da situação de si mesmos, do outro e do planeta. No entanto, pensar que apenas a arte revoluciona a sociedade torna-se uma utopia pueril e irresponsável. “A revolução que a arte engendra é o despertar da sensibilidade, esta deverá ser incentivada sob todas as possibilidades, conquistada em luta incansável, sem tempo para acabar” (ASSIS, 2020, p. 5).

No tocante a protestos contra violência, conflitos e problemas sociais, Assis (2020, p. 2) elucida:

Apesar dessa arte politizada, crítica e engajada estar tão ausente em grande parcela de nossas atuais manifestações artísticas, ora vazias de função social e da força da denúncia, ora prostradas e limitadas em seus repetitivos temas e círculos viciosos. Todavia, a arte do protesto volta à luz quando instigada para existir ao ativar a sua principal razão de existência: sensibilizar a sociedade.

Há que se observar que, especialmente a partir dos anos 1990, em muitos locais no mundo, artistas ajudaram grupos de ativismo e movimentos sociais a organizarem-se para reivindicar, criticar e lutar por direitos; por meio de práticas que muitas vezes não condizem com os meios normais de atos políticos e de suas maneiras institucionalizadas. Nessas condutas, parece ter relevância “a noção do político e não da política, onde a instância do vivido, do negociado no cotidiano cria laços sociais temporários e frouxos, mas nem por isso ineficaz” (GONÇALVES, 2012, p. 179).

Os métodos de ação em voga possuem, no momento atual, um enfoque que aponta para a crítica social e os engajamentos. Segundo Gonçalves (2012, p. 179), esta seria

[...] uma possibilidade de afirmação e desobstrução de fluxos de vida e não apenas uma experiência marcada pela negação. Com a etiqueta de “ativismo” conferida pela mídia, as ações investigadas são desenvolvidas a partir de dinâmicas sociais muito particulares presentes em vários países do mundo, onde o investimento na internet, nas redes de comunicação e nos espaços públicos instaura e ao mesmo tempo apresenta aspectos relacionais complexos, caracterizados pela combinação inusitada de espaços, mídias, atores sociais diversos, expressões artísticas e ações coletivas.

No Brasil, tal gênero de atos é efetivado por grupos de artistas e ativistas acostumados a atuar em conjunto e frequentemente fora dos meios culturais institucionalizados, ainda que não os deixem tanto a margem. O que se destaca ao observar essas práticas no Brasil, muito além das questões das denominações e etiquetas, são os ideais orientadores, com especial atenção para os aspectos apontados na literatura sobre novos movimentos sociais e ativismos, dentre eles: “a multiplicidade, o reticular, o conexãoismo, os engajamentos flexíveis, a adesão por afinidades e não necessariamente o princípio da ideologia” (GONÇALVES, 2012, p. 179).

Os artistas e ativistas brasileiros têm comumente o desejo de contribuir no intento de construir discursos e práticas que dialoguem criticamente com os problemas contemporâneos. Os coletivos artísticos brasileiros se formam com artistas, ativistas e/ou por indivíduos puramente interessados em participar de ações e eventos. Para muitos coletivos, o que é relevante são as ações e suas repercussões imediatas e não outros desdobramentos, como o maior engajamento. Conforme Gonçalves (2012, p. 181) é que

se, por um lado, noções como “mobilização política”, “intervenção urbana” e “ativismo” se aplicam a esses grupos, por outro, eles não constituem uma forma declarada de “ativismo” ou como um movimento social ou artístico, embora possam eventualmente estar ligadas a movimentos diversos em função das ações realizadas. Precisamente, o que parece caracterizá-los não é uma construção identitária, mas um investimento num associativismo que se dá em um regime de impermanência, de contrato flexível, que se distancia de formatos associativos rígidos e também da conjuração da cristalização de repertórios e modos operativos.

Os grupos que surgiram a partir dos anos 1990 são apontados contextualmente como os denominados novos movimentos sociais, em que se redefinem concepções como engajamento, adesão e pertencimento, onde o capital relacional sobrepuja o plano ideológico. Segundo Gonçalves (2012), nesses grupos

[...] as identidades de grupo são conjuradas e à formação de “comunidades” prefere-se a atuação em rede e a multiplicação de laços de solidariedade, frouxos, porém eficazes. Baseados no que poderíamos considerar uma lógica de ação reticular e conexãoista, os coletivos tentam hoje recolocar duas questões que se imbricam: a renovação de formas de engajamento e de ação política e a renovação das formas de inserção da arte no contexto de dissolução das fronteiras arte X vida. [...] os coletivos vão hoje continuar a explorar a estética da ação coletiva, suas figuras, formas e signos e transformam a rua em espaço de prática crítica de deliberação, mobilização e releitura de códigos sociais. (GONÇALVES, 2012, p. 181).

A arte vem sempre tendo um papel relevante na sociedade, trazendo ampla crítica sobre vários assuntos. A arte em suas muitas facetas estéticas registra a história global de forma crítica. “A arte ativista, enquanto estética de arte, é um movimento contemporâneo que se preocupa não apenas em registrar a história no mero aspecto contemplativo” (SANTOS, 2015, p. 3). Seu objetivo está em engajar-se política e socialmente, enfrentar problemas que tenham relação com a política, economia e outros temas de cunho social. A arte contemporânea frente ao âmbito político precisa abarcar o atuar coletivo de arte e suas afinidades com as atuais mobilizações sociais (MESQUITA, 2006).

A arte ativista encontra campo fértil nos coletivos e movimentos que contrapõem demandas sociais que afligem toda a sociedade, com expressão obstinada na subjetividade de cada grupo. O aparecimento de tais grupos se funda na participação de movimentos de oposição, tanto referente à religião, raça, sexo, ou até mesmo a maneira de produzir e consumir da atual globalização capitalista. Para tanto, tem-se que a arte ativista surgiu sob a estética da resistência. Melhor dizendo: “os artistas-ativistas utilizam sua forma de expressão artística para colocar em pauta contradições sociais, realizando suas manifestações (performances, intervenções urbanas, grafites, lambe-lambes etc.) a partir de uma leitura crítica mundo” (SANTOS, 2015, p. 3).

Contudo, tais movimentos nem sempre são tidos como arte e, no entanto, desempenham funcionalmente uma tarefa similar, pois apropriam-se de configurações estéticas, potencialmente criativas, sobre o social, o simbólico e o político. Resistir implica em apropriação de ideais tradicionalmente denominados de arte e transformando-os a partir de uma noção atual e crítica do mundo. Logo, a arte ativista procura conectar-se e ter intervenção no dia a dia dos indivíduos a partir de uma visão convergente coletiva da sociedade (MESQUITA, 2006).

Segundo Santos (2015, p.4):

Atuar coletivamente significa agir no campo de transversalidade, o que significa produzir formas de subjetividade, trabalhar com a cooperação e o predomínio de interconexões múltiplas, fluídas e mutáveis, num intenso processo de desterritorialização e reterritorialização das relações sociais. [...] Diferentemente das tradicionais estéticas de arte, a arte ativista não opera num espaço consagrado; nesse caso a cidade, o espaço urbano, local de convívio social em todas as duas dimensões, é o “palco” ideal para ações e intervenções.

Em locais públicos, as relações entre arte e ativismo se fazem de modo mais frio e pragmático. De certa forma, exceto uma determinada subcultura do *graffiti*, poucos reivindicam um estatuto de arte para as suas demandas sociais e atos de contrapoder. Existe certo consenso nos meios artísticos e acadêmicos que a “arte de forma consciente ou não, possui sempre uma dimensão política – até porque em última instância tudo é político” (JERÔNIMO, 2019, p. 60).

O recurso colocado paralelamente com dissensões formais no âmbito artístico permite a qualquer indivíduo motivado ganhar voz no âmbito público e se tornar um ator político, colocando a Democracia para além do sistema institucionalizado de partidos, sindicatos, associações patronais ou governos. Nesse caminho, as práticas artivistas têm maior ligação ao modo de protestar dos novíssimos movimentos sociais. Ao comparar esse contexto, com o dos velhos movimentos sociais movidos dentro de uma *mise-en-scène* com formato de protestar mais convencional (manifestações com linguagem visual, ritmos, slogans ou estrutura operacional de rua), os protestos chamados de novíssimos movimentos sociais são tocados por atores políticos que vão às ruas, não impelidos por sindicato ou obrigação partidária, mas sim por um sentimento próprio de indignação. Assim, não atuam na rua a representar indignação, recusam a figura de manifestação como mero espectador-figurante (JERÔNIMO, 2019).

Os atos artivistas se expressam, segundo Jerônimo (2019, p. 11):

[...] através de uma estética aliada a uma ética de resistência, subvertendo o status quo a partir de recursos econômicos reduzidos para traduzir de forma criativa conceitos e ideais que se consideram elevados. As ações artivistas por serem efêmeras, alternativas ou minoritárias, podem ser desvalorizadas, no entanto, precisamente pelo caráter excepcional, quando acontecem são extremamente poderosas na sua intensidade. Essa “inteligência desconstrutiva” [...] dá-lhes uma capacidade comunicativa especial, com impacto crítico face a algo que se percebe como injustiça, desigualdade ou má opção pública.

Se pelo caráter mobilizador e difusor das lutas de classes ligadas aos direitos humanos atrelados ao fazer militante, que se utiliza das linguagens estéticas da arte e produz e reproduz novos meio de ocupar a cidade e promover uma determinada mudança social no meio em que se implica, podemos assinalar de maneira mais efetiva que a ação da Acontece LGBTI+ perambula por ambos os conceitos de ativismo e arte ativista. Suas ações convidam a própria população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e mais diversidades a ocuparem o espaço público com seus próprios corpos dissonantes, a preencherem e reivindicarem na base de sua existência um espaço mais que um lugar na realidade dada, um espaço social de existência digna e plena.

As ações também denunciam a desapropriação da desnaturalização destes corpos como requerentes de humanidade, como se tomassem para si a própria qualidade de humano não normativo, que ocupa um território central, deslocando-se da marginalidade ao centro, como um corpo que diz este espaço também é meu, também sou possível neste lugar e não nos privamos daquilo que os outros também podem usufruir.

Manuel Delgado em *Sobre la estetización de las luchas sociales em contextos urbanos* (2013), reflete certamente sobre estes processos:

[...] nos manteremos leais a convicção de que os novos formatos artísticos e de arte pública mais militante podem sim contribuir para as lutas sociais, transcendendo as barreiras físicas e morais impostas pelas instituições e misturando-se com o universo que desejamos mudar (DELGADO, 2013, p. 19).

Segurado (2007) entende que as maneiras de expressar a arte e a política se misturam e se ativam. Nessa forma de arte, o senso de resistir se traduz em atos que complementam o discurso dos artistas. Chaia (2007) conceitua a arte radical contemporânea, onde a mesma se configura como

[...] uma prática crítica da sociedade, concretizando provocações e sabotagens contra o sistema capitalista ou tornando artísticas as intervenções sociais que imprimem novos significados às atividades coletivas e à vida social de pequenas parcelas da população. Esta diversidade de caminhos para a transformação social realiza-se através de atitudes contestatórias e ações autônomas – que se desenvolvem num espaço democrático, aberto, heterogêneo e segmentado. Neste processo, importa a presença do artista para transgredir e resistir, seja ele visionário, rebelde ou revolucionário, na luta contra a sujeição cultural, utilizando-se do esforço individual ou da cooperação coletiva, dos meios eletrônicos ou do correio, do conceito ou da materialidade, dos suportes tradicionais ou de novas tecnologias. (Chaia, 2007, p. 38-39).

Existe uma boa discussão por parte de pesquisadores sobre a confluência entre experiência política e criação estética nas manifestações e ações coletivas contemporâneas. Para Mesquita (2011 *apud* GRUNVALD, 2019, p. 279), “várias ações políticas desde os anos 2000 já vinham se instituindo consonantemente a experimentações estéticas alheias ao universo artístico em si e que utilizavam conceitos e imaginários do ativismo político para seu processo criativo”.

Nessas formas de ação coletiva, segundo Di Giovanni (2015, p. 16):

[...] afastando-se de uma lógica de reivindicações e resultados, o protesto político se revelava inequivocamente como momento de desorganização e reorganização da experiência social, aproximando-se em seu caráter experimental dos processos de criação artística.

Segundo a mesma autora:

Por um lado trata-se de formas histórica e simbolicamente associadas ao ativismo, ao protesto, a irrupção de processos coletivos de auto-organização, denúncia e reivindicação de direitos, acirrados em momentos de crise econômica e social, que mesmo quando relativamente autônomos em relação às estruturas organizativas e instituições precedentes (partidos, sindicatos, movimentos setoriais), mobilizam recursos e repertórios próprios do campo de relações que nos acostumamos a chamar de política. Ao mesmo tempo, trata-se de experiências coletivas mal contidas pelas fronteiras convencionais da política em sentido estrito, formas de dissenso e reivindicação que mais se aproximam à dimensão cotidiana dos “modos de vida” e “contraculturas” do que das estruturas programáticas e ideológicas que o senso comum atribui aos movimentos sociais. Ao mesmo tempo em que habitam o universo da ação e da organização política, trata-se de modos de intervenção notavelmente ligados a práticas experimentais próprias dos mundos da arte ou, em muitos casos,

explícita ou implicitamente informadas pela história do deslizamento da[s] práticas artísticas para fora do campo de autonomia que define a arte moderna, ao encontro de outras dimensões da vida social (DI GIOVANNI, 2015, p. 14).

Sansi (2015, p. 2) aponta que essa é uma nova geração de artistas “menos interessados em arte como uma forma de auto-expressão do que em trabalhar nos espaços públicos e em locais específicos, desenvolvendo pesquisa com grupos sociais e abordando questões de relevância política imediata”. Logo, tal geração tem interesse naquilo que se pode fazer com a arte, como podem ser ferramenta de mudança social e política, dessa forma, aproximando artistas de ativistas, atuando em locais de ativismo e em empresas do mundo artístico (GRUNVALD, 2019).

O caráter crítico cultural marca o âmbito desses novos ativismos, não se tratando somente de construir uma cidadania insurgente para denunciar o Estado e seu mecanismo jurídico que produz desigualdades, mas sim, domínio e mobilização de uma linguagem de direitos confrontando tal cenário. Nesse caminho, Grunvald (2019, p. 281) aponta que

para esses ativismos, os processos de inclusão ou exclusão, igualdade ou hierarquia e acesso ou restrição à cidadania são conformados a partir de determinações que são, antes de tudo, alocadas no corpo. O que está em jogo é o corpo e suas determinações. E se a cultura é não apenas corporificada, mas diferencialmente marcada no corpo, também deve sê-lo a política, assim como a própria ciência [...]. São as marcas de gênero, sexualidade, raça, classe, deficiência, geração e assim por diante que devem ser levadas em conta na construção de um conjunto amplo de ações capazes de produzir uma cidadania mais inclusiva.

Assim, toda cidadania precisa ser contemplada como cidadania de um corpo “que não é nunca o corpo genérico do cidadão, mas um corpo de homem ou mulher, pobre ou rica, negra ou branca, heterossexual ou lésbica, trans ou cis, com ou sem deficiência, que vive com HIV/aids ou não, etc.” (GRUNVALD, 2019, p. 281), não existindo espaço para indivíduos liberais de direito, universal e incorporeal. Em suma, não “perder de vista quais as consequências da inscrição de demandas de liberação sexual, de gênero e raciais na linguagem de direitos, algo que esse ativismo dito não institucionalizado e de inspiração *queer* têm constantemente insistido” (GRUNVALD, 2019, p. 281).

Ao observar esses grupos e artistas, verifica-se robusta base teórica que se expande em movimentos versando sobre os acontecimentos adversos encontrados no urbano e nas relações ali estabelecidas. Destaca-se que inúmeras linguagens são utilizadas para construir imgeticamente e para questionar direcionadamente ao engajamento político desejoso por mudanças sociais. Em Alves, Oliveira e Oliveira (2014, p. 44) vimos que

[...] para os artistas ativistas, a questão centra-se no engajamento em um processo ativo de representação, com anseios de mudança social. Essas ações dialogam com o

espaço urbano exatamente por participar dele, por observar as relações ali dispostas, especialmente acerca da configuração de uma nova forma de poder – e, claramente, direcionam-se a combatê-la.

A Acontece Arte e Política têm autonomia, vida própria e várias ferramentas de operacionalização, contudo, ao agir a partir da junção da Arte e da Política, ou em planos correspondentes, promovem uma enormidade de novas significações, narrativas e complexidades processuais, fazendo com que o artista adote metodologias e procedimentos nem sempre simples ou usuais. Para Chaia (2007, p. 19), a compreensão da relação entre arte e política precisa

[...] não apenas visar as circunstâncias históricas, mas também levar em conta as múltiplas concepções sobre o significado da política na arte. As diversidades de conceituação da política podem ser compreendidas numa larga faixa que vai da sua imediata identificação com o social, o coletivo, o público – conforme a tradição clássica – até as abordagens em torno da prática do sujeito, ao se considerarem as recentes formulações da micropolítica. Ao se supor a idéia primordial de política inventada no interior da *pólis* grega (*politikós*), bem como as especificidades da obra de arte, estão dadas inúmeras pistas para se pensar as relações entre arte e política.

A *poiesis*<sup>6</sup> e a *práxis*<sup>7</sup>, se trabalhadas de forma consciente durante o processo, apresentam força transformadora. Assim, no tocante à ação que transforma o presente e cria mundos novos no processo de criação, tem-se que:

O percurso criativo observado sob o ponto de vista de sua continuidade coloca os gestos criadores em uma cadeia de relações formando uma rede de operações estreitamente ligadas. O ato criador aparece desse modo, como um processo inferencial, na medida em que toda a ação, que dá forma ao sistema ou aos “mundos” novos, está relacionada a outras ações e tem igual relevância, ao se pensar a rede como um todo. Todo movimento está atado a outros e cada um ganha significado, quando nexos são estabelecidos (SALLES, 2011, p. 93-94).

---

<sup>6</sup> A palavra grega “**poiesis**”, que gerou a palavra portuguesa poesia, em sentido amplo não diz originariamente uma atividade cultural entre outras. Na e pela “**poiesis**” o próprio real se destina no homem para que este o realize numa plenitude que o próprio real por si não realiza. Na e pela “**poiesis**”, o próprio real se constitui como linguagem, mundo, verdade, sentido, tempo e história, em qualquer cultura" (CASTRO, Manuel Antônio de. "Apresentação". In: Manuel Antônio de Castro, (org.). *Arte: corpo, mundo e terra*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009, p. 12, grifos do autor).

<sup>7</sup> *Prátein* é o infinitivo do verbo grego para designar ação, atividade, realização. É o ato de percorrer um caminho até o fim; executar, cumprir, realizar alguma coisa por si mesmo. Desse verbo deriva o substantivo *práxis*, que em Aristóteles trata-se de uma ação na qual o agente, o ato e o resultado da ação são inseparáveis, como partes que existem somente em conjunto. O viver em conjunto tem por finalidade a felicidade dos homens que, ao agirem, discutem e deliberam sobre meios com os quais possam realizar a ação, como mostra Aristóteles, em *Ética a Nicômaco* (III, 1112b 15), ao explicar os mecanismos da ação: os homens “(...) dão a finalidade por estabelecida e consideram a maneira e os meios de alcançá-la”. A finalidade — felicidade ou um bem qualquer para a comunidade — está relacionada ao desejo, enquanto os meios para se chegar a ela referem-se às escolhas dos cidadãos. Dessa forma, a população que deseja gozar de boas condições de saúde, educação, segurança, etc., deve dialogar e deliberar dentre as diferentes opiniões, sobre as formas de alcançá-los, projetando o agir em favor desses desejos (TELES, 2005, p. 124).

Enquanto militantes de várias áreas, esses agentes são reconhecidos como agentes cidadãos transbordantes de arte e política. Acredita-se que a prática, na realidade de nossas existências, apenas pela força de nossas próprias mãos, pode realizar a mudança para uma justiça social, onde os opressores não nos dão espaço, é preciso tomá-lo, só o faremos coletivamente, reinventando a história e colorindo as ruas com nossos corpos e cores.

Esse *ativismo* que buscamos nesta investigação vai justamente de encontro com essa necessidade de ampliar simbolicamente a ocupação da cidade e sua construção moral e política. Imbricada nesta realidade concreta e cotidiana está a necessidade de se enfrentar as disputas ideológicas, como poemas armados com flores simbólicas teatralizadas e encenadas contra algozes imagéticos e pulverizados no sistema cultural. Uma contradição simbólica que domina os muros da cidade insistindo em dizer que nós existimos e resistimos por meio das palavras e símbolos.

Resto de esperança que colore orgulhosamente nossa existência e demonstra que somos muitas e por mais que calem nossas vozes, nós aprendemos a escrever e romantizar a nós mesmas. Gestos que lutam contra a violência cotidiana, contra tudo e contra todos os neofascistas tão comuns a estes dias.

Nessa tentativa de refletir sobre os passos da Acontece Arte e Política LGBTI+, aproximando-a do seu caráter político e artístico, incorremos no sentido de transformar as fronteiras entre arte e política em um espaço fluido e liminar.

Logo, podemos depreender que esse cenário liminar não está ligado umbilicalmente apenas ao que entendemos por *Performance Art*, vai além, busca suporte em outros corpos não artísticos, ou melhor, em pessoas não profissionais de arte. Ultrapassar as correntes que prendem conceitos às práticas reais, e observar que a partir desse olhar artístico as ações que veremos à frente também são uma resposta no tempo e no espaço social, provocada em reação aos determinantes e visíveis preconceitos contra a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexo e demais classes de gênero e orientação sexuais não hegemônicas.

## 1.7 PERGUNTAS QUE FICARAM NÃO FICARAM PELO CAMINHO.

Sim, a Acontece Arte e Política LGBTI+ é artista! Contudo, essa definição é parte da Acontece LGBTI+ e não sua totalidade. É evidente que a instituição gerencia suas ações com um escopo amplo de possibilidades, perpassando também pelo impulsionamento da arte

artista, mais institucionalizada em suas ações em espaços consagrados de arte, como museus e teatros.

O produto do ativismo da Acontece LGBTI+ é a soma de mobilizações em torno da diversidade sexual + visibilidade + tensões estéticas, que resultam em efêmeros momentos de reconhecimento da população LGBTI+, em avanços na percepção pró direitos humanos, em tensionamentos sociais latentes sobre nossa pauta e sobretudo na criação, reinvenção, ressignificação de signos e significados sobre nós mesmas.

É preciso ponderar que a arte no processo do ativismo é a grande potência política dessas ações, pois por meio e através da arte explicita as consistências sociais das disputas por cidadania, direitos, arte e vida.

Para elucidarmos de maneira mais explícita, citamos a diva Lola Proaño Gómez no livro *Teatro Y Estética Comunitaria Miradas Desde La Filosofía Y La Política*

La mimesis, según Adorno, es la representación de lo no idéntico, contiene en sí la dimensión de los antagonismos. No es la adecuación con la superficie visible a-problemática – copia a-crítica de la realidad-, sino la exhibición de una serie de contradicciones que no pueden abarcar la totalidad de la realidad social. La escena mimética, tal como la propone Adorno, es una teatralización de los conflictos sociales y de los desacuerdos históricos. Esto se expresa de manera negativa, corporizando las contradicciones en su estructura interna mediante la expresión del antagonismo en un proceso de producción y de circulación del producto que no corresponden a los del modelo hegemónico –el capitalismo neoliberal en el caso que nos ocupa—negando indirectamente tal sistema como el único posible e incluso el único existente. Así, el auténtico arte “according to immanent criticism, is not one, by which resolves objective conditions in a spurious harmony, but one which expresses the idea of harmony negatively, but embodying the contradictions, pure and uncompromised, in its innermost structure” (Adorno, citado en Jay 1973, 179) [de acuerdo a una crítica immanente, [auténtico arte] no es el que resuelve las condiciones objetivas en una armonía espuria, sino el que expresa la idea de armonía negativamente, corporizando las contradicciones, de modo puro y sin compromiso, en lo más recóndito de su estructura] (PROAÑO GOMEZ, 2013, p 213)<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> A mimese, segundo Adorno, é a representação do não idêntico, contém em si a dimensão dos antagonismos. Não é a adequação com a a-problemática superfície visível - uma-cópia crítica da realidade-, mas sim a manifestação de uma série de contradições que não podem abarcar a totalidade da realidade social. A cena mimética, proposta por Adorno, é uma teatralização dos conflitos sociais e desentendimentos históricos. Isso se expressa negativamente, corporificando as contradições em sua estrutura interna pela expressão do antagonismo em um processo de produção e circulação do produto que não corresponde aos do modelo hegemônico - capitalismo neoliberal no presente caso - negando indiretamente tal sistema como o único possível e mesmo o único existente. Assim, a arte autêntica "de acordo com a crítica imanente, não é aquela pela qual resolve condições objetivas em uma harmonia espúria, mas aquela que expressa a ideia de harmonia negativamente, mas incorporando as contradições, puras e descomprometidas, em sua estrutura mais íntima" (Adorno, citado em Jay 1973, 179) [de acordo com uma crítica imanente, [arte autêntica] não é aquilo que resolve as condições objetivas em uma harmonia espúria, mas aquilo que expressa a ideia de harmonia negativamente, incorporando as contradições, de forma tão pura e sem compromisso, no fundo de sua estrutura]( tradução nossa)

A dimensão do conceito de arte no ativismo da Acontece LGBTI+ corporifica as relações hegemônicas da sociedade e possibilita dentro da estrutura capitalista expor essas contradições e tensionamentos em prol daquilo que denuncia, e ou aquilo que almeja, enquanto sujeitas de direitos. Todavia, engendrar um determinado conceito em um processo em andamento e adensamento no que significa dimensionar o ativismo, pode surgir como uma tentativa de evitar passar pelas contradições eminentes, e nos conceitos aqui articulados como as próprias ações aqui reveladas. As inúmeras formas de pensar o que as ações da Acontece LGBTI+ são: artistas, arte ativistas, políticas ou não, refletem também as inúmeras contradições pelas quais a nossa sociedade vive.

As ações artistas sobretudo articulam os afetos, sejam eles positivos ou negativos, arremessam contra a mesma sociedade um conjunto de significações que contendo em sua gênese mais que processos políticos, mas processos estéticos que unem o cotidiano violento, sutil, massivo, dolorido, colorido, bixônico, da nossa população ressurgindo em arte altamente politizada, descentralizada, efêmera, transitória, potente, sem autoria com fins de produto.

Obviamente as contradições advindas destes conceitos perpassam minhas próprias contradições e nesse estica e puxa de autoras e autores vamos, conforme Proaño e Adorno (2013), incorporando em nossas problemáticas em níveis profundos não a resolução absoluta e imediata das mazelas contra a nossa população, mas sim a construção diária de uma nova realidade e novas possibilidades possíveis e impossíveis, alavancando a construção de nós mesmas, rechaçando cada vez mais a construção deles de nós. E nesta construção, evidencia-se o capitalismo que consome nossas pautas, vende nossa arte, transforma nossas práticas em produtos, e tenta invariavelmente nos vender a nós mesmas.

Contradições, furos, erros, enganos, incoerências, discrepâncias, que não foram e não serão resolvidas aqui, contudo, plenas de nossa capacidade arguitiva, são visíveis, incômodas e em muito, impulsionam o exercício intelectual e a motivação em agir.

## 2. A ACONTECE ARTE E POLÍTICA LGBTI+

Novos formatos de participação social aparecem a todo instante no globo terrestre. Nesse campo, as artes e a militância vêm mostrando que é possível interferir socialmente, contribuindo não somente num modo reflexivo, mas também alterando substancialmente a ordem normal da sociedade, utilizando proposições estéticas contemporâneas. (SANTOS, 2015).

Santos (2015) cita John Downing e John Walker ao comentar a respeito de movimentos que compõem e influenciam a sociedade frente a mudanças situacionais. Em seu escrito *Mídia Radical*, em 2004, aponta que:

[...] movimentos oposicionistas que compõem a sociedade, possuem grande influência na emergência das mudanças sociais. Cita exemplos de movimentos de 1980 no início da guerra fria, que conseguiram, através da mídia alternativa, significativa adesão por parte da população na frente de oposição ao uso de armas nucleares (DOWNING *apud* SANTOS, 2015, p. 4).

Downing relata que grupos de oposição a partir da década de 1980 alcançaram enorme influência e simpatia frente à sociedade ao contestar determinadas situações não benéficas ou transparentes para as comunidades envolvidas. Já, para John Walker, segundo Santos (2015, p. 4):

[...] a arte engajada socialmente pode ser considerada a única mídia radical que ainda nos resta. [...] na história da arte vários foram os movimentos artísticos que desempenharam influências que ocasionaram significativas mudanças sociais, como é caso do dadaísmo, do surrealismo, do expressionismo e dos situacionistas, que possuíam suas especificidades, mas que em comum possuíam um sentimento de mudança, seja da própria arte em si, seja do contexto social a que estava inserida.

O Brasil com seu capitalismo tardio e colonizado participa deste processo artístico e político a reboque. Influenciados pelos acontecimentos globais, seguimos montando um quebra-cabeças de lutas sociais em diversos campos da sociedade. A luta de classes após a derradeira pós-modernidade encontra-se fragmentada na ótica da subjetificação do sujeito. É preciso notar que esta fragmentação das pautas de luta de classes não se resume a uma quebra ou divisão de forças dentro do estado operante da luta operária, mas sim um efeito da necessidade de se repensar esse campo em conjunto com as questões de gênero, raça e etnia, deficiências e direitos humanos envolvidas no processo contemporâneo do capitalismo.

Adentrar na pauta do movimento social é perceber que existem moldes de articulação e militância dos mais variados. O objetivo de alavancar um projeto de país que reconheça, valorize e integre a todas as cidadãs ao seu seio de dignidade, envolve, sobretudo, pensar que a

classe trabalhadora não necessita apenas de trabalho e salário-mínimo. É preciso reconhecer que nós também necessitamos de arte, de conforto, de respeito, de dignidade, de segurança, de justiça, de saúde, de moradia, de lazer, de condições dignas de existência. Não estamos renegados a apenas uma forma de compreender a luta e o fazer ativista, estamos em um mar de complexidades e transversalidades, e para entendermos uma ínfima parte de como podemos agir e atuar na mudança desta sociedade é preciso ter em mente que a ação coletiva e conjunta é um precioso meio de efetivamente reestruturar as relações sociais e seus aparatos de dominação e capitalização dos corpos e que a função da arte está intimamente relacionada e ligada aos movimentos sociais nessa disputa de país e sociedade.

Na luta organizada brasileira as organizações da sociedade civil são uma das formas que grupos e coletivos encontram de incidir politicamente no processo legal, normativo e estrutural dentro do Estado. Alegadamente é uma das vias encontradas por grupos de pessoas que se reúnem em prol de determinada causa. Para além dos partidos políticos, entidades de classe e sindicatos, existe uma série de formas de estruturar a disputa política, seja ela institucional, moral ou ainda aquelas que não estão institucionalizadas, sendo parte de coletivos e movimentos menos organizados, mas tão operantes quanto.

Aprofundar-me até a gênese da utilização da linguagem artística como propaganda política não é meu objetivo. Busco aqui somente demonstrar que essa prática de utilização da arte como parte da estratégia do movimento social é um processo que a militância organizada também toma para si, e que essa maneira híbrida de requisitar direitos e proteções embasadas nos direitos humanos é realidade na luta de muitas OSC.

Anteriormente a sua fundação, os militantes envolvidos na elaboração e concepção da Acontece LGBTI+ atuavam diretamente em outras instituições relacionadas à defesa das pautas LGBTI+. Entretanto, por um encontro do destino e pela afinidade em compartilhar perspectivas políticas e metodológicas, no sentido de pautar as políticas LGBTI+ para além do assistencialismo necessário à nossa população, as ativistas Carla Ayres<sup>9</sup>, Alexandre Bogas<sup>10</sup>,

---

<sup>9</sup> Carla Ayres é doutora em Sociologia e Política pela Universidade Federal de Santa Catarina, consultora em políticas públicas e Direitos Humanos, Direitos LGBTI+ e Direitos das Mulheres. Foi consultora da ONU Mulheres e Conselheira LGBTI+ 2013/2014 e vereadora na câmara de vereadoras de Florianópolis 2021/2024.

<sup>10</sup> Alexandre Bogas Fraga é consultor em sistemas e pós-graduado em Gênero e Diversidade na Escola pela Universidade Federal de Santa Catarina. Militante LGBTI+ desde 2009, membro fundador da Visibilidade LGBTI+ de São Carlos-SP.

Guilhermina Cunha<sup>11</sup> e Fabrício Gastaldi<sup>12</sup> decidiram abrir caminhos para a consolidação de um grupo organizado que abarcasse esse processo político e artístico mais efetivamente. O ano de fundação é o 2013.

O grupo Acontece Arte e Política LGBTI+, vinculado às lutas por Direitos Humanos e LGBTI+, utiliza-se de linguagens artísticas em algumas de suas ações sociais e políticas como parte das estratégias de intervenção e pressão política, artística e simbólica. Essas ações na prática cotidiana de militância implicam na mistura de dois campos: a política e a arte. Suponho que esse enlace é profundamente arraigado na perspectiva da disputa estética em todos os campos, materializando-se nas ações do grupo por meio de provocações desenhadas para confrontar e/ou trazer luz para determinadas atividades propostas pelo grupo. Portanto, para falar sobre Acontece Arte e Política LGBTI+, é necessário pensarmos sobre alguns conceitos e questões que estão intimamente ligados à existência da organização. Aproximar o conceito de ativismo nestas ações emoldura a resistência necessária aos dias atuais.

Dentro deste aspecto de resistência precisamos atentar para o uso do corpo como instrumento político e artístico nas diversas formas de encarar as forças que insistem em nos marginalizar e exterminar nossas potencialidades e vivências plurais. No tocante a corpo político, tem-se que:

Todo corpo é político. A arte expressa através dos corpos, externaliza potências políticas, trabalha na resignificação de comportamentos, na geração de novos saberes do corpo, e se converte em instrumento de guerrilha, em estratégia de defesa e resistência aos dispositivos de controle que nos atravessam. [...] sendo um instrumento inerentemente político por ser ‘uma atividade que torna inativos, e contempla, os hábitos sensoriais e os hábitos gestuais dos seres humanos, e, ao fazê-lo, os abre para um novo uso potencial’ (ALTMAYER; PORTINARI, 2017, p. 310).

Nossa principal ferramenta, se podemos assim chamar o nosso invariável lar existencial, o corpo, é para nós pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, pessoas intersexo e demais variações biológicas de sexo, identidades de gênero<sup>13</sup> e orientações sexuais não

---

<sup>11</sup> Guilhermina Cunha é formada em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Santa Catarina e militante LGBTI+, foi presidente da ABGLT entre 2013, conselheira nacional LGBTI+ 2013/2014 e militante histórica feminista e lésbica.

<sup>12</sup> Fabrício Gastaldi é formado em Artes Cênicas pela Universidade Federal de Santa Catarina, membro fundador da Visibilidade LGBTI+ de São Carlos-SP, militante LGBTI+ desde 2008, conselheiro nas duas gestões do conselho municipal LGBTI+ de Florianópolis.

<sup>13</sup> O gênero serve para localizar nossa identidade, como nos enxergamos no mundo: mulher, não binária, transgênero e homem. Ou seja, o gênero está totalmente relacionado com a forma com que nos reconhecemos no mundo e é nossa interpretação social de nós mesmos. A expressão de gênero está intimamente relacionada ao comportamento, que por sua vez é relacionado aos papéis normativos homem x mulher. Estes papéis determinam nossa maneira de vestir, interagir e demonstrar uma identidade de gênero. O nosso sexo biológico tem a ver com a construção social ligada à morfologia primeiramente dos corpos (pênis/vagina/ambos/nenhum/outras formas).

hegemônicas, o ponto de partida na luta por nossos direitos e visibilidade. Partir de nossa existência corporal e do comportamento agregado a ela força a nossa percepção dos papéis esperados pela sociedade. Nós somos aquelas que recusam os preestabelecimentos sociais e ousam ser aquilo que não é permitido. Nesse sentido, coloca-se uma outra concepção do corpo:

O performer mexicano Guillermo Gómez-Peña (2005) entende o corpo como um território ocupado e o objetivo maior da ação performática é o de descolonizar o próprio corpo e tornar esses mecanismos de descolonização aparentes como inspiração para que outros corpos também o façam (ALTMAYER; PORTINARI, 2017, p. 310).

Descolonizar o corpo implica em um enorme e constante processo de ressignificar, colocando o corpo como o pilar possível de articular os saberes-fazer, donde conhecimento acontece na escrita e nas práticas performáticas de restaurar memórias e ancestralidades (ANDRÉ; BAPTISTA, 2018).

É perceptível que essa ousadia de ocupar o seu próprio corpo e usá-lo na contramão dos padrões estabelecidos se consolida como uma ação inspiradora na obra de muitos artistas consagrados, como Guillermo Gómez Peña<sup>14</sup>, evidenciando que a arte e a política social dos corpos podem e são alvo de artistas engajados em quebrar e romper conceitos que orbitam nossa sociedade.

Nossos corpos e existências LGBTI+, por diversos fatores, fogem à regra da normatividade imposta a todas as pessoas. Não faltam casos históricos que provem que a nossa população é perseguida e exterminada apenas por não seguir à risca o modelo heterossexual<sup>15</sup> vigente. Nós fomos assassinadas nos campos de extermínio nazistas, fomos enviadas aos gulag<sup>16</sup>, fomos e somos alvos de uma política de invisibilidade e apagamento por parte do Estado, da Igreja e de diversas instituições<sup>17</sup>.

---

Por fim nossa orientação sexual é a maneira pela qual nos orientamos física, afetiva e sexualmente, conforme nosso desejo e atração por outras pessoas. (GROSSI, 1998, p.5)

<sup>14</sup> Artista performático, escritor, diretor artístico do “La Pocha Nostra” (Disponível em: <https://www.guillermogomezpena.com/>. Acesso em: 01 mar. 2021).

<sup>15</sup> Foucault chama de heterossexualidade compulsória. Mas, já há autoras atualizando para cisheteronormatividade ou cisheterobranconormatividade.

<sup>16</sup> A definição de gulag no dicionário de Português é campo de concentração da antiga União Soviética. Outro significado do gulag no dicionário é também o sistema baseado no conjunto de centros penitenciários da antiga União Soviética (Disponível em: <https://educalingo.com/pt/dic-es/gulag>. Acesso em: 13 abr. 2020).

<sup>17</sup> Para saber mais, consulte: ARAGUSUKU, H.; LOPES, M. Políticas públicas e cidadania LGBT em Mato Grosso: Uma década de avanços e retrocessos (2007-2017). **Sexualidad, Salud y Sociedad** - Revista Latinoamericana, n. 29, p. 147-171, ago. 2018.

Para tanto, destacam-se os tribunais da santa inquisição, o primeiro caso de violência contra um tupinambá<sup>18</sup>, os triângulos rosas nos campos de extermínio nazistas da segunda guerra mundial<sup>19</sup> e o gulag soviético<sup>20</sup> ou, mais recentemente, os trabalhos hemerográficos do Grupo Gay da Bahia<sup>21</sup> que contabilizam as mortes contra a nossa população.

É interessante salientar que a nossa existência e nossas vidas foram tidas por muito tempo como inferiores por governos e religiões, subsidiando toda a sorte de humilhações e violências contra o nosso povo que aumentam em escala. Esses casos citados como uma memória inevitável me fazem pensar que tudo de mais perverso foi e é permitido contra nós. Até os dias atuais é permitido a qualquer igreja mequetrefe nos insultar e dizer que seremos castigados eternamente em um mar de violência e fogo. É permitido expressar sua opinião contra as nossas vidas abertamente, é permitido ser politicamente incorreto, sem rubores sociais quando se trata de LGBTI+. Nossos corpos ainda hoje são possíveis de descarte, ainda somos consideradas anormais. E mesmo com uma luta árdua e cotidiana estamos longe de sermos consideradas humanas.

Contudo, obtivemos avanços. Principalmente após os horrores da segunda guerra mundial. Período em que se dá ênfase aos direitos humanos na prerrogativa de que todos são iguais.

---

<sup>18</sup> Esse trabalho sobre a perseguição católica e seu tribunal inquisitorial no Brasil Colônia, explicita a perseguição contra pessoas homossexuais e a centralidade do pênis, demonstrando desde aquele momento o ódio que os europeus sentiam contra as populações originárias que mantinham práticas sexuais e afetivas diversas. O tupinambá foi considerado o primeiro caso de Homofobia no Brasil pelo pesquisador Luís Mott, ele foi amarrado a uma boca de canhão em 1613 e seu corpo foi explodido, em São Luís-MA (Disponível em: <http://www3.ufrb.edu.br/simposioinquisicao/wp-content/uploads/2012/01/Zenaide-Alves.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2020)

<sup>19</sup> Este artigo jornalístico assinado por Naiara Albuquerque discorre sobre o cotidiano das pessoas LGBTI+, em especial dos homens gays durante o nazismo alemão. Rotinas de tortura, humilhações, trabalhos forçados, extermínio e experiências médicas compõem as inúmeras violências contra o nosso povo (Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2017/08/06/Como-o-regime-nazista-tratou-homossexuais-e-o-que-a-Alemanha-est%C3%A1-fazendo-para-repar%C3%A1-los>. Acesso em: 30 jan. 2020).

<sup>20</sup> Neste artigo de jornal traduzido por Irena Maryniak e escrito por Yaroslav Mogutin, vemos os horrores aos quais os homens gays foram submetidos na antiga união soviética, fomos enviados a campos de trabalhos forçados onde a maioria de nós pereceu. A tentativa do Estado em esconder, exterminar e readequar homens gays pelo trabalho forçado, pela fome e pela humilhação, ainda mantém seus frutos até os dias atuais, tendo em vista que a Rússia mantém ainda forte legislação contra a população LGBTI+, apenas desistiu de nos matar fisicamente em campos de concentração e trabalhos forçados, continuando com a perseguição moral e institucional com outros modos operantes (Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1080/03064229508535832>. Acesso em: 30 jan. 2020).

<sup>21</sup> O grupo Gay da Bahia é uma das instituições mais antiga de luta pelos direitos e cidadania homossexuais, sendo a única a fazer um trabalho hemerográfico sobre os casos de violência e suicídios na população LGBTI+ no Brasil (Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/>. Acesso em: 30 jan. 2020).

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Todos os direitos humanos são universais, interdependentes, indivisíveis e inter-relacionados. A orientação sexual e a identidade gênero são essenciais para a dignidade e humanidade de cada pessoa e não devem ser motivo de discriminação ou abuso (CORRÊA; FREITAS, 2007, p. 6).

Se todos são iguais, não há que se distinguir o gênero. Os princípios descritos na carta de Yogyakarta<sup>22</sup> ilustram as demandas da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexos. Queremos enquanto cidadãs ocupar e usufruir dos mesmos direitos de qualquer pessoa vivente nesta sociedade. Os preconceitos e as marginalizações históricas nos empurram para uma subalternidade elaborada por diversos fatores sociais, que nos trazem hoje ao país mais mortal para a população LGBTI+ do mundo - o Brasil.

Entender o corpo como uma potência política requer que necessariamente se amplie a noção de qual corpo falamos. Existem uma série de leituras e transversalidades quando analisamos o corpo, seja ele o corpo em sua materialidade seja as constituições morais e sociais atribuídas a esta noção, ou seja, sobre a sobreposição da materialidade com a abstração social dos papéis e moldes impostos previamente. Tito Sena (2013) ao citar Foucault nos demonstra um paralelo com a ideia do performer Guillermo Gómez-Peña:

De um lado, faz parte das disciplinas do corpo: adestramento, intensificação e distribuição das forças, ajustamento e economia das energias. Do outro, o sexo pertence à regulação das populações, por todos os efeitos globais que induz. Insere-se, simultaneamente, nos dois registros; dá lugar a vigilâncias infinitesimais, a controles constantes, a ordenações espaciais de extrema meticulosidade, a exames médicos ou psicológicos infinitos, a todos um micropoder sobre o corpo; mas também dá margens a medidas maciças, a estimativas estatísticas, a intervenções que visam todo o corpo social ou grupos tomados globalmente. O sexo é acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie. Servimo-nos dele como matriz das disciplinas e como princípio das regulações (FOUCAULT, 1988, p. 136-137 *apud* SENA, 2013, p. 80).

Este devir que perpassa o corpo, sua constituição material e sua moralidade social é um verdadeiro estopim de estéticas revolucionárias que visam destronar os privilegiados e defender a classe trabalhadora como LGBTI+, mulheres, indígenas, negras, deficientes e outras marginalidades invisibilizadas. Traçar a relação entre arte e a disputa política por direitos humanos é umas das pontes nesta pesquisa.

No artigo *Homofobia como Meme: Corpomídia como resistência*, Arthur Marques de Almeida Neto e Nilton Abranches Junior expõem a necessidade de evitar conceitos sobre a comunidade LGBTI+ engendrados de forma rígida, muitos deles formados e formatados sobre

---

<sup>22</sup> Yogyakarta é o resultado documental publicado em novembro de 2006, fruto do encontro de grupos internacionais, versa sobre direitos humanos no que diz respeito as orientações sexuais e identidades de gênero. Contém um conjunto de princípios norteadores em consonância com as premissas dos Direitos Humanos Internacional em relação as violações dos direitos humanos de pessoas LGBTI+.

a ótica da consolidação cultural e científica americana/europeia. Segundo os autores, tais conceitos, de maneira geral, não se aplicam à realidade social brasileira e seus objetos de estudos, tendo em vista, os processos sociais e geográficos implícitos sobre os fenômenos sociológicos. Por meio de Bastide, buscam o que ele chamou de “noções líquidas, capazes de descrever fenômenos de fusão, de ebulição [...] noções que se modelaram conforme uma realidade viva, em perpétua transformação” (NETO; ABRANCHES, 2016, p. 26). É justamente nessa realidade multifacetada que se encontra esta pesquisa. Inúmeras realidades *líquidas* e variadas formas de se encarar ou problematizar uma mesma realidade. Nosso cotidiano é diverso e invariavelmente cambiável dependendo da ótica e dos fatores levados a cabo.

Ainda que concorde com a posição de Neto e Abranches em indicar que os conceitos estadunidenses e europeus não são capazes de expressar a multiplicidade do arcabouço latino-americano, é possível encontrar em alguns teóricos e pesquisadores, que também tem em suas vivências, estudos e corpos essas multiplicidades, pontos de convergência. É o caso de Paul B. Preciado.

Preciado (2017) nos diz que a existência cotidiana das pessoas LGBTI+ em si, já é uma subversão:

A bicha, a travesti, a drag queen, a lésbica, a sapa, a caminhoneira, a butch, a machona, a bofinho, as transgêneras, as feminino para masculino, e os masculino para o feminino são “brincadeiras ontológicas”, imposturas orgânicas, mutações protéticas, recitações subversivas de um código sexual transcendental (PRECIADO, 2017, p. 30).

Partindo da nossa própria comunidade, a bicha e suas imposturas orgânicas não são e nem poderiam ser algo sistematizável do ponto de vista comportamental, mesmo que existam fatores que sejam comuns a todas, as diversas nuances de variação, como disse Preciado, são *subversões transcendentais, são mutações protéticas*. A resistência em ser LGBTI+ passa pela arte e através das linguagens contemporâneas como a performance arte e o ativismo, demonstram que para existir e resistir é preciso criar e falar sobre seus pontos de vista.

Arte como vida, arte como mundo, arte como estratégia visual; arte para dançar, para protestar, ou simplesmente como fuleragem. Arte como alívio, arte como percepção e afeto. Outros caminhos: simples perambular que gera arte, parte, anzóis ou apenas jogo de palavras que, por remexê-las, revela um outro (MEDEIROS, 2014, n.p.).<sup>23</sup>

---

<sup>23</sup> É responsável pelo cunho do termo *fuleragem*, conceito que aproxima a arte a “composição urbana”. Em seu livro *Corpos Informáticos* equivale a arte contemporânea a traição, interessando a ela essa arte que sai do pedestal, surpreendendo e interpelando o estado de sair do monumento e torna-se momento (Disponível em: <http://grafiasdebiamedeiros.blogspot.com.br/2014/05/composicao-urbana-surpreensao-e.html>. Acesso em: 30 ago. 2018).

A possibilidade de relacionar a arte e a política como um parâmetro de potência no avanço dos direitos humanos, sobretudo das LGBTI+ é o que move a necessidade de construir esta cartografia, é importante que de alguma maneira possamos falar de nossos lugares como militantes. Enquanto artista, consolidar sutilezas estéticas que possuem energias vigorantes que surgem da nossa necessidade urgente de mudar o mundo é umas das formas que encontrei para seguir em luta. Pesquisar e rever acontecimentos e ações que contribuem com o caminhar da pauta dos direitos LGBTI+ no Brasil é um exercício de resistência, além de ser uma maneira de registrar as formas artísticas e estratégias políticas e estéticas de ruptura e avanço.

## 2.1 FUNDAÇÃO E PRIMEIROS PASSOS

A Acontece Arte e Política LGBTI+ é um grupo da sociedade civil organizada que se formou em 2013 na cidade de Florianópolis, em Santa Catarina, com a união de ativistas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexos e mais, justamente pensando e militando no campo de direitos humanos, sexuais e reprodutivos por meio da coletividade específica a esta população. Partindo da prerrogativa burocrática, esse grupo segue todos os requisitos oficiais de regulamentação, estando registrado segundo o Marco Civil Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, que

Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis n.º 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999 (BRASIL, 2015).

Essa nova normativa em forma de lei serve de base para as instituições da sociedade civil atuarem respaldadas e amparadas dentro do ornamento legal e pacificado por meio deste decreto da presidenta Dilma Rousseff. Esta preocupação em se institucionalizar e estar atento à legislação vigente é uma forma de se precaver juridicamente, mas também é uma forma de burocraticamente estar apta a pleitear espaços institucionalizados que não seriam efetivamente alcançados sem essa estrutura normativa. Destaco aqui o regime jurídico a qual as Organizações da Sociedade Civil se enquadram pela necessidade de instar que existe uma preocupação do Estado em regular e definir os limites possíveis. Além de salientar que esta maneira de se constituir pressupõe uma organização mais efetiva de seus membros, para além de movimentos

momentâneos que se dispersam rapidamente, a Acontece Arte e Política LGBTI+ possui uma qualidade orgânica e burocrática que se perpetua no tempo por meio de sua institucionalização.

É necessário entender a linha contínua do tempo que se insere a construção e adequação do Estatuto Social que fundamenta o regime da Acontece LGBTI+. Em 2013, funda-se a instituição sobre a égide da lei vigente no momento (lei 9.790/1999). Em 2014, a lei passa a vigorar sobre as normas da lei 13.019/07/2014, sendo revista e reescrita em um novo Marco Regulatório em 14/12/2015 sobre o número 13.204, consolidando assim a regulamentação geral para instituições da sociedade civil organizada.

O estatuto da Acontece Arte e Política LGBTI+ foi construído e registrado em 2013, sobre a lei antiga, posteriormente a mudança e nova consolidação regulatória o estatuto foi atualizado em assembleia realizada no ano de 2018.

É preciso notar que as mudanças ocorridas dizem respeito prioritariamente a questões legais e aos ornamentos constitutivos como direção e cargos necessários para o seu funcionamento, não havendo mudanças significativas e/ou que mudem o seu caráter de atuação, no que diz respeito a sua determinação social. Para fins de esclarecimentos, utilizo o estatuto último, pleno de suas implicações legais e que se encontra regular em uso pela instituição.

A militância e o ativismo da Acontece Arte e Política LGBTI+ emerge a partir da necessidade social pulsante de uma ação política que interfira na realidade concreta na e da vida de nossa comunidade, sendo uma de suas materializações a necessidade legal de se construir e operacionalizar dentro de um estatuto e regulações estatais de reconhecimento, que deve conter segundo o marco regulatório, citado anteriormente, uma série de requisitos formais, como a estrutura de composição da diretoria e os respectivos cargos, bem como o arranjo do conselho fiscal, as funções relativas a este exercício, sua constituição política e o cerne de atuação conforme registrada em seu estatuto.

Constitui finalidade fundamental da **Acontece – Arte e Política LGBTI+** a promoção de atividades de relevância pública e social, bem como organizar o maior número de pessoas, independente de sexo, gênero, orientação sexual, identidade de gênero, raça e etnia, deficiências, credo, convicções filosóficas, condição social, idade, profissão, interessadas em defender e promover por meio da política, arte e cultura o direito à liberdade da orientação sexual, identidade de gênero e expressão de gênero de Lésbicas, Gays, Bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais como também promover a saúde integral das pessoas LGBTI+ e a plenitude dos direitos humanos, sexuais e reprodutivos (ACONTECE ARTE E POLÍTICA LGBTI+, 2018, n.p., grifo nosso).

Já afirmamos em nossa construção estatutária que por meio da Arte e da Política pretendemos disputar os territórios dos Direitos Humanos de pessoas LGBTI+.

Conforme o protocolo exigido por Lei para fundação e criação de organismos de controle social, foi instaurada uma assembleia por meio de chamada pública prévia<sup>24</sup>, realizada por meio eletrônico, em página do *Facebook*<sup>25</sup>, nesta ocasião foi lido integralmente todo o estatuto<sup>26</sup> que havia sido elaborado com base na lei vigente e em bases de instituições de renome como ABGLT e Grupo Dignidade, alterado e deliberado pela assembleia. Esse estatuto foi pensado para abarcar para além do assistencialismo comum a uma ONG, agregando a sua carta constitucional as premissas envolvendo arte e política, explicitamente. Votou-se a seguinte estrutura:

- **Conselho Diretor:**
  - Diretora Presidente - Carla Simara L. S. Ayres;
  - Diretor Administrativo: Alexandre Bogas Fraga;
  - Diretora de Gestão de Informação: Maria Guilhermina Cunha Salasário;
  - Diretor Artístico e Cultural: Fabrício Gastaldi.
- **Conselho Fiscal:**
  - Conselheiro Fiscal 1: Gabriela Cordini Broering;
  - Conselheiro Fiscal 2: Andrea Maria Macedo Ramos;
  - Conselheiro Fiscal 3: Mario Cesar Firmino.

Os mandatos foram estabelecidos em períodos de quatro anos de duração e posteriormente, em mudança realizada em 2019, para cinco anos.

Em seu primeiro marco legal a organização já pautava como finalidade de sua existência a defesa e a promoção dos direitos LGBTI+ por meio da política, arte e cultura. Podemos explicitamente reconhecer isso nos parágrafos do Art. 3 e no Art. 4 que dizem:

**A) Defender e promover, por meio da arte e da cultura, os direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT):** I. Incentivar, promover e visibilizar a produção artística e literária de LGBT; II. Difundir, por meio de produções artísticas e culturais, manifestações e intervenções públicas a conscientização da sociedade e das pessoas LGBT de seus direitos humanos, principalmente de sua liberdade de expressão e de orientação sexual [...]. **B) Defender e promover, a partir de ações políticas, os direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT):** I. O Grupo ACONTECE – Arte e Política LGBT atuará diretamente junto a fóruns e conselhos, movimentos sociais e entidades pares que pautem suas ações na defesa dos direitos humanos, sobretudo em relação à LGBT, em consonância com os princípios estatutários e regimentais desta Associação. II. Contribuir para a criação, implementação e controle social de políticas públicas direcionadas às pessoas LGBT no âmbito da educação, da saúde, da

<sup>24</sup> Chamada Pública para Assembleia Geral de Fundação do Grupo (Disponível em: <https://www.facebook.com/events/474163922669219/>. Acesso em: 11 ago. 2019).

<sup>25</sup> *Facebook* é uma rede social virtual lançada em 2004. Apenas em 2012 atingiu a marca de 1 bilhão de usuários e é popularmente muito utilizada no Brasil como um modo de organização social.

<sup>26</sup> Disponível em: [https://drive.google.com/open?id=1t12qPyezI9m2dREQ\\_wJmobCri1KytNOX](https://drive.google.com/open?id=1t12qPyezI9m2dREQ_wJmobCri1KytNOX) (acesso em 10 nov. 2019).

segurança pública, do trabalho e emprego, da justiça e cidadania, meio ambiente, cultura, esporte, turismo e lazer [...] **C) Promover a Saúde Integral das pessoas LGBT:** I. Desenvolver programas e projetos de promoção, prevenção e assistência, voltados para a saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais; II. Participar de fóruns relativos à saúde (Comissões Municipais e Estaduais de Prevenção e Controle de HIV/AIDS e Hepatites Virais, Conselhos de Saúde e outros afins); III. Acompanhar as ações governamentais e não governamentais na área da saúde nos níveis federal, estadual e municipal [...]. (ESTATUTO SOCIAL ACONTECE ARTE E POLÍTICA LGBT, 2013, p. 1-3, grifos nossos).

É possível notarmos que textualmente a Acontece Arte e Política LGBTI+ já afirma a necessidade de aliar o ativismo da disputa por políticas públicas à arte, disputando para além do campo político ativista, trazendo para sua constituição a prerrogativa de utilizar, criar, promover, estimular o uso de linguagens artísticas e estilizadas para objetivos políticos em defesa dos direitos humanos LGBTI+. É notório que outros grupos<sup>27</sup> já se apoiam nesse mote. A singularidade, talvez, é que a Acontece, por se constituir de pessoas de diversas áreas como Ciências Sociais, Direito, Artes Cênicas, Administração, Biblioteconomia e pessoas sem formação tradicionalmente acadêmica, forma um grupo que busca elaborar de maneira conjunta em suas atividades e ações questões relativas à arte, além de mesclar a suas ações a militância política institucional, ocupando e disputando espaços políticos de representações, como conselhos e comissões, pressionando governos e cobrando ações públicas para a defesa da população LGBTI+.

É natural que um coletivo composto por inúmeras pessoas distintas, que permeiam classes sociais diferentes, possui corpos diferentes, olhares diversos, pode se apropriar de linguagens estilizadas e o resultado gerado por criar conflitos com as próprias questões epistemológicas da arte, sobrepondo a estas experiências/ações graus de vida política e artísticas sobre as quais refletiremos.

A fundação oficial da Acontece Arte e Política LGBTI+ (Figura 2) foi realizada no dia 22/06/2013 em uma casa na Costa de Dentro, bairro no sul da Ilha de Santa Catarina. Nesse momento estiveram presentes pessoas que compõem a organização e outras que já acompanhavam o grupo que fundou a Acontece e que constituem o público foco da razão de existir da instituição. Ali reafirmamos nosso compromisso e intento para essa caminhada que se seguiria com os anos de trabalho da OSC.

<sup>27</sup> Grupos como o Coletivo Coiote do Rio de Janeiro e a plataforma Kuceta que institucionalizam a arte de resistência, possuem um viés obviamente político, entretanto não se aproximam da política institucional como se propõe a Acontece LGBTI+. É possível conhecer mais desse coletivos em [https://vimeo.com/coletivocoiote?fbclid=IwAR3H3UpvTRkLm-P0kbLzYalh9z4A1ICNGc\\_QBmxAXnXol2uT7FSK7nP2bC0](https://vimeo.com/coletivocoiote?fbclid=IwAR3H3UpvTRkLm-P0kbLzYalh9z4A1ICNGc_QBmxAXnXol2uT7FSK7nP2bC0) e em <https://www.kucetaplataforma.com/> (acessos em: 10 nov. 2019).

Figura 2 - Chamamento de fundação da Acontece LGBTI+, 2013.

# ASSEMBLEIA DE FUNDAÇÃO



**Defender e promover a cidadania das minorias por meio da arte e da política, pautadas nos princípios fundamentais dos Direitos Humanos**

<b>Programação</b>	18h – Apresentação do Site / Atividades do Grupo
16h – Abertura	18:30h – Aprovação do Estatuto e
16:30h – Leitura do Estatuto	Eleição da Diretoria / Conselho
17:30h – Intervenção Artística	19h – Confraternização (19h)

**Data:** 22 de junho de 2013 / **Horário:** 16h

**Local:** Servidão Caminho do Morro Alto, nº 95, Costa de Dentro (Pântano do Sul – Fpolis – SC), atrás da Igrejinha branca da Estrada Rozária Paulina Ferreira.

**CONTATO:** (48) 9982-5691 / (48) 9618-1298  
E-mail: [AconteceLGBT@gmail.com](mailto:AconteceLGBT@gmail.com)  
Site: [www.AconteceLGBT.org](http://www.AconteceLGBT.org)

Um dos primeiros passos da instituição foi filiar-se a maior rede de organizações não governamentais de direitos LGBTI+ do país, a ABGLT<sup>28</sup>. Esta rede, fundada em 1995, hoje constitui-se de mais de 300 organizações filiadas, possui *status* consultivo no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e configura-se como uma das redes mais importantes na consolidação da defesa e promoção da nossa cidadania<sup>29</sup>. Por conseguinte, estando filiada a ela e apontando que todos os membros da Acontece LGBTI+ já mantinham militância engajada ao movimento Nacional LGBTI+, estivemos presentes em uma importante reunião que se realizou em 2013 com o Gabinete da Presidência da República, então comandado pela excelentíssima senhora Presidenta Dilma Rousseff (Figura 5).

Essa reunião aconteceu no dia 28/07/2013, mês de comemoração internacional do Orgulho LGBTI+, data alusiva à *Revolta de Stonewall*<sup>30</sup>. Na ocasião, o movimento, representado por inúmeras lideranças de todo o país, pressionou o governo no compromisso com as pautas LGBTI+, como a implementação do Sistema Nacional LGBTI<sup>31</sup>. Essa reunião figura entre as ações selecionadas pelo fato de a simbologia de uma presidenta da república receber e publicizar uma foto segurando uma bandeira LGBTI+ em um momento em que o recrudescimento da pauta moral avançava a passos largos. Nesse retrato, tão inimaginável com a atual gestão fascista de Bolsonaro, percebemos que o sentido político toma proporções amplas que perpassam até a possibilidade de existência de nossas demandas. #FernandaBenvenutty Presente hoje e sempre.

---

<sup>28</sup> Disponível em: <<https://www.abgl.org/>>. Acesso em: 21 jan. 2020.

<sup>29</sup> Disponível em: <<http://www.clam.org.br/noticias-clam/conteudo.asp?cod=5679>>. Acesso em: 21 jan. 2020.

<sup>30</sup> Disponível em: <https://www.hypeness.com.br/2018/06/como-as-revoltas-de-stonewall-na-ny-de-1969-empoderou-o-ativismo-lgbt-para-sempre/>. Acesso em: 21 jan. 2020.

<sup>31</sup> Disponível em: <https://acontecelgbi.wordpress.com/2013/06/>. Acesso em: 21 jan. 2020.

Figura 3 - Reunião do Movimento LGBTI+ Nacional. Guilhermina Cunha e Carla Ayres representam a ABGLT e a Acontece Arte e Política LGBTI+, 28/07/2013.



Fonte: Roberto Stuckert/ABr.

Enquanto a Acontece estava presente na reunião com a presidenta da república em Brasília, era organizada em Florianópolis a Marcha do Dia Mundial do Orgulho LGBTI+, puxada pela OSC em parceria com outras organizações (Figura 6). Este ato/marcha ficou marcado pela sua forma. É notável a qualidade estética que se assume, com o intuito de, imagetivamente, tocar os pontos pautados pelo movimento.

Figura 4 - Marcha pelo Orgulho LGBTI+, 28/07/2013.



Fonte: Acontece LGBTI+.

Corpos pelo chão, cruzeiros pintadas, faixas, gritos de guerra e cantos de luta ecoando pelas ruas da cidade chamam a atenção de transeuntes, não é mais um protesto com falas certeiras e carros de som, é uma ação que ao mesmo tempo que grita também dança. Contradições sobrepostas ao cotidiano impresso na correria da cidade.

## 2.2 ARTIVISMO ACONTECE

Desde sua concepção, a Acontece se identifica como uma organização que faz uso da ferramenta da arte como meio de transformação. E o ativismo, conforme descrito na primeira parte deste trabalho, é esse caminho.

Faz-se necessário dizer a você leitora que a partir deste ponto escolho ao meu prazer as atividades da OSC que considero artistas, com base em três pontos:

- 1- Autodenominação da atividade como sendo artista;
- 2- Atributos artísticos presentes (linguagens diversas como música, performance, artes plásticas, literatura, dança, teatro etc.);
- 3- Presença de sentidos simbólicos e estéticos para além da pauta política

Ao iniciar essa análise do ativismo da Acontece, com base nesses três pontos, apresento nossas estratégias, estéticas e ações.

Na ocasião de assembleia de fundação, por exemplo, realizaram-se todos os efeitos normativos, como leitura e discussão do estatuto e delimitação de atuação. Conforme podemos conferir na programação de chamamento, existe uma intervenção artística mencionada. Essa intervenção foi realizada pela artista Negroma<sup>32</sup> (Figura 5), atualmente radicada em Berlim, sua construção artística naquele momento partiu da obra do artista Olivier Sagazan<sup>33</sup> intitulada *Transfiguracion*<sup>34</sup>.

Negroma desloca a ideia inicial de *Transfiguration* onde o escultor adentra ao barro para dar vida a sua obra. Aqui, ela versa sobre a possibilidade de um outro corpo, transmutável, o corpo de uma jovem, que perpassa a transexualidade em seu processo, explora a nossa relação com o possível, com o sexo, com a ideia divina cristã da criação através do barro.

Durante esta apresentação, um fato curioso chamou atenção. Eram em torno vinte pessoas presentes, essas acompanharam e participaram durante todos os rituais burocráticos de fundação da organização, entretanto enquanto essa performance de Negroma acontecia, duas pessoas, constrangidas ou incomodadas com a performance, levantaram-se, riscaram da folha de presença seus devidos nomes e saíram consternadas com o que viam. É possível mobilizarmos uma série de conceitos para explicitar esse incômodo de parte do público com a performance artista de Negroma, deixarei aos leitores a tarefa de se perguntarem o porquê de um corpo preto no espaço de arte, contorcido e remoldado pelo barro, provocar tamanho impacto e quais mobilizações esse mesmo corpo preto indefinido sexualmente por marcadores sociais desperta como ponto reflexivo. É importante que tirem algum tempo para isso antes de seguir na leitura desse texto.

<sup>32</sup> Disponível em: <https://www.residentadvisor.net/dj/negroma/biography>. Acesso em: 22 nov. 2019.

<sup>33</sup> Olivier de Sagazan é um artista, pintor, escultor e intérprete francês. O trabalho de Sagazan normalmente gira em torno do artista construindo camadas de argila e tinta em seu próprio rosto e corpo. Sua obra pode ser conferida em: <http://olivierdesagazan.com/> (Acesso em: 09 dez. 2019).

<sup>34</sup> Disponível em: <http://olivierdesagazan.com/performance/transfiguration>. Acesso em: 21 nov. 2019.

Em meu processo de aprendizado e formação política e artística me deparei inúmeras vezes com essas situações e pude refletir sobre elas, como pessoa e como pesquisador. Apresento aqui minhas reflexões sobre os pontos que levantei anteriormente e que indiquei a necessidade de um momento de pausa.

Figura 5 - Negroma: TransFiguração, 22/06/2013.



Fonte: Acontece LGBTI+.

Lola Proaño Gómez, no artigo *Artivismo y potencia política. El Coletivo Fuerza Artística de choque comunicativo: cuerpos, memória y espacio* (2017)<sup>35</sup> revela uma pista muito contundente sobre o impacto das ações da FACC que podemos relacionar com a ação de Negroma, ela diz:

A teatralização pela presença inesperada e explícita dos corpos multiplica a ruptura: o que se pretende oculto é narrado e exibido justamente pela nudez proibida pelas regras sociais e morais, que, portanto, é o melhor meio para expor as partes ocultas da história e discurso oficial da entrega. Os corpos, o espaço e a palavra, a memória do passado recente e o discurso do presente político, formam um palimpsesto que nos permite ver as dimensões materiais, especiais, temporais e transgeracionais da história e do trauma. (GÓMEZ, 2017, p. 54, tradução nossa)<sup>36</sup>.

<sup>35</sup> Disponível em: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/telondefondo/article/view/3978>. Acesso em: 21 mar. 2021.

<sup>36</sup> La teatralización mediante la presencia inesperada y explícita de los cuerpos multiplica la disrupción: se narra y exhibe lo que se pretende ocultar justamente a través de la desnudez prohibida por las reglas sociales y morales,

O termo palimpsesto, cujo significado se refere a um papiro que tem seu conteúdo original raspado e dá lugar a outro conteúdo é justamente que potencializa a ação Transfiguração, dando novos sentido e significados a esse corpo preto e transicional. Esse novo significado sobretudo é pela transitoriedade da monstruosidade, especificamente a monstruosidade moral daquilo que inclusive se espera desse corpo, pois mesmo trans há um padrão cis normativo de comportamento tanto fora quanto dentro de nossa comunidade.

Figura 6 – Montagem Negroma: TransFiguração, 22/06/2013.



Fonte: Acontece LGBTI+.

---

que por ello, es el mejor medio para exhibir las partes ocultas de la historia y del discurso oficial de la entrega. Los cuerpos, el espacio y la palabra, la memoria del pasado reciente y el discurso del presente político, forman un palimpsesto que nos permite ver las dimensiones materiales, especiales, temporales e trans generacionales de la historia e los traumas. (GÓMEZ, 2017, p. 54)

Isso, talvez, evidencie que mesmo dentro de nossa comunidade, algumas pautas como o direito ao corpo, a nudez, o diferente, as questões morais, a sexualidade latente, a expressão de gênero e possíveis práticas sexuais, dentre outras, ainda são pautas extremamente complexas e aliá-las a uma pauta política pode ser indigesto e, sobretudo, rechaçado.

Seguirei nos próximos itens com a apresentação dessas ações artivistas que destaco a partir dos critérios expostos anteriormente.

### 2.2.1 Ações Artivistas - Beijaço

Beijo - boca na boca, língua com língua e alguma baba pelo caminho. A sociedade brasileira, por assim dizer, desde os tempos de Nelson Rodrigues com sua peça *Beijo no Asfalto*, ou até antes disso, tem um grande problema com o beijo. Sobretudo se este beijo não for para a reprodução e por amor, e somente por amor heterossexual cisgênero. Superficialmente, quantos beijos entre homossexuais, travestis, transexuais ou qualquer uma de nós não héteros você se lembra de ter visto? Em qualquer lugar que tenha sido? Nossos beijos e nossas línguas são boicotadas, apenas nos é permitido quando muito entre quatro paredes que se aproximam daquelas de Sartre. A contenção de nossas línguas afetivas ou apenas desejanter é efetiva e o beijo gay ainda é uma questão a superar em qualquer folhetim de quinta desta colônia moderninha chamada Brasil. Com frequência, o beijaço é uma resposta rápida do movimento social a situações de discriminação por causa dele mesmo: o beijo LGBTI+. Essa ação ocorre geralmente ocupando um espaço onde ocorre a violência e consiste em reunir o maior número de LGBTI+ para que, em resposta ao preconceito, se beijem. Sim, um protesto de beijo.

A Acontece LGBTI+ propôs uma ação neste sentido como uma resposta a um determinado deputado federal quando este assumiu a presidência da comissão de Direitos Humanos na câmara federal. O deputado lixo, intitulado pastor Marcos Feliciano<sup>37</sup>, conhecido por todo o movimento LGBTI+ por ser ferrenho combatente do avanço dos direitos humanos de nossa população, foi indicado a época (2013) para o cargo de presidente da referida comissão, isso gerou revolta e manifestações por todo o país. A ação proposta inicialmente por nós militantes, recém organizados em um novo coletivo, foi um “Beijaço”.

O “Beijaço” é uma ação de ocupar um espaço e beijar. Como os beijos de casais LGBTI+ são geralmente motivo de discriminação e violência, o beijo público torna-se ato de resistência e legaliza, mesmo que momentaneamente, alguns afetos. Esse “beijaço” foi chamado

---

<sup>37</sup> Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/10-frases-preconceituosas-de-marco-feliciano/>. Acesso em: 04 fev. 2019.

para realizar-se na praia Mole, em Florianópolis. A região leste da ilha de Santa Catarina, mais especificamente o eixo Lagoa da Conceição/Mole/Barra da Lagoa, são lugares que usualmente violências LGBTIfóbicas são recorrentes<sup>38</sup>.

O local elegido, paralelamente, abriga no canto esquerdo da praia Mole um espaço icônico de nossa comunidade, o Bar do Deca, amplamente conhecido há mais de 25 anos como espaço LGBTI+. O evento ocorreu no dia 01/05/2013, no meio da Praia Mole (Figura 8), e contou com ativistas de outros coletivos como o Amigos e Tribos<sup>39</sup>, de Balneário Camboriú-SC. Uma ação de beijos políticos em um local pouco usual para um protesto político, colorir o espaço com reivindicações LGBTI+ e cartazes com frases afirmativas e corpos “*beijantes*” (Figuras 7 e 8).

Novamente podemos recorrer a Lola Proaño Gómez para demonstrar como o “Beijaço” abre nos espaços que se realiza uma dinâmica singular de disputa política e social desses locais e das simbologias ao redor da ação, ela diz, referindo-se as ações da FACC, que transacionamos para a nossa realidade:

Essas ações jogam no campo da política com o surgimento de corpos e sua presença nos espaços destinados a serem funcionais ao sistema; com a descoberta dos corpos reais daqueles que sofrem as medidas políticas e que não são levados em conta pelo sistema exceto nas estatísticas; com a exibição das consequências de decretos ou resoluções do governo que atingirão a parte que não participa. O passado torna-se então dinâmico e a história aberta a novas leituras que abrem fendas para incorporá-las nos corpos dos artistas. (GÓMEZ, 2017, p. 53, tradução nossa)<sup>40</sup>.

Esses espaços, mesmo os destinados para lazer, têm em si disputas (in)visíveis que se materializam nos corpos e afetos possíveis de concretude neles. Esses corpos reais a que se refere Gómez, ao descrever a ação do grupo FACC, são corpos reais com afetividades também reais, negadas pela sociedade. O beijo aqui daqueles que não podem expressar publicamente suas afetividades impõem um determinado rasgo temporal neste espaço, pois traz à tona o

<sup>38</sup> Afirmação reiterada por diversas notícias registradas e que podem ser acessadas *online*, por exemplo, em: <https://revistaladoa.com.br/2013/02/noticias/gays-sao-agredidos-por-homofobicos-na-barra-lagoa-em-floripa/>; <https://revistaladoa.com.br/2014/03/noticias/alerta-homofobia-em-destaque-com-apoio-midia-catarinense-por-causa-sujeira-na-praia/>; <https://catarinas.info/lgbts-voltam-denunciar-violencia-no-carnaval-de-florianopolis/>; ou <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/casal-gay-relata-ter-sido-espantado-por-homofobia-na-lagoa-da-conceicao-em-florianopolis.ghtml> (acessos em 20/10/2019).

<sup>39</sup> Amigos e Tribos se constitui como uma organização não governamental que luta pelos direitos LGBTI+, sediada na cidade de Balneário Camboriú, Santa Catarina. O grupo é um dos responsáveis por promover a Parada do Orgulho na cidade e por se colocar sempre à frente das questões LGBTI+ na câmara municipal. Mais informações disponíveis em: <https://amigosetribos.wordpress.com/> (Acesso em: 20 out. 2019).

<sup>40</sup> Estas acciones juegan en el campo de lo político con la aparición de los cuerpos y su presencia en los espacios destinados a ser funcionales al sistema; con el descubrimiento de los cuerpos reales de aquellos que sufren las medidas políticas y que no son tomados en cuenta por el sistema más que en las estadísticas; con la exhibición de las consecuencias de los decretos u resoluciones gubernamentales que golpearan en la parte que no tiene parte. El pasado se vuelve entonces dinámico y la historia abierta a nuevas lecturas que abren las fisuras para encarnalas en los cuerpos de los artistas. (GÓMEZ, 2017, p. 53)

passado que enquadra essa determinada expressão em quatro paredes e a expõem pública e politicamente.

O conceito de artivismo aqui novamente é evocado, pois mobiliza-se uma pauta política (direito ao corpo e suas afetividades), ocupação de um espaço público (praia) e transforma o beijo em símbolo estético de uma luta social.

Figura 7 - Cartazes em protesto contra a nomeação de fundamentalista religioso para a presidência da comissão de Direitos Humanos da Câmara Deputados Federais, 01/05/2013.



Fonte: Arquivo Pessoal (2013).

Figura 8 - *Beijaço contra a Homofobia*, 05/01/2013.



Fonte: do autor (2013)

### 2.2.2 Ações Artivistas - IV Marcha

Durante o mês de maio, o dia 17 é marcado pela luta internacional contra a violência LGBTIfóbica. Essa data alude a retirada da homossexualidade do rol de Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial de Saúde (OMS), que aconteceu no ano de 1990<sup>41</sup>. Nessa data, organizações e coletivos realizam mundialmente ações como marchas, protestos, seminários e amplamente discutem as questões relativas às discriminações e violências contra a nossa população.

No ano de 2013, atendendo ao chamado nacional da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais foi organizada em Brasília, capital da república brasileira, a IV Marcha Nacional LGBT (Figura 9) e o X Seminário LGBT do Congresso Nacional *Liberdades Abram as Asas Sobre Nós*<sup>42</sup>.

Enquanto coletivo prestes a se institucionalizar esse foi um momento crucial. Naquele encontro nacional de lideranças e OSC que trabalham pela temática LGBTI+, fomos peça fundamental na organização “ativista” da IV Marcha. No acampamento da ABGLT, que reunia militantes e ativistas de todo o país, articulamos com vários jovens de muitos estados da federação e propomos uma intervenção na IV Marcha contra a LGBTIfobia. Nossa proposta era que todas estivéssemos vestidas com roupas brancas e formássemos uma mão de corpos no gramado do Congresso Nacional. Aos poucos, pequenos sacos plásticos com suco de morango, representando o vermelho de nossos sangues, eram estourados por nós mesmos, tingindo a mão de corpos com vermelho. Caminhamos então até a praça dos três poderes e em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF) estendemos uma bandeira gigante nas cores do arco-íris, símbolo da nossa resistência e luta, e nessa bandeira lançamos os corpos renegados pelo Estado, representando o descaso com nossas vidas (Figuras 9 e 10).

Esta ação “ativista” repercutiu em muitos canais na época de sua realização e esta foto circulou em muitos meios<sup>43</sup>. A imagem repetidamente volta a circular, talvez devido a sua demonstração da realidade ou provavelmente porque o Brasil não conseguiu assegurar a devida cidadania até os dias de hoje a sua população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis,

<sup>41</sup> Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-lembra-dia-internacional-contr-a-homofobia-e-a-transfobia-veja-principais-aco-es-no-brasil/>. Acesso em: 28 jan. 2020.

<sup>42</sup> Disponível em: <https://revistaladoa.com.br/2013/05/noticias/veja-programacao-x-seminario-lgbt-congresso-nacional-em-brasilia/>. Acesso em: 28 jan. 2020.

<sup>43</sup> Exemplos dessa repercussão podem ser visualizados nos seguintes endereços: <https://conexaoto.com.br/2017/05/17/cresce-violencia-contr-a-pessoas-lgbt-a-cada-25-horas-uma-e-assassinada-no-pais>; <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/movimento-lgbt-organiza-4-marcha-nacional-contr-a-homofobia,d232b35ffa9ae310VgnVCM5000009cceb0aRCRD.html>; ou <http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/05/homofobia-gera-um-assassinato-a-cada-28-horas-no-brasil> (acessos em: 12/10/2019).

Transexuais, Intersexo e demais identidades de gênero e orientações sexuais não hegemônicas. Essa ocupação novamente temporal de um espaço de poder, confronta igualmente os três poderes federativos (Legislativo, Executivo e Judiciário) acerca de sua responsabilização sobre esses corpos descartados sobre o julgo e o silêncio do Estado frente às violências que sofremos.

Figura 9 - Caminhada IV Marcha Nacional LGBTI+, 2013.



Fonte: Arquivo Pessoal.

Fátima Costa de Lima e Everton Lampe de Araújo, ao analisar as táticas dos grupos ou indivíduos identificados por Pink Bloc e Black Bloc no artigo *Pink Bloc e Black Bloc: A imagem estética em táticas de resistência política* (2018)<sup>44</sup>, ressaltam que essas ações também têm por

<sup>44</sup> Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/urdimento/article/view/1414573103332018062> (acesso em: 03 mar. 2021).

objetivo responsabilizar os entes estatais, hora por sua omissão, ora por seus conluíus sobre nossas existências.

O uso dos elementos artísticos nessas táticas tem como objetivo desmascarar as intenções do Estado e seus parceiros – notadamente os grandes veículos de mídia e outras instituições com quem mantém relação conciliatória - que as criminalizam ao considerarem-nas perigo e risco à sociedade como um todo. (LIMA; ARAÚJO, 2018, p. 64)

A utilização de símbolos de morte reflete, todavia, o cotidiano de nossa comunidade, levantam apontamentos sobre a responsabilização pública dos entes federativos e sua inoperância em sanar esses problemas, além disso levam ao público em geral a noção de que a problemática contra a população LGBTI+ também é de sua responsabilidade.

Figura 10 - IV Marcha Nacional LGBTI contra a Violência LGBTIfóbica. Corpos estendidos sobre a bandeira do arco-íris, em Frente ao STF, na praça dos Três Poderes, 2013.



Fonte: Arquivo Pessoal.

### 2.2.3 Ativismo e o Corpo

Seguindo com a expressão e uso do corpo como uma ferramenta de denúncia contra as violações dos direitos das pessoas LGBTI+, que se utiliza do espaço público para trazer à tona a política de morte do Estado, comento novamente sobre a Marcha pelo Orgulho LGBTI+

realizada em Florianópolis, em 2013. Nesta intervenção, um corpo estirado sobre uma bandeira do arco-íris em um local de extremo movimento de transeuntes, na entrada do terminal de transporte urbano central chama atenção (Figuras 11 e 12). Em alguns momentos tiveram pessoas que acreditaram que o corpo ali estirado realmente estava morto, falas de indignação ecoaram, deslegitimando a violência. A atenção do espectador que transitava foi confrontada com a realidade vivida por essa população.

Falas e gritos de ordem são entoados coletivamente a todo o momento. O peso das instituições religiosas e o emparelhamento do discurso fundamentalista permeado no seio do Estado, são o mote do recrudescimento da política da nova agenda pela pauta de costumes. Nesse período pastores conservadores tomam conta da Comissão de Direitos Humanos, surgem por todos os lados conceitos falaciosos como a ideologia de gênero, o estatuto do nascituro, kit gay, entre outras falácias moralistas.

Figura 11 - Marcha pelo Orgulho LGBTI+, 28/07/2013.

Fonte: Acontece LGBTI+.





Figura 12 - Marcha pelo Orgulho LGBTI+, 28/07/2013.

Fonte: Acontece LGBTI+.

Retomando o que dissecamos no primeiro capítulo, Assis (2020) destaca que um dos encargos da arte é sensibilizar e colocar a par da situação de si próprios, do outro e do planeta. “A revolução que a arte engendra é o despertar da sensibilidade, esta deverá ser incentivada sob todas as possibilidades, conquistada em luta incansável, sem tempo para acabar” (ASSIS, 2020, p. 5). Tais atos e ações formam um conjunto de possíveis afetações sensíveis e empáticas que atravessam o caminho dos transeuntes e chama a uma reflexão sobre a vida e a resistência de nossa população.

#### 2.2.4 Parada do Orgulho LGBTI+ e Ação Artivista

A Acontece LGBTI+ é um coletivo propositivo, que instiga ações de cunho político e artístico em vários eventos em consonância com pautas históricas que se construíram nos mais de 30 anos de organização do movimento no Brasil e, para o movimento LGBTI+, a Parada do Orgulho LGBTI+ é o acontecimento de massas mais mobilizador, em quantidades de pessoas e na visibilidade social. O mês do orgulho que é comemorado todo junho, em alusão a *Revolta de Stonewall* (28/06/1969), um marco na história recente do movimento LGBTI+, noite na qual a cidade sede do capitalismo viu uma travesti preta dizer não para os abusos policiais, o que gerou uma revolta de uma balada inteira, trouxe mais e mais pessoas e fez a megametrópole do olhar e negociar em certo ponto com travestis, trans, bixas e sapatões, um dia lembrado e celebrado em nossa comunidade; esse movimento acaba gerando uma resposta mundial, traduzida nas “paradas”, uma grande “maniFESTAção”, que celebra a vida de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexo e demais identidades de gênero e orientações sexuais e afetivas não hegemônicas.

A Parada do Orgulho LGBTI+ é um evento mobilizador capaz de reunir uma grande quantidade de agentes políticos engajados nas questões dos Direitos Humanos, perfazendo um diálogo com a sociedade na tentativa de estabelecer formas de estender a cidadania à nossa população. Estas ações de Paradas são verdadeiras ocupações temporais da cidade com o corpo não cotidiano, com os afetos não moralizados, com os beijos temidos daquele povo que nem deveria estar ali. Como colocado anteriormente, a ação artivista nesse sentido é uma grande reunião entre a arte, a política e os corpos. Em um país extremamente conservador e religioso, milhares de não héteros, bixas pantanosas, sapatões caminhoneiras, travestis babadeiras e toda sorte de pessoas que não se vê na TV, nem nas câmaras legislativas, muito menos nos tribunais (na posição de poder), que passam a maior parte do ano escondidas, vilipendiadas e trancafiadas nos guetos imaginários e reais a que somos condenadas, tomam as ruas e recriam nesse lapso de tempo ruas de afetos.

É prudente lembrar aqui as palavras de Santos (2015) que demonstram que essas ações aglutinadoras e coletivas de realizar a Parada do Orgulho LGBTI+, pode refletir nossos problemas sociais e sobretudo juntar artistas e não artistas em uma evidente demonstração de posição que visa transformar essa pluralidade convertendo em visibilidade política para a nossa pauta. No processo de construção dessa grande mobilização de pessoas, durante o mês que antecede a Parada em Florianópolis, geralmente na semana do Feriado de Sete de Setembro, dia da Independência do Brasil, a Acontece Arte e Política LGBTI+ participa, desde a sua fundação, nos preparativos tanto da Parada como do mês da Diversidade, atividades correlatas que

antecedem e anunciam a grande celebração de nosso poder político e subversivo de mobilizar as massas e nos fazer vistas, mesmo que isso não reflita diretamente, ou melhor, não se converta em políticas públicas efetivas, haja visto que o Brasil é recordista mundial em assassinatos contra a nossa população, especialmente contra a população de Travestis e Transexuais<sup>45</sup>, ao mesmo passo que é o país que mais consome pornografia de pessoas Trans<sup>46</sup>. A necessidade de expandir nossa possibilidade de visibilidade e atenção à nossa inclusão na sociedade, a Parada acaba se configurando como um mês com muitas ações voltadas para discutir e empoderar o povo LGBTI+.

No ano de 2013, no mês da Parada do Orgulho, a Acontece promoveu em coletivo com artistas e comerciantes da Travessa Ratclif, no centro de Florianópolis, o evento intitulado Travessa Cultural (Figura 13), reunindo artistas LGBTI+ em uma das ruas mais icônicas da cidade, local de sambistas, local de gente reunida dando trabalho para polícia em pleno centro velho. Apresentações públicas e gratuitas com música, teatro e intervenções variadas fizeram parte do evento durante os dias 4 a 6 de junho de 2013. Poesias e vozes de resistência se apoderaram do espaço público, mesmo que momentaneamente, ecoando vozes artísticas, pautando nossos direitos e nossas existências. Nesta ação, artistas do grupo La Clinica<sup>47</sup> estiveram presentes, além de militantes históricas como Selma Light<sup>48</sup>, que com suas presenças delimitaram vozes e ocupações daquele ínfimo pedaço de cidade.

Na ocasião, realizou-se também um ensaio para uma intervenção na Parada do Orgulho. As integrantes foram convidadas a coletivamente ocuparem o espaço com cartazes com diversos dizeres sobre as pautas LGBTI+, cada cartaz se encaixa ao outro, criando um grande estandarte político, que era desfeito e refeito sucessivamente.

Esta ação foi proposta para integrar a Parada do Orgulho LGBTI+ daquele ano. Na Parada do Orgulho LGBTI+, os integrantes da ação, umas vinte pessoas em média, se juntavam na medida que se sentiam convidadas a participar, formava-se uma grande fila de cartazes coloridos, que seguiam na multidão, até se aglomerarem e formar uma grande alegoria com os cartazes. Desmanchava-se a alegoria, caminhava-se na multidão em fila e repetia-se todo o protocolo predefinido.

---

<sup>45</sup> Disponível em: <https://tgeu.org/tmm-idahot-update-2015/>. Acesso em: 29 jan. 2020.

<sup>46</sup> Disponível em: <https://revistaforum.com.br/noticias/brasil-e-o-pais-em-que-mais-se-procura-pornografia-trans-e-que-mais-se-mata-pessoas-trans/>. Acesso em: 29 jan. 2020.

<sup>47</sup> Disponível em: [https://www.facebook.com/pg/GrupoLaClinica/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/GrupoLaClinica/about/?ref=page_internal). Acesso em: 29 jan. 2020.

<sup>48</sup> Selma Light é atriz, apresentadora, cantora e mulher transexual, ativista dos Direitos LGBTI+, é conselheira LGBTI+ indicada pelo governo municipal. Artista LGBTI+ de grande renome na população LGBTI+ e na comunidade de Florianópolis em geral. É a apresentadora do Pop Gay, festa carnavalesca LGBTI+ tradicional da cidade.

Figura 13 - Travessa Cultural, 2013.



Fonte: Acontece LGBTI+.

A atividade consistiu em andar pela multidão com cartazes e dizeres sobre nossas pautas (Figuras 14). A parada é o evento com maior visibilidade de nossa comunidade e atrai multidões. Em determinados momentos as pessoas que faziam parte da ação faziam grandes rodas e abriam um espaço na multidão, no centro desse espaço encontrava-se um corpo caído, enquanto outra pessoa riscava sua forma no chão com giz. Novamente a roda se fechava e continuavam no meio do aglomerado. Esta ação foi repetida muitas vezes e ao final da parada marcas de corpos tingiam o asfalto momentaneamente.

Neste contexto de Paradas do Orgulho LGBTI+ existe a máxima que o **Fervo Também é Luta**. Afirmação essa que retoma o conceito de ativismo, deslocando a festa e suas danças para a luta política. Esse deslocar pode ser mais bem exemplificado no que disse Paulo Raposo (2015, p. 6) como uma “estratégia poética e simbólica amplificada que sensibiliza”.

Essa amplificação por meio do movimento de massas que se constituem as Paradas do Orgulho LGBTI+ são de suma importância para o movimento LGBTI+ nas últimas décadas, pois trouxeram grande visibilidade para nossa agenda e impulsionaram a discussão e visualização de nossos corpos e pautas sociais.

Figura 14 - Parada do Orgulho LGBTI+, 2013.



Fonte: Acontece LGBTI+.

### 2.2.5 Ação Artivista - Audiovisualidades

As linguagens audiovisuais como o cinema e a videoperformance tornaram-se meios utilizados pelo artivismo em muitas de suas intervenções para projetar, registrar, divulgar. A Acontece LGBTI+ articula essas linguagens também para trazer visibilidade para a pauta de Direitos Humanos LGBTI+.

Existe um bloco de ações realizadas que podemos, de maneira generalista, evidenciar pontos de mobilização política da pauta LGBTI+ misturada completamente ao cinema e videoperformances. Além disso, nas ações que se seguem, é nítido a parceria com outras instituições semelhantes espalhadas pelo país, artivistas, coletivos diversos, núcleos de pesquisa e outras personagens.

A Mostra Nacional de Vídeos sobre Intervenções e Performances foi uma parceria com inúmeras artistas que, com poucos recursos, articularam narrativas audiovisuais que temporalmente são projetados em diversos territórios, ampliando suas vozes e estéticas marginais.

Figura 15 - Cartaz Mostra Nacional de Vídeos sobre Intervenções e Performances, 2016.



Fonte: Acontece LGBTI+.

Essa ação foi construída dentro do espaço Universidade Federal de Santa Catarina com o Grupo de Pesquisa em Performance, Artes Cênicas e Tecnologia. Ela aconteceu em um espaço livre do prédio do Centro de Comunicação e Expressão conhecido como varandão, com projeções dos videoperformances somadas às intervenções performativas, com estéticas variadas que emergem das demandas artísticas e sociais das inúmeras realidades brasileiras.

Outra ação envolvendo a linguagem cinematográfica foi a parceria com o Festival For Rainbow. Este festival é realizado há mais de dez anos, no Ceará, e foi viabilizado em Florianópolis, em 2015. Nesse processo podemos concluir que o ativismo que visualizamos aqui é a ressonância de múltiplos artistas que trabalham com linguagens cinematográficas e audiovisuais, amplificando em territórios distintos suas mídias artivistas para a comunidade LGBTI+ e para todas que se tocam com essas pautas. Como disse Chaia (2007), citado anteriormente, é uma prática que provoca e sabota o sistema capitalista, pois nesses momentos chega a utilizar seus espaços, suas técnicas e seus recursos econômicos para contrapor simbolicamente por meio de produções que cooperam coletivamente em rede, utilizando novas

tecnologias para disseminar realidades diversas das pessoas LGBTI+ fazedoras e construtoras de sentidos simbólicos e culturais.

Figura 16 - Cartaz Festival *For Rainbow*, 2015.

FUNDAÇÃO CULTURAL BADESC CONVIDA:



MOSTRA ITINERANTE



FOR  
RAINBOW

FESTIVAL DE CINEMA E CULTURA DA DIVERSIDADE SEXUAL

07 DE MAIO

SÁBADO

ÀS 17H



RUA VISCONDE DE OURO PRETO, 216 | CENTRO - FLORIANÓPOLIS - SC  
WWW.FUNDAOCAOCULTURALBADESC.COM | (48) 3224-8846







Fonte: Acontece LGBTI+.

O Festival de Cinema e Cultura da Diversidade Sexual *For Rainbow* é um dos mais importantes espaços de debate e difusão do respeito à pluralidade sexual e de gênero no Brasil e configura-se como um dos festivais pioneiros, atrelando cinema e muitas agendas da população LGBTI+.

Em ambos os acontecimentos, é proposto que após as exhibições aconteçam rodas de conversa e debates sobre os temas apresentados. Geralmente esses espaços de construção de diálogos expõem as sujeitas atuantes, a partir das sujeitas participantes. São temporalidades de reconhecimento e afirmações de lugares em comum que transversalizam nossas existências. Importante notar também os espaços físicos em que se realizam tais eventos.

A Universidade e o museu são espaços que de alguma maneira são inacessíveis para uma considerável parcela da população brasileira e, portanto, torna-se um espaço de disputa política e estética. As ativistas também disputam esses territórios burgueses que, mesmo que por algumas horas, passam a abrigar outros corpos e pautas estranhas ao cotidiano.

### 2.2.6 Ação Artivista - Alianças performáticas

A Acontece LGBTI+ em suas articulações busca alianças e laços com artistas e ativistas para potencializar a visibilidade da nossa produção artística e política, realizada por nossa própria comunidade e, inclusive, com pessoas não LGBTI+ que se aproximam e defendem as pautas (Figuras 17 e 18).

Em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, a Acontece Arte e Política LGBTI+ articulou junto aos alunos da graduação em Artes Cênicas o encontro de nove artistas performáticos e suas diversas linguagens: *Ação. Dúvida. Profanação. Sagrado*. Esta Mostra de pesquisas, desenvolvidas por artistas da cena, teve como objetivo proporcionar às pessoas o estreitamento de linguagens menos usuais e proporcionou aos artistas um espaço de exposição e troca com os espectadores e participantes. Essa ação aconteceu no morro do Pantanal, em Florianópolis, em uma casa na Comunidade do Mangueirão, descentralizando assim o espaço da arte comumente especificado em teatros, auditórios e museus.

Figura 17 - Performance [ParaAlémDas] GAiOLaS - Daniele Viola, 05/12/2015.

Fonte: Arquivo Pessoal.



A performance *Transvyadaji*, parceria com as artistas Helen Maria, Renna Costa e Vulkânica Pokaropa aconteceu em plena luz do dia em um dos horários mais movimentados do Terminal Central de transporte público, no centro da Cidade de Florianópolis. Corpos dissonantes como consta na própria chamada das artistas:

Performance degenerada cantada batucada bamboleada anti macho heteronormativo >terrorixtas de gênero< okupando territórios mandando papo reto sem cuspe nem passagem, tomando de assalto. Brasil, país que mais mata travestis e transexuais no mundo, é também o que mais procura pornografia do mesmo. Cala ou grita? Vai fingir que nada acontece? GRITO! É pra você escutar, eu quero ver você me calar. (POKAROPA, 2017, n.p.)<sup>49</sup>

O paradigma do corpo travesti, que transcende o cotidiano diurno da cidade, é uma centelha que visa incendiar o transeunte que se depara com aquele corpo da noite durante o dia. Chama atenção para a possibilidade de existência social e cultural de toda uma parcela de pessoas que lutam diariamente para manter-se vivas.

Figura 18 - Montagem e fotografia – Vulkânica Pokaropa, 2017.



Fonte: Arquivo pessoal.

<sup>49</sup> Disponível em: <https://transvyadaji.tumblr.com/>. Acesso em: 13 de mar. 2021.

### 2.2.7 Ação Artivista - Viado, essa cidade também é minha.

É comum espaços de lazer, como praias, trilhas, praças e locais de lazer públicos não serem acessados por nossa população. Não há proibições escritas, há medos que pesam social e silenciosamente. A falta de segurança muitas vezes é superada pelo sentimento de manada, de estar acompanhado por seus pares e poder assim desfrutar minimamente de espaços ocupados pelos outros. Florianópolis, por exemplo, tem casos de violência LGBTIfóbica em diversos locais públicos, travestis expulsas a ponta pés da praia, gays espancados em praças, discriminações e ameaças. Uma das respostas articuladas pela Acontece LGBTI+ é também tomar esses locais de violência e ressignificá-los para nós mesmos e alardear a esses espaços que não voltaremos para armário nenhum, muito menos deixaremos o medo da violência impedir que nossos corpos vivam essas experiências de usufruir a cidade e do lazer.

Foram três piqueniques realizados em espaços distintos, praias e praças serviram de palco para encontro de inúmeras LGBTI+, fortalecendo vínculos, criando partituras viadas de uso e usufruto destes locais (Figura 19).

Figura 19 - Piquenique na Ponta do Coral, 13/12/2015.



Fonte: Arquivo pessoal.

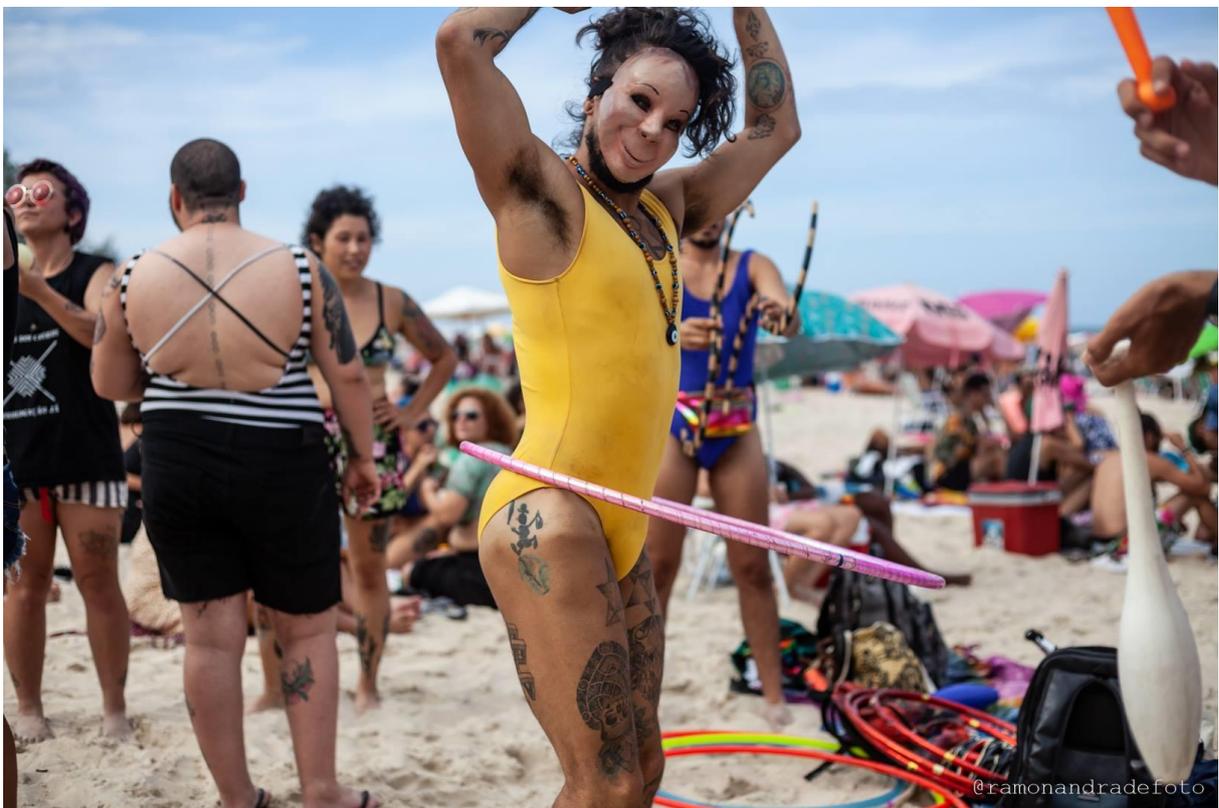
*Põe a Cara no sol* (Figura 20), foi outra resposta imediata contra a violência que insiste em nos empurrar para as marginalidades. No fim do ano de 2018, início de 2019, foram

registrados mais de dez casos de agressão às pessoas LGBTI+ na praia do Campeche e na praia de Canavieiras.

Em uma resposta rápida e coletiva, integrando diversas organizações sociais da cidade, como o Conselho de Saúde do Campeche e a Associação de Moradores do Campeche, criamos o evento *Põe a Cara no Sol*, inundando a própria praia do Campeche, palco das violências contra pessoas trans e casais homossexuais, forçando e flexionando as pessoas que usam esse espaço a conviverem com nossos corpos LGBTI+.

Todas as atividades relacionadas ao *Põe a Cara no Sol* contaram com ações preparatórias como debates em rádios comunitárias, parcerias com atrizes e atores da comunidade, como interlocutores, buscando dialogar e expandir a possibilidade de se enfrentar as violências e violações de maneira pedagógica, levando até a comunidade um debate profícuo e necessário sobre os direitos de pessoas LGBTI+.

Figura 20 - Ação *Põe a Cara no Sol*, 2019.



Fonte: Arquivo Pessoal, foto de Ramon Andrade.

A mobilização em torno da ação de ocupar as areias da praia com nossas cores, ressoa antes da ação, mobiliza a comunidade local para discutir as violências ocorridas e gera engajamento social sobre as agressões ocorridas. Essa visibilidade causada pela ação ativista, de encher a praia de LGBTI+, foi o mote na comunidade para revelar a necessidade de diálogos

mais profundos sobre preconceito e discriminação. Retomando Pedroni (2019), temos uma melhor compreensão dessas ações de ocupação temporal da cidade e seus espaços:

Ocupar, portanto, efetiva as lutas através do corpo, do dispositivo de existência ampliado, mas as democratiza também. Ou ainda, constrói lutas em devir. Mas antes disso, penso que as ocupações de espaços públicos aparecem como respostas a degradação da vida ou da liquidação de direitos sociais – ou mesmo direitos de vida. São insurgências-reações. Têm desenho no tempo e no espaço; aparecem e somem com o movimento da história e dos contextos. Assim é que são também complexas na sua (re)existência e desdobramento. Acenam para muitas possibilidades, mas também encontram seus limites na vida material, nos limites do poder ou na imprecisão dos próprios desejos (PEDRONI, 2019, p. 10)

Essas inúmeras possibilidades tiradas da ação em ocupar temporariamente e precariamente os espaços públicos com ações artivistas de resistência desencadeiam além do debate social, reações de afetividade e reconhecimento e conexão entre a comunidade. Essa construção da resposta a usurpação de nossos direitos e afetos é o meio pelo qual reivindicamos e nos fortalecemos afetivamente. O artivismo se faz presente pela potência dos indivíduos que ocupam pautas que podem ser dançadas, pintadas, bamboleadas, beijadas, cantadas, reboladas e que se associam umas às outras se retroalimentando hora mais política, hora mais bumbum, contudo artivista em sua essência.

Ao longo desses quase 8 anos de atuação, nossas atividades estiveram concentradas em ações de intervenções/performances culturais urbanas, palestras e participação em conselhos gestores. Ao todo foram aproximadamente 40 ações políticas e 29 ações artísticas/culturais. Participamos ativamente da comissão organizadora da II Conferência Municipal de Políticas Públicas LBGTI+ de 2015 e da III Conferência Estadual de Direitos LGBT no ano de 2016. Estivemos ainda representadas(os) no Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres de Florianópolis (2017-2018); no Conselho Municipal dos Direitos LGBT de Florianópolis (2017-2018) – de modo que também participamos ativamente da elaboração de sua lei regulamentar, bem como das ações e articulações políticas para sua aprovação, e, por fim, participamos também do Conselho Estadual dos Direitos Humanos de Santa Catarina (2017-2019). Também temos em nosso currículo importantes ações diretas de *advocacy e accountability*, articuladas à nossa prática enquanto sociedade civil organizadora, defensora e promotora de Direitos Humanos e suas transversalidades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante ressaltar que esta pesquisa é um pedaço de minha vivência enquanto artista das ações das quais participei e articulei dentro da atuação na Acontece Arte e Política LGBTI+.

A Acontece Arte e Política de Lésbicas, Gays, Travestis, Transexuais, Intersexuais e mais, é uma Organização da Sociedade Civil de Florianópolis, em Santa Catarina, que tenta sobreviver em meio às tensões sociais que vivemos, como a pandemia causada pelo Covid-19 e governos autoritariamente anti LGBTI+.

Desde 2013, a Acontece LGBTI+ realizou inúmeras atividades, tanto artistas como políticas, sempre defendendo e atuando para a cidadania plena de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, pessoas intersexo e mais identidades de gênero e orientações sexuais não hegemônicas.

Busquei elencar nesta pesquisa as ações que expressam na totalidade o trabalho desenvolvido durante os anos por todos os artistas, militantes, ativistas e pessoas que contribuíram, articularam, demandaram conjuntamente com esta instituição na qual estou como diretor presidente desde 2018.

É sumariamente importante ressaltar que desde 2020 vivemos um cenário desolador e pandêmico, forçando o isolamento social e ao cancelamento de todas as atividades presenciais planejadas, levando assim ao adiamento dos encontros presenciais e tornando a realidade de muitas LGBTI+ ainda mais vulneráveis.

Poderíamos construir um amplo diálogo sobre o conceito de arte e seus desdobramentos no efetivo cotidiano político de nossas existências e como o conceito de poder e produção se correlacionam com a arte em um fetichismo perverso que nos entrega a complexos modos de operar nossas vidas em um processo contemporâneo de servidão capitalista fadado à derrocada de nossa espécie e de nós mesmo enquanto indivíduos neste planeta.

Nós da Acontece Arte e Política LGBTI+ entendemos que para que se consolidem efetivamente os direitos humanos historicamente rechaçados à nossa população é preciso agir em rede. É preciso, para além de nossa própria instituição, que trabalha específica e interseccionadamente as pautas LGBTI+ de maneira coletiva e artística, atrelarmos e nos unirmos a outras atrizes e atores tanto do movimento social como de outras entidades, por exemplo as universidades, esferas governamentais e jurídicas ou com governos de outros países que defendam a agenda LGBTI+ e militantes e ativistas que trabalham independentemente.

Nessa busca por direitos humanos e seus desdobramentos é necessário ter em evidência que nossa luta LGBTI+ é extremamente diversa em sua forma fenomenológica e não possui um projeto único. Nós somos LGBTI+ e fazemos parte de todas as camadas da sociedade. Somos bichas pobres e bichas barbies, somos pretas, brancas, amarelas e todas as cores possíveis, somos putas e somos santas, somos deficientes e não deficientes, somos como qualquer população, diversa em si, mergulhadas em caos e disputas de poder, de subjetividades, símbolos e simbologias, somos vários arco-íris de multiplicidades e nós também disputamos muitos projetos de sociedade e de individualidade.

A Acontece Arte e Política LGBTI+ disputa um projeto que está intrinsecamente ligado ao fim do capitalismo e das formas de exploração da classe trabalhadora. Pensar na plenitude dos direitos humanos é refletir que essa integralidade só será possível com distribuição de renda, trabalho digno, saúde e educação, fortalecimento da classe trabalhadora do campo e da cidade, unidas e compartilhando decisões e construindo uma sociedade mais justa.

No papel fica bonito, não é mesmo? E como colocar isso em prática? Como produzir conhecimento e descentralizar o poder? Talvez essa resposta esteja, no nosso caso, atrelada à arte e à militância. Produzimos conhecimento e *expertises* compartilhando e transformando nossas redes em processos de acúmulo de conhecimento e práticas em direitos humanos. Nós não compartilhamos apenas as experiências vencedoras e que alcançam êxito. Nós também compartilhamos fracassos, ansiedades, perdas e derrotas.

Infelizmente desde o golpe de 2016, contra a primeira mulher presidenta desta república, estamos vivenciando derrotas paulatinamente. Uma mamadeira de piroca<sup>50</sup> foi capaz de auxiliar a eleição de um presidente genocida<sup>51</sup> por meio do voto, expressando nossas contradições democráticas. O projeto de conhecimento em que vínhamos a passos curtos acumulando saberes e fazeres em torno das pautas dos direitos humanos, agora resume-se a: *tá com dó leva pra casa*<sup>52</sup> e ao descaso em cima de mais de 300 mil mortes causadas por uma pandemia incontrolável pela incompetência dos conservadores saudosistas da ditadura<sup>53</sup>.

---

<sup>50</sup> Para visualizar melhor a utilização da mamadeira de piroca no cenário político brasileiro no contexto de 2018 acesse: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/01/neste-1o-de-abril-relembre-nove-fake-news-que-marcaram-o-cenario-politico-do-brasil> (acesso em: 01 abr. 2021).

<sup>51</sup> Genocida é a melhor palavra para descrever o discurso de Bolsonaro. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/25/artigo-genocida-e-a-melhor-palavra-para-descrever-discurso-de-bolsonaro>. Acesso em: 09 abr. 2021.

<sup>52</sup> Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/ta-com-do-leva-pra-casa-9077/>. Acesso em: 04 jun. 2020.

<sup>53</sup> <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/governo-bolsonaro-ganha-na-justica-direito-de-celebrar-golpe-de-1964/>. Acesso em: 09 abr. 2021.

Nós não temos respostas, eu não tenho respostas... Apenas perguntas que nos movem em direção a este projeto de país que ressignifica nossa existência, para ter em nosso horizonte uma vida realmente digna e plena para todas. É preciso resgatar a nossa memória, é preciso responsabilizar e educar nossa sociedade, é essencial criar símbolos e paradigmas, é necessário enfrentar os velhos problemas.

Na política, diferentemente da arte, não existem espaços vazios, precisamos coletivamente e conjuntamente ocupar todas as esferas da sociedade e pintá-las e cantá-las à nossa maneira. É preciso ter LGBTI+ nas escolas, nas universidades, nos governos, nos órgãos jurídicos, nos parlamentos, na arte, na cultura, é preciso estar atento e forte, como já diziam alguns poetas por aí. Não há solução mágica, não existe solução instantânea, não existe mudança do dia para noite, tirando quando as democracias morrem, é óbvio. Para construirmos conhecimento é necessário tempo, muitas vidas e alguns museus pelo caminho. Nós criamos nossas próprias estratégias de fragmentar, enfraquecer e destruir o capitalismo, roubamos deles os seus conceitos e “CÚIRzarmos<sup>54</sup>” suas ideias. Todas as pautas estão interligadas, não há sociedade justa sem repensarmos nossas ações.

Precisamos disputar no campo da arte, sobretudo o consciente coletivo, em que o ativismo é a ponte entre o conhecimento e a construção de uma cultura de respeito e convivência com o diferente. É por isso que a Acontece Arte e Política LGBTI+ esforça-se para aliar militância e arte em todas as suas esferas de atuação.

Em uma luta diária contra tabus que forcem nossa população à marginalidade, expressões artísticas como as apresentadas neste trabalho são uma ferramenta importante para o empoderamento social de inúmeras formas não normativas de existência. As manifestações culturais que congregam variadas expressões artísticas desenvolvidas por pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e mais sobre temas relacionados às identidades e manifestações político-corporais visam promover e divulgar a potência cultural das identidades sociais historicamente consideradas marginais e vulneráveis, com o intuito de afirmar, dar visibilidade, questionar e problematizar poeticamente a política corporal no contexto contemporâneo.

O ativismo portanto soma-se a essa luta como potência cultural de resistência, retomando o que trouxemos no capítulo sobre ativismo, nos tornamos “agentes ativos e

---

<sup>54</sup> Cuizar é um deboche ou, na melhor das hipóteses, um aporuguesamento sobre a palavra Queer. Esse termo aqui é utilizado como deboche das narrativas europeias que apagam nossas narrativas. Contudo, suponho que seja um deboche amigável que visa apenas provocar uma outra perspectiva da viadagem cola-velcro da travecona brasileira. Disponível em: <https://qorror.wordpress.com/2018/10/17/queer-ou-cuir/>. Acesso em: 03 jan. 2021.

catalisadores de experiência, integrando arte e vida” (MESQUITA, 2006, *apud* SANTOS 2015 p.5). Para além disso, é importante também aliar a essa noção ativista a definição de que nossos corpos são as principais forças motrizes de ocupação e disputa política de nossos direitos. Conforme Grunvald (2019, p. 281), “são as marcas de gênero, sexualidade, raça, classe, deficiência, geração e assim por diante que devem ser levadas em conta na construção de um conjunto amplo de ações capazes de produzir uma cidade mais inclusiva”.

É evidente também que as ações da Acontece Arte e Política LGBTI+, guardadas as devidas proporções de espaço e local de atuação, e diferenciando os motes institucionais de atuação, mantém, conforme a visão aqui defendida por mim, relação próxima com a posição de Lola Proaño Gómez (2017), sobre a FACC:

As suas ações realizam-se no espaço público, parte integrante da cidade que dá forma à sua identidade e imagem e que estão, portanto, inextricavelmente ligadas à memória, à identidade e a liberdade de expressão e de movimento. Os espaços utilizados adquirem o carácter de espaços liminares nos quais o passado recente e o presente se tocam e tornam-se locais de encontros de mundos / ideologias / e acontecimentos opostos que revelam as mudanças de valores, suas continuidades e suas relações (Carmona, 2010, p. 126). Suas ações artísticas revelam as maneiras pelas quais a violência se esconde por trás do discurso político e entra silenciosamente na história. Essa modalidade também é fragmentária. O que parece ser a forma mais adequada de tratar a história para comprometer a odiosa realidade da história ou para negar o discurso do poder e afirmar a impossibilidade de considerar a história como um todo fechado. (GÓMEZ, 2017 p. 60).

A Acontece Arte e Política é uma organização que, diferente da FACC, se propõe a participar do debate político institucional. Contudo, aproximando-se das ações da FACC, viabiliza pelo ativismo possíveis ações que agrupam perante sua pauta questões sumariamente artísticas e culturais com o intuito de visibilizar e criar afetos para além da institucionalidade das pautas de direitos humanos e afins. O ativismo torna-se ponte, meio e fim, agregando socialmente ao coletivo o que cunhamos nos capítulos anteriores como uma “possibilidade de afirmação e desobstrução de fluxos de vida” (GONÇALVES, 2012, p. 179).

Portanto, continuaremos agindo em comunhão com as inúmeras linguagens artísticas e militantes para resistir e existir. E eu, enquanto artista, militante, ativista, seguirei com meu trabalho de incidência, mobilização e transformação social, ao lado da Acontece e inserido em suas ações até quando for condizente com minhas aspirações e possível, a partir das noções de sobrevivência e luta. Como diz um trecho do Manifesto *Falo pela minha diferença (Hablo por mi diferencia)*, de Pedro Lemebel (1986):

[...] a vocês entrego esta mensagem  
e não é por mim  
eu estou velho  
e sua utopia é para as gerações futuras  
há tantas crianças que vão nascer com a asinha quebrada  
e eu quero que voem companheiro  
que sua revolução  
dê a eles um pedaço de céu vermelho  
para que possam voar.  
(Lemebel, 1986)<sup>55</sup>

---

<sup>55</sup> Texto original:

A usted le doy este mensaje  
Y no es por mí  
Yo estoy viejo  
Y su utopía es para las generaciones futuras  
Hay tantos niños que van a nacer  
Con una alíta rota  
Y yo quiero que vuelen compañero  
Que su revolución Les dé un pedazo de cielo rojo  
Para que puedan volar.

Trecho do *Manifiesto Hablo por mi diferencia* (1986, Santiago, Chile), foi lido na íntegra como uma intervenção por Lemebel em um ato político da esquerda em forma, em setembro de 1986. Disponível em: <https://revistas.uchile.cl/index.php/ANUC/article/download/19449/20610/>. Acesso em: 01 fev. 2021.



## REFERÊNCIAS

- Acontece Arte e Política LGBTI+ (Comp.). **Estatuto Social**. 2018. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1ms1NehVGYS\\_gROC8DWVN1hErJebLcu9l/view](https://drive.google.com/file/d/1ms1NehVGYS_gROC8DWVN1hErJebLcu9l/view). Acesso em: 11 nov. 2019.
- AGAMBEN, Giorgio. **Nudez**. Tradução Davi Pessoa Carneiro. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.
- AGIER, Michel. Distúrbios Identitários em Tempos de Globalização. *In: Mana*, v. 7, n. 2, p. 7-33, 2001. Rio de Janeiro: Ed. Max Limonada, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/mana/v7n2/a01v07n2.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2020.
- ALMAZÁN, Yago Aznar; CLAVO, María Iñigo. Arte, política e activismo. *In: Concinnitas*, ano 8, v. 1, n. 10, p. 65-77, jul. 2007. Rio de Janeiro: Ed. Revista Concinnitas, 2007. Disponível em: <https://www.publionline.iar.unicamp.br/index.php/abrace/article/view/3935>. Acesso em: 24 abr. 2019.
- ALMEIDA, Jorge. Cultura Política e Hegemonia. *In: Anais do Encontro da Compolítica - Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política*, 2011. Rio de Janeiro: Compolítica, 2011. Disponível em: <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/03/Jorge-Almeida.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2019.
- ALTMAYER, Carlos Guilherme Mace; PORTINARI, Denise Berruezo. As ações estético-políticas de enfrentamento direto de Indianara Siqueira, pessoa normal de peito e pau. *In: Revista Periódicus*, Salvador, v. 1, n. 7, p. 300-312, mai-out 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/22280>. Acesso em: 24 abr. 2019.
- ALVES, Iulo Almeida; OLIVEIRA, Marília Flores Seixas de; OLIVEIRA, Orlando José Ribeiro de. Arte & política: tessituras do urbano. *In: Revista Entretextos*, Londrina, v. 14, n. 2, p. 26-46, jul./dez, 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/entretextos/article/download/14655/16174>. Acesso em: 19 set. 2019.
- AMANAJÁS, Roberta; KLUG, Letícia. Direito à cidade, cidades para todos e estrutura sociocultural urbana. *In: COSTA, Marco Aurélio; MAGALHÃES, Marcos Thadeu Queiroz; FAVARÃO, Cesar Buno (Org.). A nova agenda urbana e o Brasil: insumos para sua construção e desafios a sua implementação*. Cap. 2. p. 29-44. Brasília: Ipea, 2018. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180529\\_a\\_nova\\_agenda\\_urbana\\_e\\_o\\_brasil.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180529_a_nova_agenda_urbana_e_o_brasil.pdf). Acesso em: 11 nov. 2019.
- ANDRÉ, Carminda Mendes; BAPTISTA, Ana Maria Haddad (orgs.). **Para o chão da sala de aula**. São Paulo: BT Acadêmica, 2018.
- ANGELI, José Mario. Gramsci, Hegemonia e Cultura: relações entre Sociedade Civil e Política. *In: Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, n. 122, p. 123-132, jul. 2011.

AQUINO, Fernando; MEDEIROS, Maria Beatriz. **Corpos informáticos**. In: **Performance, corpo, política**. Brasília: PPG-Arte/UnB, 2011. Disponível em: <https://red.antropologiadelcuerpo.com/index.php/corpos-informaticos-performance-corpo-politica/>. Acesso em: 13 jul. 2020.

ASSIS, Sissa Aneleh Batista de. **O exercício experimental da arte comprometida**. Disponível em: <[https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/779/o/art13\\_SissaAneleh.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/779/o/art13_SissaAneleh.pdf)>. Acesso em: 13 mar. 2020.

CAUMO, Bruna Lucas. **Políticas públicas para a população LGBTI no Brasil**. 2018. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/107161178-Politicas-publicas-para-a-populacao-lgbti-no-brasil.html>>. Acesso em: 16 mar. 2020.

CHAIA, Miguel (org.). **Arte e política**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2007.

COLETTI, Luiz Henrique. **O movimento LGBT e a mídia: tensões, interações e estratégias no Brasil e nos Estados Unidos**. 2013. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. 279f. Disponível em: [http://www.pos.eco.ufrj.br/site/download.php?arquivo=upload/disserta\\_coletto\\_2013.pdf](http://www.pos.eco.ufrj.br/site/download.php?arquivo=upload/disserta_coletto_2013.pdf). Acesso em: 30 set. 2020.

CONDE, Michele Cunha Franco. **O Movimento Homossexual Brasileiro, sua trajetória e seu papel na ampliação do exercício da cidadania**. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Goiás, Goiânia, 2004. 351f. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/109/o/Michele.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

CORRÊA, Sonia; FREITAS, Jones de. **Princípios de Yogyakarta: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero / Yogyakarta principles: on the application of international human rights law in relation to sexual orientation and gender identity**. [S.l.; s.n], 2007. 38 p. Disponível em: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=516374&indexSearch=ID>. Acesso em: 10 jul. 2018.

COSTA, Iná Camargo; DOUGLAS, Rafael Villas Boas. **Agitprop: cultura política**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CUENCA, López Alberto. ¿Pero esto qué es? Del arte activista al activismo artístico em América Latina, 1968-2018. In: **El Ornitorrinco Tachado**. Revista 2018 de Artes Visuales, n. 8, Universidad Autónoma del Estado de México, 2018. Disponível em: <https://ornitorrincotachado.uaemex.mx/article/view/11058>. Acesso em: 15 abr. 2019.

DE PERRA, Hija. Interpretações imundas de como a Teoria Queer coloniza nosso contexto sudaca, pobre de aspirações e terceiro-mundista, perturbando com novas construções de gênero aos humanos encantados com a heteronorma. In: **Revista Periódicos**, Salvador, v. 1, n. 2, p. 291-298, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicos/article/view/12896>. Acesso em: 15 mar. 2019.

DELGADO, Manuel. **Artivismo y pospolítica**. Sobre la estetización de las luchas sociales en contextos urbanos. n. 18 (2), p. 68-80, 2013. Barcelona: Ed. QuAderns-e, 2013. Disponível em: <http://archivoarte.uclm.es/wp-content/uploads/2019/01/Delgado-Manuel-artivismo-pospolitica.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2019.

DI GIOVANNI, Julia Ruiz. Artes de abrir espaço. Apontamentos para a análise de práticas em trânsito entre arte e ativismo. *In: Cadernos de Arte e Antropologia*, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 13-27, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cadernosaa/911>. Acesso em: 10 mar. 2020.

FACCHINI, Regina. **“Sopa de letrinhas”?** - movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo. Campinas: Garamond, 2002.

FELSHIN, Nina. *But it is Art? The spiriti of art as activism*. Seattle: Bay Press, 2001.

FREIRE, Maria Cristina Machado. **Arte Conceitual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GGB, Grupo Gay da Bahia. **O que é o GGB: Quem somos? 2003-2018**. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/>. Acesso em: 02 jul. 2018.

GLUSBERG, Jorge. **A arte da performance**. Tradução Renato Cohen. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GOLDBERG, RoseLee. **A arte da performance: do futurismo ao presente**. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GÓMEZ, Lola Proaño. "Artivismo" e o poder político. O coletivo Fuerza Artística de Choque Comunicativo: corpos, memória e espaço urbano. *In: Antecedentes. Revista de Teoria e Crítica Teatral*, v. 13, n. 26, p. 48-62, onze. Disponível em: [https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/58911421/artivismo\\_FACC\\_cuerpos\\_memoria\\_y\\_espacio\\_urbano20190415-63120-14w6efp.pdf?1555362458=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DEl\\_artivismo\\_de\\_la\\_Fuerza\\_Artistica\\_de\\_C.pdf&Expires=1616881335&Signature=bW~BK3Abk4eApjgsQ40N8xmoSlqqFzdZXAmgkfJnaI-uaROmkK3OGVvz8sTvES2eTs33bPlk0m30QwnI7tPAKCndkUKbuGwkQozkFUceRdgufs~Mtl00TY3EhbfO2-IHzauDjBbw5sDQwJqH4H0bbUmcQVq39v-knA0-KKqnTFBnFdo7V3Axqn~Cc1QrTWl6vSKCLlicp1O33ovZe0ngUmdbKeIGCmKK8fovIIXN05HW3dY4pAdZaA37ocnaRAh3XKXYjqs6VCfGXPCRRIC3bNsyPtIik3g~BaNt1MHL09xWcgqeD7Vobvy~MSHJO12OxLVnPIoBzk3ZBB~qsMcYig\\_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/58911421/artivismo_FACC_cuerpos_memoria_y_espacio_urbano20190415-63120-14w6efp.pdf?1555362458=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DEl_artivismo_de_la_Fuerza_Artistica_de_C.pdf&Expires=1616881335&Signature=bW~BK3Abk4eApjgsQ40N8xmoSlqqFzdZXAmgkfJnaI-uaROmkK3OGVvz8sTvES2eTs33bPlk0m30QwnI7tPAKCndkUKbuGwkQozkFUceRdgufs~Mtl00TY3EhbfO2-IHzauDjBbw5sDQwJqH4H0bbUmcQVq39v-knA0-KKqnTFBnFdo7V3Axqn~Cc1QrTWl6vSKCLlicp1O33ovZe0ngUmdbKeIGCmKK8fovIIXN05HW3dY4pAdZaA37ocnaRAh3XKXYjqs6VCfGXPCRRIC3bNsyPtIik3g~BaNt1MHL09xWcgqeD7Vobvy~MSHJO12OxLVnPIoBzk3ZBB~qsMcYig_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA). Acesso em: 04 mar. 2021.

GONÇALVES, Fernando Nascimento. Arte, ativismo e tecnologias de comunicação nas práticas políticas contemporâneas. *In: Contemporânea*. Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p.178-193, fev. 2012. Disponível em: [http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed\\_20/contemporanea\\_n20\\_12\\_GONCALVES.pdf](http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed_20/contemporanea_n20_12_GONCALVES.pdf). Acesso em: 19 jul. 2019.

GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de gênero e sexualidade. *In: Antropologia em primeira mão*. v. 6, n. 26, p. 13, 1998. Florianópolis: PPGAS UFSC, 1998. Disponível em:

[https://miriamgrossi.paginas.ufsc.br/files/2012/03/grossi\\_miriam\\_identidade\\_de\\_genero\\_e\\_sexualidade.pdf](https://miriamgrossi.paginas.ufsc.br/files/2012/03/grossi_miriam_identidade_de_genero_e_sexualidade.pdf). Acesso em: 15 jun. 2020.

GROYS, Boris. Sobre o ativismo artístico. *In: Poiesis*, Niterói, vol. 18, nº. 29, p. 205-219, Jan.-Jun. 2017. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/326795234\\_Sobre\\_o\\_ativismo\\_artistico](https://www.researchgate.net/publication/326795234_Sobre_o_ativismo_artistico). Acesso em: 14 jun. 2019.

GRUNVALD, Vitor. Lâmpadas, corpos e cidades: reflexões acadêmico-ativistas sobre arte, dissidência e a ocupação do espaço público. *In: Horiz. antropol.*, Porto Alegre, ano 25, n. 55, p. 263-290, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ha/v25n55/1806-9983-ha-25-55-263.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2020.

JERÔNIMO, Francisco Rafael Mesquita. Ativismo Poc: as estratégias de visibilidade do Coletivo LGBTI+ Flor no Asfalto. *In: PARODE, Fabio Pezzi; JERÔNIMO, Francisco Rafael Mesquita; ZAPATA, Maximiliano Oscar (orgs.). Semiótica da diversidade: devires minoritários e linhas de fuga.* Porto Alegre: Editora Fi, 2019. p. 67-86. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/48995>>. Acesso em 25 mar. 2020.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa:** a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Uma Introdução aos estudos transgêneros. Curitiba: Ed. Transgente, 2014.

LEI Nº 13.204, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015. **Constituição (2015)**. Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015. DOU de 1º .8.2014, BSB: Diário Oficial, 15 dez. 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2015-2018/2015/Lei/L13204.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2015/Lei/L13204.htm#art1)>. Acesso em: 11 nov. 2019.

LEMEBEL, Pedro; **Loco Afán**. Crônicas de sidario. Santiago: Lom Ediciones, 1997.

LIMA, Fátima Costa de; ARAÚJO, Everton Lampe de. Pink Bloc e Black Bloc: Imaginação, estética e teatralidade na resistência política. *In: Urdimento - Revista de Estudos em Artes Cênicas*, [S. l.], v. 3, n. 33, p. 62-73, 2018. DOI: 10.5965/1414573103332018062. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/urdimento/article/view/1414573103332018062>. Acesso em: 9 abr. 2021.

LIMA, Marcus Antônio Assis. Interferência cultural: ativismo, mídia e arte. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*. *In: E-compós*, Brasília, v. 17, n. 1, jan./abr. 2014. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/324241826\\_Interferencia\\_cultural\\_ativismo\\_midia\\_e\\_arte](https://www.researchgate.net/publication/324241826_Interferencia_cultural_ativismo_midia_e_arte). Acesso em: 30 jul. 2020.

**Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil**. Disponível em: [http://plataformamaisbrasil.gov.br/images/manuais/Marco\\_Regulatorio\\_Das\\_relacoes\\_entre\\_Estado\\_e\\_Sociedade\\_Civil\\_1.pdf](http://plataformamaisbrasil.gov.br/images/manuais/Marco_Regulatorio_Das_relacoes_entre_Estado_e_Sociedade_Civil_1.pdf) Acesso em: 01 dez. 2019.

MEDEIROS, Maria Beatriz; ALBUQUERQUE, Natasha de. **Composição urbana:** surpresa e fuleragem. Brasília, 01 abr. 2014. Disponível em: <http://grafiasdebiamedeiros.blogspot.com/2014/05/composicao-urbana-surpreensao-e.html>. Acesso em: 13 abr. 2020.

MELINO, Heloisa. **Direito, linguagens e emancipação**: processos de luta e o potencial transformador dos movimentos sociais. Rio de Janeiro: Ed. Movimento, 2015.

MESQUISTA, André. **Insurgências poéticas**: arte ativista e ação coletiva. São Paulo: Annablume Fapesp, 2011.

MONACHESI, Juliana. **A explosão do A(r)tivismo**. São Paulo, 06 abr. 2003. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0604200305.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

MOURÃO, Rui. Performances artistas: incorporação de uma estética de dissensão numa ética de resistência. In: **Cadernos de Arte e Antropologia**, Salvador, v. 4, n. 2, p. 53-69, set. 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cadernosaa/938>. Acesso em: 13 out. 2019.

NETO, Arthur Marques Almeida; ABRANCHES, Nilton. Homofobia como meme: o corpomídia como resistência. In: **Revista Gênero & Direito**, Paraíba, v. 5, n. 1, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ged/article/view/24801/15295>. Acesso em: 15 abr. 2019.

PARRAMON, Ramon. **Arte, Participación y espacio Público** – Jornada D’Innovació Estratégica Disponível em: [https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/18432397/espacio\\_publico\\_y\\_participacion.pdf?1339746303=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DArte\\_Participacion\\_y\\_Espacio\\_publico.pdf&Expires=1618096839&Signature=AQnD6Zdqo46sH3-i4QRuMS9qUGN-ZV4JdDe-Dc3XRM-x~UxUG09uGO1Vq7ZoEutW~i4N1a4Z8eWJ1ly1BzcQp5aEnK7~Co~HrHcyqoTTr4eD9tAjvXoYopDPk1xnlVSg0nptg~j8z5XrKzu3~KwQBg95dSodrwinW2s8WRT8VqpvQDxnUh~9l7cvS8AvVhOGjWyZ3CkSpz~ImaUE8GbZ5ee7dihT4l766SNEE0qOp0NaPzHftQxK-EeNQaoFBofr967ep8yjEF887kKNIJ1mscyEYs42wAE8WEUQQc1iENbO6FtAM-qdPEnnfSBZ3KDh7eIKa9ZOVrDNmx~JIJqikg\\_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/18432397/espacio_publico_y_participacion.pdf?1339746303=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DArte_Participacion_y_Espacio_publico.pdf&Expires=1618096839&Signature=AQnD6Zdqo46sH3-i4QRuMS9qUGN-ZV4JdDe-Dc3XRM-x~UxUG09uGO1Vq7ZoEutW~i4N1a4Z8eWJ1ly1BzcQp5aEnK7~Co~HrHcyqoTTr4eD9tAjvXoYopDPk1xnlVSg0nptg~j8z5XrKzu3~KwQBg95dSodrwinW2s8WRT8VqpvQDxnUh~9l7cvS8AvVhOGjWyZ3CkSpz~ImaUE8GbZ5ee7dihT4l766SNEE0qOp0NaPzHftQxK-EeNQaoFBofr967ep8yjEF887kKNIJ1mscyEYs42wAE8WEUQQc1iENbO6FtAM-qdPEnnfSBZ3KDh7eIKa9ZOVrDNmx~JIJqikg_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA). Acesso em: 15 out. 2020.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. **Pistas do método da cartografia**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade / orgs. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PAVIS, Patrice. **Dicionário de teatro**. Tradução para a língua portuguesa sob a direção de J. Guinsburg e Maria Lúcia Pereira. 3. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

PEDRONI, Roberta. **A relação entre arte e política**: possíveis expressões de enfrentamento e contra-hegemonia. 2019. Dissertação (Mestrado em Artes Cênicas). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2019. 92f. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/27272>. Acesso em: 13 abr. 2020.

PRECIADO, Paul B. (Beatriz). **Manifesto Contrassexual**. Tradução Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: Anagrama, 2017.

PROAÑO GOMEZ, Lola. **Teatro y estética comunitaria**: miradas desde la filosofía y la política. Buenos Aires: Biblios, 2013.

\_\_\_\_\_. **Testo yonqui: sexo, drogas e biopolítica** / Paul B. Preciado. -1. ed adaptada. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Paidós, 2017.

RAMOS, Célia Maria Antonacci. Poéticas do urbano e os “Novos Tempos”. *In*: MAKOWIECKY, S. et al. (Org.). **Linhas cruzadas: artes visuais em debate**. p. 77-91. Florianópolis: UDESC, 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/entretextos/article/download/14655/16174>. Acesso em: 09 nov. 2019.

RAPOSO, Paulo. “Artivismo”: articulando dissidências, criando insurgências. *In*: **Cadernos de Antropologia e Arte**. Salvador, n. 4, p. 3-12, abr. 2015.

**Relatório Violência LGBTI+ GGB** (Grupo Gay da Bahia). Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2019/10/relatorio.2018-3.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2019.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. Porto Alegre: Sulina Editora da UFRGS, 2007.

RUA, Maria das Graças. **Análise das políticas públicas: conceitos básicos**. 1989. Disponível em: [http://franciscoqueiroz.com.br/portal/phocadownload/gestao/rua%20maria%20\\_%20analise](http://franciscoqueiroz.com.br/portal/phocadownload/gestao/rua%20maria%20_%20analise). Acesso em: 23 jul. 2020.

SALLES, Cecilia A. **Gesto Inacabado: processo de criação artística**. 5. ed. São Paulo: Intermeios, 2011.

SANSI, R. *Art, anthropology and the gift*. London: Bloomsbury, 2015.

SANT’ANNA, Sabrina Marques Parracho; MARCONDES, Guilherme; MIRANDA, Ana Carolina Freire Accorsi. Arte e política: a consolidação da arte como agente na esfera pública. *In*: **sociol. antropol.**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 825-849, dez. 2017. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2238-38752017000300825&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2238-38752017000300825&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 28 set. 2019.

SANTOS, Janderson Barros dos. **História e desafios do agitprop no MST - Distrito Federal e entorno**. 2017. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Educação do Campo – LEdoC), Universidade de Brasília. Brasília. 2017. 45f. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/18276>. Acesso em: 14 jul. 2019.

SANTOS, Leandro Henrique Brasilio dos. **A arte ativista enquanto meio de comunicação radical**. 2015. Disponível em: [http://celacc.eca.usp.br/sites/default/files/media/tcc/artigo\\_leandro\\_-\\_versao\\_final\\_1.pdf](http://celacc.eca.usp.br/sites/default/files/media/tcc/artigo_leandro_-_versao_final_1.pdf). Acesso em: 22 abr. 2020.

SEGURADO, R. Por uma estética da reexistência na relação entre arte e política. *In*: CHAIA, M. (Org.). **Arte e política**. p. 41-58. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2007.

SENA, Tito. **Sexualidade, estatísticas e normalidades: a persona numerabilis nos relatórios** Kinsey, Masters & Johnson E Hite. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2013.

SESC. SESC-Pompeia. **Artivismo**. 2014. Disponível em: <<http://oficinas.sescsp.org.br/evento/show/artivismo-criacoes-esteticas-para-acoes-politicas-vagas--disponiveis>>. Acesso em: 22 abr. 2020.

SPATZ, Gabriela Machado; SUPTITZ, Carolina Elisa. **O conceito de políticas públicas para o direito e a cultura como direito fundamental**: sob o olhar da investigação acadêmica. CEPEJUR, 2014. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/>. Acesso em: 22 abr. 2020.

TELES, Edson Luis de Almeida. Práxis e poiesis: uma leitura arendtiana do agir político. *In: Cadernos de Ética e Filosofia Política*, São Paulo, n. 6, p. 123-140, jun. 2005. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/165958/158852>. Acesso em: 22 abr. 2020.

VERGARA, Camile. Corpo transgressão: a violência traduzida nas performances do Coletivo Coiote, Bloco Livre Reciclato e Black Blocs. *In: Cadernos de Arte e Antropologia*, Salvador, v. 4, n. 2, p. 105-123, mai 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cadernosaa/970>. Acesso em: 13 fev. 2021.

VILAS BOAS, Alexandre Gomes. **A(r)tivismo**: Arte + Política + Ativismo - Sistemas Híbridos em Ação. São Paulo: Cultrix, 2015.